

# Relatório e Contas

2015



I.	Introdução	5
1.	Órgãos Sociais	5
	Assembleia Geral	5
	Conselho de Administração	5
	Conselho Fiscal	5
	Revisor Oficial de Contas	5
II.	Enquadramento Macroeconómico	7
1.	Conjuntura Internacional	7
2.	Conjuntura Nacional	9
III.	Mercado Segurador	12
IV.	Atividade da Popular Seguros em 2015	15
1.	Principais Indicadores	15
2.	Prémios e Apólices	16
3.	Comissões	17
4.	Custos com Sinistros	17
5.	Provisões Técnicas	18
6.	Saldo Técnico Líquido de Resseguro	19
7.	Investimentos	20
8.	Custos Operacionais	20
9.	Resultado do Exercício, Capital Próprio e Margem de Solvência	20
10.	Gestão de Riscos e Controlo Interno	21
11.	Principais Projetos e Iniciativas em 2015	22
V.	Proposta de Aplicação de Resultados	25
VI.	Perspetivas Futuras	27
VII.	Considerações Finais	30
VIII.	Anexo ao Relatório do Conselho de Administração	32

# Índice

<b>Demonstrações Financeiras 2015</b>	<b>34</b>
Conta de Ganhos e Perdas em 2015	34
Demonstração de Rendimento Integral	36
Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2015	37
Demonstração de Alterações de Capital Próprio em 31 de dezembro de 2015	39
Demonstração de Alterações de Capital Próprio em 31 de dezembro de 2014	40
Demonstração de Fluxos de Caixa	41
Anexo à Demonstração da Posição Financeira e à Conta de Ganhos e Perdas de 2015	43
Outros Anexos	116
Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros	116
Anexo 2 – Desenvolvimento da Provisão para Sinistros relativa a Sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)	118
Anexo 3 – Discriminação dos Custos com Sinistros	119
Anexo 4 – Discriminação de alguns valores por Ramos	120
<b>Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal</b>	<b>122</b>
Certificação Legal de Contas	122
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	124

Relatório  
do  
Conselho de Administração  
*2015*

# I. Introdução

Nos termos da Lei, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A. referentes ao exercício de 2015.

## 1. Órgãos Sociais

### Assembleia Geral

#### Presidente

Francisco Nunes de Matos Sá Carneiro

#### Secretário

Fernando José Domingues Gonçalves

### Conselho de Administração

#### Presidente

Luís Eduardo da Silva Barbosa

#### Vogais

Carlos Manuel Sobral Cid da Costa Álvares

Francisco José Ribeiro Valério

Carla Maria da Luz Gouveia

José Luis Castro Cortizo

Pedro Miguel da Gama Cunha

Tomás Pereira Pena

Susana de Medrano Boix

### Conselho Fiscal

#### Presidente

António Manuel Mendes Barreira

#### Vogais

Vítor Paulo Paranhos Pereira

Vítor Manuel Ferreira Lúcio da Silva

### Revisor Oficial de Contas

PriceWaterhouseCoopers – SROC, LDA.

Representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia

ENQUADRAMENTO  
MACROECONÓMICO

## II. Enquadramento Macroeconómico

### 1. Conjuntura Internacional

Ao longo de 2015, a economia global manteve-se numa trajetória de crescimento moderado. As taxas de crescimento continuaram a divergir entre regiões, com as economias avançadas a registarem uma recuperação gradual da atividade, a par de uma desaceleração das economias de mercado emergentes. Esta tendência, iniciada em 2013, foi acentuada pela recente queda no preço das matérias-primas, em particular o petróleo.

A redução na procura de matérias-primas na China, juntamente com fatores do lado da oferta com influência no mercado do petróleo, contribuiu para o decréscimo acentuado nos preços das matérias-primas. A diminuição dos preços e a contração observada nos mercados teve um impacto significativo em muitas economias emergentes exportadoras de matérias-primas. No caso do Brasil e da Rússia, a estes associaram-se fatores políticos e estruturais, resultando na contração da atividade económica. A fraca procura nas economias de mercado emergentes levou a uma forte diminuição do comércio mundial de bens e serviços durante de 2015, apenas parcialmente contrabalançado pelo aumento da procura nas economias avançadas.

O pessimismo do Banco Mundial é expresso nas suas projeções que apontam agora para um crescimento global de 2,4% em 2015 e 2,9% em 2016, menos 0,4 pontos que as projeções de Junho. Estas revisões em baixa acabam por ser extensíveis a 2017, ano em que o crescimento global poderá apontar para os 3,1%.

Assim, os países em desenvolvimento deverão registar uma subida de 4,8% em 2016, menos do que antecipado anteriormente, mas acima dos 4,3% do ano que agora terminou.

São as economias desenvolvidas que sustentam, afinal, o crescimento global. Os Estados Unidos, que terão crescido, segundo o seu Departamento de Comércio, 2,4% em 2015, poderão registar uma subida de 2,1% em 2016. A Zona Euro responderá por um crescimento de 2,5% em 2015 e de 2,7% em 2016, segundo o Banco Mundial.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) manteve suas previsões sobre o crescimento da China de 6,3% em 2016 e de 6% em 2017, o que, contudo, representa forte desaceleração em relação ao crescimento de 6,9% em 2015 e de 7,3% em 2014.

A Rússia e o Brasil estarão em 2016 em recessão. O Brasil terá mesmo registado em 2015 uma recessão de 2,5%, segundo o Banco Mundial. Na Rússia, a queda prevista é de 0,7% para 2016, o que se seguirá à contração de 3,8% em 2015.

As matérias-primas registaram, em média, uma perda de 32,9%, em 2015, medido pelo índice S&P GSCI (em USD). Na origem desta queda esteve, sobretudo, a forte descida do preço do petróleo, cuja cotação caiu 30,5% no último ano (Crude Oil WTI).

Igualmente forte foi a queda média das cotações dos produtos agrícolas, na ordem dos 12%, no ano.

Por sua vez, os metais preciosos desvalorizaram cerca de 10,6%, e os metais industriais caíram 23,11%, estes últimos ainda muito pressionados pelo abrandamento das economias emergentes, em particular da China.

Na Zona Euro, o BCE anunciou a extensão do programa de Quantitative Easing (QE), até Março de 2017, e a manutenção da taxa refinanciamento nos 0,05%. Por sua vez, nos Estados-Unidos, a Reserva Federal (FED) subiu a taxa de juro de referência em 0,25% para os 0,50%, que constituiu a primeira subida de taxas desde 2006. Tal como a FED, espera-se que o Banco de Inglaterra inicie o processo de subida de taxas de juro.

As políticas monetárias divergentes da Reserva Federal Americana (FED) com os restantes Bancos Centrais, bem como os receios de um abrandamento da economia Chinesa conjugados com a entrada em recessão de várias economias emergentes, levaram também a um aumento da incerteza nos mercados acionistas mundiais. Apesar de ter atingido um novo máximo histórico no primeiro semestre de 2015, o índice S&P-500 acabou o ano negativo em 0,7%, conduzindo a um aumento de volatilidade significativo na segunda metade do ano. Os índices de volatilidade do Dax-30 e do EuroStoxx-50 registaram as cotações mais elevadas desde 2012 e 2011, respetivamente. O índice Dax-30 que durante o primeiro semestre alcançou os 12.390,75 pontos, novo máximo histórico, fechou 2015 nos 10.743,01 (+9,6%, desde o início do ano). Por sua vez, o EuroStoxx-50 fechou o ano a valorizar 3,2%, e o índice Stoxx-600 acabou a subir 6,8%, ambos distantes dos 12,7% registados pelo Italiano FTSE-MIB. Pela negativa, destacaram-se os índices inglês FTSE-100 que caiu 4,9%, devido à grande desvalorização das empresas de matérias-primas que compõem o índice, e o espanhol IBEX-35 que fechou o ano a cair 7,2%.

Relativamente aos índices globais, o MSCI World fechou o ano a desvalorizar 2,7%, e o MSCI Emerging Markets caiu 17,0%, devido à desaceleração das economias emergentes que o compõem.

No último trimestre, verificou-se uma apreciação de 2,8% do USD face ao EUR, com o EUR/USD a fechar o ano nos 1,086. No acumulado do ano, o EUR perdeu 10,2% face ao USD, registando o segundo ano consecutivo de perda. Para este movimento, muito contribuiu a divergência de políticas monetárias dos respetivos Bancos Centrais. Em relação à Libra Esterlina (GBP), o EUR/GBP fechou o ano com uma depreciação de 5,0%. Face à moeda nipónica (JPY), o euro depreciou cerca de 9,8% em 2015, para os JPY 130,47.

Nos Estados-Unidos, a taxa de juro a 6 meses encerrou o ano nos 0,85%, com uma subida de 48 pontos base (bps) face a 2014. Em relação às taxas de juro para swaps a 5 e 10 anos, estas caíram 3 e 10 bps em 2015, para os 1,74% e 2,19%, respetivamente. Mesmo com a subida de 0,25% da taxa de juro de referência, as perspetivas de um crescimento económico moderado, a nível mundial, está a impedir a subida das taxas de juro nos prazos mais longos.

Na Zona Euro, o ano caracterizou-se pelo aumento da inclinação da curva de taxa de juro, com a queda nos prazos mais curtos e subida das taxas nos prazos mais longos. O início do programa de compra de ativos por parte do BCE, bem como a melhoria das perspetivas de crescimento para a Zona Euro contribuíram para subida da taxa swap a 10 anos em 19 bps para os 1%. Em relação às taxas mais curtas, a Euribor a 6 meses fechou o ano nos -0,04% caindo assim 21 bps, enquanto a taxa de juro para swaps a 5 anos caiu 3 bps para os 0,33%.

Nos mercados de dívida pública, as yields das dívidas soberanas consideradas de menor risco terminaram o ano praticamente inalteradas. Nos Estados Unidos, os Treasuries a 10 anos fecharam o ano nos 2,24%, caindo 1 bp face a 2014. Por sua vez, na Zona Euro, os Bunds alemães subiram 5 bps para os 0,64%. Com o aumentar de volatilidade dos mercados acionistas em 2015, estes ativos voltaram a servir de refúgio para muitos investidores.

Adicionalmente, os diferenciais das taxas de juro entre países em ajustamento e países com elevada notação de crédito estreitou-se marcadamente, indicando uma melhoria no mecanismo de transmissão da política monetária. Contudo, o custo do crédito em alguns países da área do euro continua significativamente superior ao de outros.

A volatilidade do mercado bolsista não impediu o crescimento do investimento imobiliário global ao longo do ano, de acordo com a mais recente publicação da Cushman & Wakefield. O estudo anual, que analisa a atividade do investimento imobiliário em todo o mundo, revela que apesar deste crescimento global forte, cerca de 16%, nem todos os mercados mostraram um comportamento idêntico. Os resultados variam consideravelmente por região. A incerteza política e económica em determinadas zonas do globo inverteu a tendência que se sentia desde 2013 de maior tolerância ao risco, tendo os mercados core beneficiado com esta precaução dos investidores. As 25 cidades que mais atraem investimento imobiliário subiram 200 bps de quota nos últimos 6 meses, tendo alcançado os 53%.

"A economia mundial terá de adaptar-se a um novo período de crescimento mais modesto nos maiores mercados emergentes, devido aos baixos preços das matérias-primas e aos menos fluxos de capital e comércio". É esta a mensagem do Banco Mundial nas Projeções Económicas Globais.

## 2. Conjuntura Nacional

A economia portuguesa manteve, essencialmente na primeira metade de 2015, uma trajetória de recuperação moderada. Neste período, o enquadramento da economia portuguesa caracterizou-se por um dinamismo robusto da procura externa, uma menor fragmentação financeira na área do euro e uma melhoria nas condições monetárias e financeiras, para o que contribuiu o conjunto alargado de medidas de política adotadas pelo BCE. Internamente, observou-se uma consolidação de expectativas favoráveis dos agentes económicos relativamente à evolução do rendimento permanente, bem como uma orientação não restritiva da política orçamental. A conjugação destes fatores contribuiu para sustentar o dinamismo da procura interna. Por seu turno, ao longo do último ano, continuou a observar-se um crescimento robusto das exportações, em linha com a procura externa dirigida à economia portuguesa. No mercado de trabalho registou-se um aumento significativo do emprego do setor privado, uma diminuição do emprego no setor público – mais mitigada do que em anos anteriores – e uma forte queda do desemprego.

O processo de recuperação económica em curso continuou a caracterizar-se por baixas pressões inflacionistas, quer internas quer externas. Neste âmbito, destaca-se o processo de desalavancagem de vários setores da economia – particulares, empresas e setor financeiro – bem como a manutenção de um excedente na balança corrente e de capital, assente num excedente da balança de bens e serviços. A evolução do mercado de crédito tem vindo a caracterizar-se por uma canalização crescente dos fluxos de crédito para as empresas com melhor perfil de risco.

Contudo, os níveis da atividade económica e de emprego encontram-se ainda significativamente abaixo dos observados no período anterior à crise financeira global. Neste âmbito, importa salientar que o ritmo de recuperação da economia portuguesa tem sido mais gradual do que em períodos recessivos anteriores. Este perfil, partilhado pelo conjunto da área do euro, está em grande parte associado ao facto de ocorrer após uma crise financeira profunda, a que se sucedeu a crise das dívidas soberanas. Num quadro de ajustamento gradual, a interação entre níveis persistentemente elevados de dívida pública e privada – que exigem uma diminuição progressiva do endividamento dos agentes – e um setor financeiro excessivamente alavancado – que requer um fortalecimento em termos de solvabilidade e de qualidade dos balanços – condiciona o ritmo de recuperação económica por um período prolongado.

No que se refere aos desafios predominantemente internos, o processo de ajustamento estrutural e de correção duradoura dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo de décadas exige aprofundamento. Em particular, mantém-se a necessidade de continuar a reforçar a eficiência no processo de intermediação financeira, de assegurar uma desalavancagem adicional do setor privado e de criar novos incentivos à inovação, à mobilidade de fatores e a investimentos em capital humano e físico. Finalmente, é crucial manter um quadro institucional previsível e promotor da estabilidade macroeconómica. O cumprimento dos compromissos das autoridades nacionais no âmbito das regras orçamentais europeias permitirá assegurar uma diminuição sustentada do atual nível de dívida pública em percentagem do PIB, que constitui uma vulnerabilidade latente da economia portuguesa.

As projeções do Banco de Portugal para a economia portuguesa apontam para a continuação da recuperação gradual da atividade económica ao longo do período 2015-2017. Esta evolução deverá traduzir-se num crescimento médio anual do PIB de 1,6 por cento em 2015, seguido de crescimentos de 1,7 e 1,8 por cento em 2016 e 2017, respetivamente, o que configura um dinamismo da atividade próximo do projetado pelo Banco Central Europeu (BCE) para a área do euro.

Em linha com o observado nos últimos anos, as exportações deverão apresentar um crescimento robusto ao longo do horizonte, reforçando a tendência de transferência de recursos produtivos para os setores da economia mais expostos à concorrência internacional. Por seu turno, a procura interna deverá apresentar uma recuperação gradual, compatível com a redução do nível de alavancagem das famílias e empresas não financeiras. Neste quadro, o grau de abertura da economia portuguesa deverá registar um aumento significativo.

A economia portuguesa continua a enfrentar um conjunto de desafios da maior importância. Por um lado, é crucial assegurar um aumento significativo da produtividade, bem como assegurar uma distribuição dos retornos do crescimento económico que contribua para um grau elevado de coesão social. Estes objetivos exigem o reforço de incentivos à inovação, à mobilidade de fatores e a investimentos em capital humano e físico.

A inflação manter-se-á em níveis reduzidos, mas com tendência de aumento gradual até ao final do horizonte de previsão, para valores ainda assim inferiores aos projetados para o conjunto da área do euro.

Além de todas as incertezas a nível internacional, a redução do défice orçamental e da dívida pública continuarão a ser grandes preocupações para a economia portuguesa, num ambiente político potencialmente instável. O crescimento económico no médio prazo, o endividamento privado e a falta de competitividade no mercado de trabalho também se encontram entre os desafios do próximo Governo.

MERCADO  
SEGURADOR

## III. Mercado Segurador

Depois dos anos de expansão registados em 2013 e 2014 de 20,2% e 9,0% de taxa de crescimento, o setor segurador português registou em 2015 um decréscimo da produção de seguro direto de 11,4%, perfazendo um volume total de 12.659 milhões de euros. Esta redução deveu-se exclusivamente ao mercado vida, tendo os ramos Não Vida, nos quais a Popular Seguros atua, apresentado um crescimento de 3,7% no último ano. O peso do ramo Não Vida no setor segurador aumentou 4,6 pontos percentuais (p.p.) para 31,5% em 2015, invertendo a tendência dos últimos anos.

### Estrutura de Mercado

	2015	2014	2013	2012	2011
<b>Ramo Não Vida</b>	<b>31,5%</b>	27,0%	29,4%	36,5%	35,3%

Fonte: ASF – Atividade Seguradora em Portugal – Produção de Seguro Direto (dados provisórios para 2015, atualizados a 14.01.2016).

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução do Mercado Segurador Não Vida no último triénio:

### Evolução (Ramo Não Vida – milhões de Euros)

	2015	2014	2013	15/14 Tx. Cresc.	14/13 Tx. Cresc.
Prémios de Seguro Direto	<b>3.990</b>	3.852	3.858	3,7%	-0,1%

Fonte: ASF – Atividade Seguradora em Portugal – Produção de Seguro Direto (dados provisórios para 2015, atualizados a 14.01.2016).

O montante de prémios Não Vida emitidos, em 2015, ascendeu a 3.990.365 milhares de Euros. Deste valor, 36,9% correspondem ao ramo Automóvel, 33,8% ao ramo Acidentes e Doença, 19,1% ao ramo Incêndio e Outros Danos e 10,2% aos restantes ramos. Os ramos Acidentes e Doença e Diversos registaram um ligeiro aumento de peso no total do sector (1,1 p.p. e 0,1 p.p., respetivamente), enquanto os ramos Incêndio e Outros Danos e Marítimo, Aéreo e Transportes contraíram ligeiramente (-0,4 p.p. e -0,1 p.p., respetivamente). Uma descida mais assinalável foi a registada no ramo Automóvel (-0,7 p.p. no peso dos Ramos não vida). O ramo Responsabilidade Civil Geral manteve em 2015 o peso de 2014 (2,8%).

### Peso por Área de Negócio (Ramos Não Vida)

	2015	2014	2013	2012	2011
Acidentes e Doença	<b>33,8%</b>	32,7%	31,9%	31,7%	31,7%
Incêndio e Outros Danos	<b>19,1%</b>	19,5%	19,7%	19,3%	18,7%
Automóvel	<b>36,9%</b>	37,6%	38,3%	39,4%	40,4%
Marítimo, Aéreo e Transportes	<b>1,4%</b>	1,5%	1,6%	1,6%	1,6%
Responsabilidade Civil Geral	<b>2,8%</b>	2,8%	2,8%	2,9%	2,8%
Diversos	<b>6,0%</b>	5,9%	5,6%	5,2%	4,8%
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: ASF – Atividade Seguradora em Portugal – Produção de Seguro Direto (dados provisórios para 2015, atualizados a 14.01.2016).

Os ramos Automóvel, Acidentes e Doença, bem como o Incêndio e Outros Danos foram os que mais contribuíram para o crescimento do ramo não vida, com um acréscimo de 1,5% (1.470.746 milhares de Euros), 7,1% (1.348.689 milhares de Euros) e 1,7% (764.006 milhares de Euros), respetivamente. O ramo Marítimo, Aéreo e Transportes apresenta uma queda percentual de 5,8%. No entanto, em valores absolutos, a variação foi de apenas -25.012 milhares de Euros.

#### Crescimento (*Ramos Não Vida*)

	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Acidentes e Doença	<b>7,1%</b>	2,2%	-2,3%	-3,3%	-3,8%
Incêndio e Outros Danos	<b>1,7%</b>	-1,2%	-0,8%	-0,3%	0,5%
Automóvel	<b>1,5%</b>	-2,0%	-5,8%	-5,4%	-0,7%
Marítimo, Aéreo e Transportes	<b>-5,8%</b>	-9,1%	-2,4%	0,4%	-4,0%
Responsabilidade Civil Geral	<b>4,0%</b>	1,6%	-6,6%	-0,2%	-1,8%
Diversos	<b>7,4%</b>	5,9%	5,0%	4,2%	4,3%
<b>TOTAL</b>	<b>3,7%</b>	-30,1%	-3,1%	<b>-3,1%</b>	<b>-1,4%</b>

Fonte: ASF – Atividade Seguradora em Portugal Produção de Seguro Direto (dados provisórios para 2015, atualizados a 14.01.2016).

ATIVIDADE DA  
POPULAR SEGUROS  
EM 2015

## IV. Atividade da Popular Seguros em 2015

### 1. Principais Indicadores

A **POPULAR SEGUROS** tem como objetivo desenvolver o negócio de seguros não vida no contexto Banca-Seguros, em ligação com o Banco Popular Portugal, S.A.. No ano de 2010, a Companhia alargou a sua gama de produtos aos seguros de Acidentes de Trabalho, Automóvel, Responsabilidade Civil Geral e ao ramo Diversos.

Durante o ano de 2015, a Companhia de Seguros Não Vida deu continuidade ao desenvolvimento dos ramos lançados nos anos antecedentes, tendo sido um ano marcado pela consolidação da comercialização dos seus produtos em novos parceiros de negócio, nomeadamente, no canal Mediação e Redes Especializadas.

Os indicadores que se apresentam, seguidamente, ilustram a atividade da Popular Seguros em 2015 e 2014:

	2015	2014	Var.% 15/14
Unidade: Euros			
<b>Demonstração da Posição Financeira</b>			
Investimentos	15.533.883	15.020.321	3,4%
Ativo Líquido	18.498.159	18.864.228	-1,9%
Capital Próprio	10.519.920	9.993.255	5,3%
Provisões Técnicas de Seguro Direto	6.746.607	6.373.210	5,9%
<b>Conta de Ganhos e Perdas</b>			
Prémios Brutos Emitidos de Seguro Direto	8.371.557	7.602.627	10,1%
Prémios Adquiridos, líquidos de Resseguro	4.909.709	4.119.947	19,2%
Custos com Sinistros de Seguro Direto	3.736.424	3.627.985	3,0%
Custos com Sinistros, líquidos de Resseguro	3.356.781	3.090.175	8,6%
Custos Operacionais	1.142.716	954.637	19,7%
Resultado Líquido	749.706	623.309	20,3%
<b>Indicadores</b>			
Taxa de Sinistralidade de Seguro Direto	44,6%	47,7%	-3,1 p.p.
Taxa de Sinistralidade Líquida de Resseguro	68,4%	75,0%	-6,6 p.p.
Resultado Líquido/ Prémios Brutos Emitidos	9,0%	8,2%	0,8 p.p.
Rácio Combinado	68,5%	73,2%	-4,7 p.p.
Rácio de Solvência	282,5%	268,5%	14,1 p.p.

## 2. Prémios e Apólices

A **POPULAR SEGUROS** registou, em 2015, um volume de prémios brutos emitidos no montante de 8.371.557 Euros (7.602.627 Euros em 2014). No volume total de negócios, o peso do segmento de Incêndio e Outros Danos ascenderam a 43,7% (3.661.046 Euros), seguido do Automóvel com 31,3% (2.624.372 Euros). Em 2015, à exceção do ramo Responsabilidade Civil Geral, os restantes ramos registaram uma expansão, com destaque para o ramo Automóvel, que teve um crescimento face ao período homólogo de 19,3% (+424.196 Euros), continuando a expansão registada nos últimos anos. O ramo Incêndio e Outros Danos registou o segundo maior crescimento em valor de prémios de seguro (+333.580 Euros).

### Evolução da Atividade

N.º de Apólices	2015	%	2014	%	Unidade: Euros
					Var. % 15/14
Acidentes e Doença	13.884	23,1%	14.291	25,8%	-2,8%
Incêndio e outros danos	27.936	46,4%	25.187	45,5%	10,9%
Automóvel	15.660	26,0%	12.890	23,3%	21,5%
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Responsabilidade civil geral	2.734	4,5%	2.935	5,3%	-6,8%
Diversos	-	-	-	-	n.a.
<b>Total</b>	<b>60.214</b>	<b>100,0%</b>	<b>55.303</b>	<b>100,0%</b>	<b>8,9%</b>

A evolução dos prémios de seguro direto, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, pode ser vista como segue:

Prémios de Seguro Direto	2015	%	2014	%	Unidade: Euros
					Var. % 15/14
Acidentes e Doença	1.695.843	20,3%	1.739.996	21,2%	-2,5%
Incêndio e outros danos	3.661.046	43,7%	3.327.466	45,2%	10,0%
Automóvel	2.624.372	31,3%	2.200.176	29,0%	19,3%
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Responsabilidade civil geral	93.541	1,1%	99.005	1,8%	-5,5%
Diversos	296.754	3,5%	235.985	2,9%	25,8%
<b>Total</b>	<b>8.371.557</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.602.627</b>	<b>100,0%</b>	<b>10,1%</b>

A evolução dos prémios de resseguro cedido, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

Prémios de Resseguro Cedido	2015	%	2014	%	Unidade: Euros
					Var. % 15/14
Acidentes e Doença	397.232	12,4%	588.457	15,2%	-32,5%
Incêndio e outros danos	2.340.635	72,8%	2.211.944	71,1%	5,8%
Automóvel	145.130	4,5%	140.655	4,9%	3,2%
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Responsabilidade civil geral	46.256	1,4%	48.746	2,0%	-5,1%
Diversos	285.020	8,9%	229.632	6,7%	24,1%
<b>Total</b>	<b>3.214.275</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.219.434</b>	<b>100,0%</b>	<b>-0,2%</b>

### 3. Comissões

As comissões processadas pela intermediação de produtos de seguros atingiram, em 2015, o montante de 869.054 Euros (834.637 Euros em 2014).

No âmbito dos custos de exploração líquidos, os custos de aquisição (deduzidos dos custos de aquisição diferidos) elevaram-se a 1.332.820 Euros (1.217.452 Euros em 2014), os custos administrativos a 528.662 Euros (440.884 Euros em 2014) e o montante das comissões e participação de resultados no resseguro a 846.818 Euros (775.840 Euros em 2014).

### 4. Custos com sinistros

Os montantes pagos (montantes brutos, incluindo custos de gestão de sinistros) relativos a custos com sinistros, em 2015, atingiram o montante de 3.559.056 Euros (3.158.120 Euros em 2014), sendo 2.003.643 Euros relativos ao ramo Automóvel (1.600.152 Euros em 2014), 1.027.759 Euros (1.140.858 Euros em 2014) referentes a seguros de Incêndio e Outros Danos, 523.208 Euros referentes a seguros de Acidentes e Doença e 4.445 Euros no que respeita a Responsabilidade civil geral.

A evolução dos custos com sinistros de seguro direto, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, pode ser vista como segue:

Custos com Sinistros Seguro Direto	Unidade: Euros				Var. % 15/14
	2015	%	2014	%	
Acidentes e Doença	272.491	7,3%	930.277	11,6%	-70,7%
Incêndio e outros danos	1.134.367	30,4%	961.024	41,9%	18,0%
Automóvel	2.324.945	62,2%	1.729.529	46,4%	34,4%
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Responsabilidade civil geral	4.621	0,1%	7.154	0,0%	-35,4%
Diversos	-	0,0%	-	0,1%	n.a.
<b>Total</b>	<b>3.736.424</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.627.984</b>	<b>100,0%</b>	<b>3,0%</b>

A taxa de sinistralidade da Companhia (custos com sinistros/ prémios adquiridos) apresentou um desagravamento de 4,5 p.p. em relação ao ano anterior, para 45,3%, justificado essencialmente pela diminuição da sinistralidade verificada no ramo Acidentes e Doença (-39,6 p.p.). Os Ramos Automóvel e Incêndio e Outros Danos apresentaram um agravamento da sinistralidade de 12,9% e 1,7%, respetivamente.

Taxa de sinistralidade	Unidade: Euros		
	2015	2014	Var. % 15/14
Acidentes e Doença	14,1%	53,7%	-39,6 p.p.
Incêndio e outros danos	32,0%	30,3%	1,7 p.p.
Automóvel	96,4%	83,5%	12,9 p.p.
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	n.a.
Responsabilidade civil geral	4,7%	6,7%	-2,0 p.p.
Diversos	0,0%	1,6%	-1,6 p.p.
<b>Total</b>	<b>45,3%</b>	<b>49,8%</b>	<b>4,5 p.p.</b>

Em termos de taxa de sinistralidade calculada sobre os prémios emitidos (custos com sinistros/ prémios emitidos), a Companhia apresentou, igualmente, uma taxa de 44,6% (face a 47,7% em 2014).

A evolução dos custos com sinistros de resseguro cedido, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, pode ser vista como segue:

Custos com Sinistros Resseguro Cedido	2015	%	2014	%	Unidade: Euros
					Var. % 15/14
Acidentes e Doença	(28.885)	-7,6%	181.246	17,9%	-115,9%
Incêndio e outros danos	407.319	107,3%	353.818	82,2%	15,1%
Automóvel	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Responsabilidade civil geral	1.210	0,3%	2.745	-0,1%	-55,9%
Diversos	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
<b>Total</b>	<b>379.644</b>	<b>100,0%</b>	<b>537.809</b>	<b>100,0%</b>	<b>-29,4%</b>

## 5. Provisões Técnicas

As provisões técnicas de seguro direto, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, são desagregadas da seguinte forma:

	Unidade: Euros	
	2015	2014
Provisão para prémios não adquiridos	3.464.143	3.331.806
Provisão para sinistros	2.465.809	2.288.441
Provisão para desvios de sinistralidade	571.988	491.754
Provisão para riscos em curso	244.667	261.210
<b>Total</b>	<b>6.746.607</b>	<b>6.373.210</b>

A provisão para prémios não adquiridos totalizou, em 2015, o montante de 3.464.143 Euros (3.331.806 Euros em 2014), correspondendo este montante a uma componente de prémios não adquiridos (3.960.090 Euros) deduzida dos custos de aquisição diferidos (495.946 Euros).

Do total da provisão para prémios não adquiridos, 34,3% respeitam ao segmento Incêndio e Outros Danos (1.187.378 Euros), 30,5% a Acidentes e Doença (1.057.366 Euros), 30,5% ao segmento Automóvel (1.055.390 Euros), 1,2% ao ramo Responsabilidade Civil Geral (41.187 Euros) e os restantes 3,5% ao ramo Diversos (122.823 Euros).

A provisão para sinistros de seguro direto ascendeu, em 31 de dezembro de 2015, a um montante total de 2.465.809 Euros (2.288.441 Euros em 2014). O crescimento verificado em 2015, face ao período homólogo, deveu-se maioritariamente ao ramo Automóvel com um valor de 1.039.393 Euros (718.092 Euros em 2014), a que corresponde um acréscimo de 321.302 Euros. O ramo Incêndio e Outros Danos também registou um acréscimo, de 106.608 Euros, atingindo em 31 de dezembro de 2015 um montante de 838.211 Euros (731.603 Euros em 2014). A produzir o efeito contrário esteve o ramo Acidentes e Doença, que diminuiu o seu valor em 250.717 Euros para 584.511 Euros (835.228 Euros em 2014).

No decorrer de 2015, a Companhia dotou a provisão para desvios de sinistralidade no montante de 80.234 Euros (73.878 Euros em 2014). Esta provisão destina-se a fazer face a sinistralidade, excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

No final de 2015, por forma a fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis e relativos a contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte, a Companhia apresentava uma provisão para riscos em curso no montante de 244.667 Euros, para os ramos Acidentes e Doença, Automóvel e Diversos. Durante o ano de 2015, assistiu-se a uma diminuição da mesma no montante de 16.543 Euros.

## 6. Saldo Técnico Líquido de Resseguro

O saldo técnico líquido de resseguro, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, é apresentado como segue:

Saldo Técnico Líquido de Resseguro	2015	%	2014	%	Unidade: Euros
					Var. % 15/14
Acidentes e Doença	726.341	95,3%	102.006	169,0%	612,1%
Incêndio e outros danos	497.242	65,3%	347.238	-2,5%	43,2%
Automóvel	(463.082)	-60,8%	47.713	-75,9%	-1070,6%
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	0,0%	-	0,0%	n.a.
Responsabilidade civil geral	17.883	2,3%	22.781	13,6%	-21,5%
Diversos	(16.397)	-2,2%	(10.185)	-4,1%	-61,0%
<b>Total</b>	<b>761.986</b>	<b>100,0%</b>	<b>509.553</b>	<b>100,0%</b>	<b>49,5%</b>

O saldo técnico líquido de resseguro ascendeu, em 2015, ao montante de 761.986 Euros, com um acréscimo de 49,5% em relação ao ano anterior. Os ramos que mais contribuíram para este resultado foram Acidentes e Doença e Incêndio e Outros Danos nos montantes de +624.335 Euros (+612,1% face a 2014) e +150.004 Euros (+43,2% face a 2014), respetivamente. Os restantes ramos registaram decréscimos, com destaque para o Automóvel, -510.795 Euros (-1.070,6% face a 2014).

## 7. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2015, a carteira de investimentos da Popular Seguros eleva-se a 15.533.883 Euros (15.020.321 Euros em 2014). Deste valor, cerca de 95,3% (92,3% em 2014) são representados por Obrigações e outros títulos de rendimento fixo e 4,7% (4,0% em 2014) representados por Unidades de Participação em Fundos de Investimento.

	2015		2014		Unidade: Euros
	Valor	Peso Carteira	Valor	Peso Carteira	
Ações	-	0,0%	-	0,0%	
Operações por liquidar <sup>(1)</sup>	-	0,0%	550.812	3,7%	
Unidades de participação em fundos de investimento	723.812	4,7%	603.190	4,0%	
Títulos de rendimento fixo	14.810.071	95,3%	13.866.319	92,3%	
<b>Total</b>	<b>15.533.883</b>	<b>100,0%</b>	<b>15.020.321</b>	<b>100,0%</b>	

(1) O valor das operações a liquidar inclui o montante das operações devedoras (refletidas no ativo) e credoras (refletidas no passivo)

## 8. Custos Operacionais

Em 2015, os custos operacionais ascenderam ao montante de 1.142.716 Euros (954.637 Euros em 2014), apresentando um crescimento de 19,7% face ao período homólogo, o que correspondeu a um aumento de cerca de 188 mil Euros. Do total dos custos, a rubrica Fornecimentos e Serviços Externos é a que detém maior representatividade (87,9% em 2015 e 84,5% em 2014), seguida da rubrica Amortizações (6,7% em 2015 e 9,9% em 2014).

Os custos operacionais podem ser visualizados como segue:

Custos Operacionais	2015		2014		Unidade: Euros
	Valor	%	Valor	%	Var. % 15/14
Custos com Pessoal	8.448	0,7%	6.585	0,7%	28,3%
Fornecimentos e Serviços Externos	1.004.265	87,9%	806.475	84,5%	24,5%
Impostos e Taxas	37.092	3,2%	32.286	3,4%	14,9%
Amortizações	76.240	6,7%	94.337	9,9%	-19,2%
Juros Suportados	-	0,0%	838	0,1%	-100,0%
Comissões	16.671	1,5%	14.116	1,5%	18,1%
<b>Total</b>	<b>1.142.716</b>	<b>100,0%</b>	<b>954.637</b>	<b>100,0%</b>	<b>19,7%</b>

## 9. Resultado do Exercício, Capital Próprio e Margem de Solvência

A **POPULAR SEGUROS** foi constituída em 30 de Agosto de 2006 com um capital social de 7,5 milhões de Euros, representado por 1,5 milhões de ações ordinárias de valor nominal de 5 Euros cada. Não se verificou qualquer aumento de capital desde essa data.

O resultado do exercício, em 31 de dezembro de 2015, foi de 749.706 Euros (623.309 Euros em 2014).

Os capitais próprios ascendiam, em 31 de dezembro de 2015, ao montante de 10.519.920 Euros (9.993.255 Euros em 2014):

	Unidade: Euros	
	2015	2014
Capital	7.500.000	7.500.000
Reservas de reavaliação	13.186	300.981
Reserva por impostos diferidos	(2.967)	(67.721)
Outras reservas	214.491	152.160
Resultados transitados	2.045.504	1.484.526
<b>Resultado do exercício</b>	<b>749.706</b>	<b>623.309</b>
<b>Total</b>	<b>10.519.920</b>	<b>9.993.255</b>

A taxa de cobertura da margem de solvência da **POPULAR SEGUROS**, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, decompunha-se como segue:

	Unidade: Euros	
	2015	2014
Elementos constitutivos do Fundo de Garantia	<b>10.454.179</b>	<b>9.933.192</b>
Margem de solvência a constituir	<b>3.700.000</b>	<b>3.700.000</b>
Resultado na ótica dos prémios	1.293.883	1.114.370
Resultado na ótica dos sinistros	773.001	633.539
Resultado limite do n.º 9 do artigo 97.º	3.700.000	3.700.000
Fundo de Garantia mínimo legal	3.700.000	3.700.000
Excesso/insuficiência da margem de solvência	<b>6.754.179</b>	<b>6.233.192</b>
<b>Taxa de cobertura da margem de solvência</b>	<b>282,5%</b>	<b>268,5%</b>

A taxa de cobertura da margem de solvência apresentou um aumento para 282,5% em 2015 (268,5% em 2014). Relativamente aos elementos representativos da margem estes são compostos essencialmente pelo Capital Social.

## 10. Gestão de Riscos e Controlo Interno

Tendo subjacente o enquadramento facultado pela Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), a Popular Seguros, prosseguiu o trabalho de adaptação ao novo regime de Solvência II, o qual implicará alterações substanciais no negócio de seguro. Esta diretiva tem a sua entrada em vigor a 1 de janeiro de 2016.

No decurso do ano 2015, foram desenvolvidas ações, das quais se destacam as seguintes:

- Cálculo e reporte à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões do requisito de capital (SCR) referente às datas de 31 de Dezembro de 2014 e 30 de Setembro de 2015;
- Desenvolvimento e aprovação das Políticas de Autoavaliação Prospetiva dos Riscos e de Apetite ao Risco;
- Realização do Exercício de *Forward Looking Assessment of Own Risks* (FLAOR), incluindo cenários de *stress testing* e elaboração do respetivo relatório para o triénio 2015-2017;
- Elaboração do Relatório Narrativo de Solvência relativo à posição a 31 de Dezembro de 2014;
- Início da revisão do Modelo de Governo da Sociedade e elaboração das Políticas de Risco previstas em Solvência II;
- Revisão das Políticas existentes na Companhia de forma a garantir o alinhamento com todos os requisitos de Solvência II;
- Desenvolvimento e melhoria dos mecanismos de monitorização para verificação do cumprimento dos níveis de tolerância ao risco e das políticas e procedimentos de gestão de riscos;
- Avaliação qualitativa da matriz de riscos operacionais e não operacionais;
- Identificação de requisitos de sistemas de informação para Solvência II;
- Participação ativa e obrigatória nos Comitês de Investimento, dando cumprimento ao dever de comunicação à Administração dos riscos identificados como potencialmente materiais e monitorizando o risco de mercado;
- Sensibilização e mobilização da Administração e Diretores de Topo da Companhia para a fase de preparação para o projeto Solvência II, nomeadamente nas áreas: sistema de governação, autoavaliação prospetiva dos riscos e submissão de informação à entidade reguladora;
- Participação ativa em grupos de trabalho da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do projeto Solvência II.

## 11. Principais Projetos e Iniciativas em 2015

Para que a Popular Seguros conseguisse ultrapassar a difícil conjuntura, vivida no mercado segurador e na atividade económica em 2015, foram vários os projetos e iniciativas desenvolvidas e, que em conjunto, contribuíram como uma oportunidade de inovação e de aproximação aos clientes e aos vários canais de distribuição. Como mais importantes, temos a destacar:

- Desenvolvimento e implementação do novo regime prudencial – Solvência II;
- Melhoria do processo de cobranças, com a implementação de medidas que conduzam a uma maior eficiência e eficácia;
- Alargamento do canal *bancassurance* com a entrada do Banco Carregosa;
- Agilização do processo de gestão de sinistros;
- Continuação da aposta, pela companhia, no seguro MR - “Popular Condomínio”;

- Disponibilização de mais funcionalidades nos pontos de vendas, com o objetivo de otimizar os processos e melhor servir os nossos clientes;
- Projeto PRM "*Partner Relationship Management*" que nos permitiu conhecer melhor as necessidades dos nossos parceiros e efetuar uma melhor segmentação dos pontos de venda, assim como, uma adequação dos processos e dos níveis de serviço.
- Reorganização da estrutura comercial dedicada às redes bancárias e de mediação.
- Migração para um novo sistemas de gestão documental.

PROPOSTA DE  
APLICAÇÃO DE  
RESULTADOS

## V. Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido positivo do exercício de 2015 foi de 749.706 Euros, propondo-se a seguinte aplicação:

- ♥ Para Reserva Legal: 74.971 Euros;
- ♥ Para Resultados Transitados: 674.735 Euros.

PERSPETIVAS  
FUTURAS

## VI. Perspetivas Futuras

Os principais projetos/iniciativas para os anos de 2016 e seguintes, que visam contribuir para a concretização dos objetivos estratégicos, táticos e operativos definidos pela Popular Seguros, podem ser descritos como segue:

### Foco no cliente

- ♥ Focalizar prioritariamente a atividade de contacto no cliente, promovendo a segmentação e elegendo como mercados prioritários as PME's e Particulares.
- ♥ Disponibilizar uma oferta global e integrada nas áreas da proteção pessoal e do património.
- ♥ Aumentar o *Cross-Selling* em colaboração com os canais de distribuição.
- ♥ Assegurar a retenção de clientes e sucesso das vendas, garantindo a máxima satisfação dos mesmos no que respeita ao nível de serviço prestado.
- ♥ Promover a interação dos nossos clientes e parceiros através de plataformas *Web* e *Mobile*.
- ♥ Implementar um sistema *online* que permita ao cliente/canal o acompanhamento do processo de sinistro.

### Alargamento da Rede de Distribuição

- ♥ Consolidar e alargar a base de distribuição das Redes especializadas, Mediação profissional, Redes bancárias, *Affinities* e Rede de Agentes Principais.

### Sustentar um nível de rentabilidade

- ♥ Incrementar as margens técnicas do negócio, através quer de uma política de preço adequada e uma seleção de riscos exigente, quer de uma redução contínua dos custos unitários, através do aumento da escala e da monitorização da base de custos.

### Melhoria da operacionalidade

- ♥ Promover a eficiência de processos através da automatização e desmaterialização de processos, tornando os processos simples e desburocratizados, com especial enfoque na área dos Sinistros e Contratação.
- ♥ Melhorar o atendimento aos clientes no serviço "pós-venda", quer nos tempos de resposta e na célere resolução da situação dos clientes, quer na qualidade e no serviço que é prestado aos clientes.
- ♥ Desenvolver, implementar e melhorar a eficácia do sistema de controlo de qualidade da Companhia, aplicando métricas, definindo objetivos e divulgando SLAs (*Service Level Agreement*) em cada fase do processo de negócio ou de suporte, com vista a garantir a qualidade de serviço ao cliente.

No âmbito da Gestão de Risco, para 2016 prevê-se o desenvolvimento das seguintes atividades:

- ♥ Quantificação regular da posição de solvência, em linha com o reporte externo trimestral e anual exigido na regulamentação de Pilar III, otimizando o processo de governação e integração do processo no âmbito do controlo interno;

- ♥ Desenvolvimento do processo de monitorização sistemática e periódica do cumprimento dos limites de Apetite ao Risco, promovendo também o alinhamento do plano estratégico de negócio com as dimensões de risco e capital;
- ♥ Aquisição de *tools* integradas para o cálculo do SCR com vista a permitir a automatização do cálculo e o estabelecimento de sinergias com os diferentes pilares de Solvência II;
- ♥ Implementação e operacionalização das Funções Chave em conformidade com os requisitos de Solvência II;
- ♥ Reforço da estrutura interna de Comités tendo em conta os requisitos identificados no Pilar II para cada Política e de forma a dar resposta aos requisitos de Solvência II, nomeadamente através da criação de um Comité de Gestão de Risco e do reforço do reporte interno de risco e Solvência II;
- ♥ Reforço da definição formal das responsabilidades e linhas de reporte dentro da Companhia, sistematizando os canais de relacionamento e requisitos de reporte funcional e hierárquico;
- ♥ Desenvolvimento e implementação das Políticas estabelecidas no âmbito do regime de Solvência II e em falta na Companhia, nomeadamente ao nível da *Framework* de Políticas; Política de Gestão de Risco; Política de Investimentos, Liquidez e ALM; Política de Subscrição e Provisionamento; Política de Gestão de Capital; Política de Risco Operacional e Controlo Interno; Política de Auditoria Interna; Política de Subcontratação; Política de Resseguro; Política de *Reporting e Disclosure*; Política de Qualidade de Dados; Política de *Fit and Proper*.

CONSIDERAÇÕES  
FINAIS

## VII. Considerações Finais

O Conselho de Administração está muito grato pela confiança demonstrada pelos clientes da **POPULAR SEGUROS** e agradece todo o esforço e dedicação demonstrados pelos colaboradores e a ação relevante do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas no exercício das funções que lhe estão estatutariamente cometidas.

Expressamos igualmente o nosso reconhecimento aos nossos parceiros e canais de distribuição pela colaboração na divulgação e promoção da POPULAR SEGUROS.

Registamos ainda o agradecimento da POPULAR SEGUROS pelos apoios recebidos da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e da Associação Portuguesa de Seguradores.

Lisboa, 17 de fevereiro de 2016

### O Conselho de Administração



Luís Eduardo da Silva Barbosa  
(Presidente do Conselho de Administração)



Carlos Manuel Sobral Cid da Costa Álvares  
(Vogal)



Francisco José Ribeiro Valério  
(Vogal)



Carla Maria da Luz Gouveia  
(Vogal)

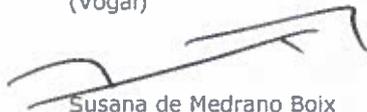


José Luis Castro Cortizo  
(Vogal)

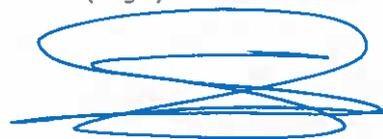
Pedro Miguel da Gama Cunha  
(Vogal)



Tomás Pereira Pena  
(Vogal)



Susana de Medrano Boix  
(Vogal)



ANEXO AO  
RELATÓRIO DO  
CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO

## VIII. Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Participação de Acionistas que, em 31 de dezembro de 2015, detinham um décimo ou mais do total das ações (*art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais*):

### Participação de Acionistas

Unidade: Euros

	<b>2015</b>	<b>Percentagem</b>
Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	7.500.000	100%

DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
*2015*

# Demonstrações Financeiras 2015

## Contas de Ganhos e Perdas de 2015

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2015			2014
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	Total
Unidade: Euros					
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	4.909.709	-	4.909.709	4.119.947
Prémios brutos emitidos		8.371.557	-	8.371.557	7.602.627
Prémios de resseguro cedido		3.214.275	-	3.214.275	3.219.434
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		119.994	-	119.994	312.207
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		(127.579)	-	(127.579)	48.961
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços		-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6	3.356.781	-	3.356.781	3.090.175
Montantes pagos		3.096.613	-	3.096.613	2.626.344
Montantes brutos		3.559.056	-	3.559.056	3.158.120
Parte dos resseguradores		462.443	-	462.443	531.775
Provisão para sinistros (variação)		260.168	-	260.168	463.831
Montante bruto		177.369	-	177.369	469.865
Parte dos resseguradores		(82.799)	-	(82.799)	6.034
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	7	63.691	-	63.691	54.148
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro		-	-	-	-
Montante bruto		-	-	-	-
Parte dos resseguradores		-	-	-	-
Participação nos resultados, líquida de resseguro		-	-	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	8	1.014.625	-	1.014.625	882.496
Custos de aquisição		1.320.477	-	1.320.477	1.244.675
Custos de aquisição diferidos (variação)		12.343	-	12.343	(27.222)
Gastos administrativos		528.622	-	528.622	440.884
Comissões e participação nos resultados de resseguro		846.818	-	846.818	775.840
Rendimentos	9	224.663	152.231	376.894	428.892
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		209.378	104.073	313.451	368.202
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		15.286	48.158	63.444	60.690
Gastos financeiros	10	140.020	38.351	178.371	170.036
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		84.233	38.351	122.583	122.423
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		55.787	-	55.787	47.612
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	11	230.282	139.437	369.719	610.123
De ativos disponíveis para venda		230.282	139.437	369.719	610.107
De empréstimos e contas a receber		-	-	-	16
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De outros		-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-

(cont.)

O Técnico Oficial de Contas

## Contas de Ganhos e Perdas de 2015

(cont.)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2015			2014	
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	Total	
Diferenças de câmbio		-	-	-	-	-
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	12	26.909	45.284	72.193	128.863	128.863
De ativos disponíveis para venda		26.909	45.284	72.193	128.863	128.863
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		-	-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-	-
De outros		-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	13	(642)	-	(642)	(678)	(678)
Outras provisões (variação)	14	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	15	-	(2.467)	(2.467)	(1.211)	(1.211)
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		-	-	-	-	-
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-	-
Ganhos e perdas de ativos não correntes não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		-	-	-	-	-
<b>Resultado Líquido antes de Impostos</b>	<b>27</b>	<b>761.986</b>	<b>205.566</b>	<b>967.552</b>	<b>831.355</b>	<b>831.355</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24	177.502	56.588	234.090	158.020	158.020
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24	(6.055)	(10.189)	(16.243)	50.026	50.026
<b>Resultado Líquido do exercício</b>		<b>590.539</b>	<b>159.167</b>	<b>749.706</b>	<b>623.309</b>	<b>623.309</b>

O Técnico Oficial de Contas

## Demonstração de Rendimento Integral

DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL	Notas do Anexo	2015			2014		
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total
		Unidade: Euros					
<b>Resultado líquido do período</b>	27	590.539	159.167	749.706	383.486	239.823	623.309
<b>Outro rendimento integral do período</b>							
Items que reclassificam por resultados							
Reserva de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	27	(168.493)	(119.301)	(287.794)	169.265	94.132	263.397
Ganhos e perdas líquidos		(425.684)	(304.022)	(729.706)	(215.642)	(259.931)	(475.573)
Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício		257.191	184.720	441.912	384.907	354.063	738.970
Imparidade		26.909	45.284	72.193	38.810	90.052	128.863
Alienação		230.282	139.437	369.719	346.096	264.011	610.107
Reserva por impostos relacionados com itens que reclassificam por resultados	27	37.911	26.843	64.754	(37.602)	(20.911)	(58.513)
<b>Total do outro rendimento integral do período</b>		(130.582)	(92.458)	(223.041)	131.664	73.221	204.884
<b>Total do Rendimento integral do período líquido de impostos</b>		459.957	66.708	526.666	515.149	313.044	828.193

O Técnico Oficial de Contas

## Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2015

		Unidade: Euros	
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	Notas	2015	2014
<b>ATIVO</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16	784.928	251.137
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-
Derivados de cobertura		-	-
Ativos disponíveis para venda	18	15.533.883	14.469.509
Empréstimos e contas a receber	19	-	1.613.763
Depósitos junto de empresas cedentes		-	-
Outros depósitos		-	-
Empréstimos concedidos		-	-
Contas a receber		-	-
Outros		-	1.613.763
Investimentos a deter até à maturidade		-	-
Terrenos e edifícios		-	-
Terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Terrenos e edifícios de rendimento		-	-
Outros ativos tangíveis	20	-	-
Inventários		-	-
Goodwill		-	-
Outros ativos intangíveis	21	65.740	60.062
Provisões técnicas de resseguro cedido	22	1.689.831	1.873.255
Provisão para prémios não adquiridos		1.234.046	1.334.671
Provisão matemática do ramo vida		-	-
Provisão para sinistros		455.785	538.585
Provisão para participação nos resultados		-	-
Provisão para compromissos de taxa		-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-
Outras provisões técnicas		-	-
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	23	361.890	550.858
Contas a receber por operações de seguro direto		334.126	445.581
Contas a receber por outras operações de resseguro		16.665	68.236
Contas a receber por outras operações		11.100	37.041
Ativos por impostos	24	61.887	45.643
Ativos por impostos correntes		-	-
Ativos por impostos diferidos		61.887	45.643
Acréscimos e diferimentos	25	-	-
Outros elementos do ativo		-	-
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-
<b>Total do Ativo</b>		<b>18.498.159</b>	<b>18.864.228</b>

O Técnico Oficial de Contas

## Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2015

Unidade: Euros

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	Notas	2015	2014
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>			
<b>PASSIVO</b>			
Provisões técnicas	22	6.746.607	6.373.210
Provisão para prémios não adquiridos		3.464.143	3.331.806
Provisão matemática do ramo vida		-	-
Provisão para sinistros		2.465.809	2.288.441
De vida		-	-
De acidentes de trabalho		398.071	384.361
De outros ramos		2.067.738	1.904.080
Provisão para participação nos resultados		-	-
Provisão para compromissos de taxa		-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-
Provisão para desvios de sinistralidade		571.988	491.754
Provisão para riscos em curso		244.667	261.210
Outras provisões técnicas		-	-
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		-	-
Outros passivos financeiros	26	375.773	1.550.451
Derivados de cobertura		-	-
Passivos subordinados		-	-
Depósitos recebidos de resseguradores		375.773	487.500
Outros		-	1.062.951
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	23	448.350	538.821
Contas a pagar por operações de seguro direto		166.446	157.903
Contas a pagar por outras operações de resseguro		240.697	348.826
Contas a pagar por outras operações		41.207	32.091
Passivos por impostos	24	268.915	277.467
Passivos por impostos correntes		265.948	209.747
Passivos por impostos diferidos		2.967	67.721
Acréscimos e diferimentos	25	138.594	131.025
Outras Provisões	14	-	-
Outros Passivos		-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		-	-
<b>Total do Passivo</b>		<b>7.978.239</b>	<b>8.870.974</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital	27	7.500.000	7.500.000
(Ações Próprias)		-	-
Outros instrumentos de capital		-	-
Reservas de reavaliação	27	13.186	300.981
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		13.186	300.981
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Por revalorização de ativos intangíveis		-	-
Por revalorização de outros ativos tangíveis		-	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		-	-
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		-	-
De diferenças de câmbio		-	-
Reserva por impostos diferidos	27	(2.967)	(67.721)
Outras reservas	27	214.491	152.160
Resultados transitados	27	2.045.504	1.484.526
Resultado do exercício	27	749.706	623.309
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>10.519.920</b>	<b>9.993.255</b>
<b>Total do Passivo e Capital Próprio</b>		<b>18.498.159</b>	<b>18.864.228</b>

O Técnico Oficial de Contas

## Demonstração de Alterações de Capital Próprio em 31 de dezembro de 2015

Unidade: Euros

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva Legal			
<b>Balço a 31 de dezembro de 2014 (balço de abertura)</b>	<b>27</b>	<b>7.500.000</b>	<b>300.981</b>	<b>(67.721)</b>	<b>152.160</b>	<b>1.484.526</b>	<b>623.309</b>	<b>9.993.255</b>
Correções de erros (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-
<b>Balço de abertura alterado</b>	<b>(1)</b>	<b>7.500.000</b>	<b>300.981</b>	<b>(67.721)</b>	<b>152.160</b>	<b>1.484.526</b>	<b>623.309</b>	<b>9.993.255</b>
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	(2)	-	-	-	62.331	560.978	(623.309)	-
<b>Resultado Líquido do período</b>	<b>(3)</b>	<b>27</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>749.706</b>	<b>749.706</b>
<b>Outro rendimento integral do período</b>	<b>(4)</b>	<b>27</b>	<b>-</b>	<b>(287.794)</b>	<b>64.754</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(223.041)</b>
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		-	(287.794)	64.754	-	-	-	(223.041)
<b>Total do rendimento integral do período</b>	<b>(5)=(3)+(4)</b>	<b>-</b>	<b>(287.794)</b>	<b>64.754</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>749.706</b>	<b>526.666</b>
Operações com detentores de capital	(6)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total das variações do capital próprio</b>	<b>(7)=(2)+(5)+(6)</b>	<b>-</b>	<b>(287.794)</b>	<b>64.754</b>	<b>62.331</b>	<b>560.978</b>	<b>126.397</b>	<b>526.666</b>
<b>Balço a 31 de dezembro de 2015</b>	<b>(8)=(7)+(1)</b>	<b>7.500.000</b>	<b>13.186</b>	<b>(2.967)</b>	<b>214.491</b>	<b>2.045.504</b>	<b>749.706</b>	<b>10.519.920</b>

O Técnico Oficial de Contas

# Demonstração de Alterações de Capital Próprio em 31 de dezembro de 2014

Unidade: Euros

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva Legal			
<b>Balanco a 31 de dezembro de 2013 (balanco de abertura)</b>	27	7.500.000	37.584	(9.208)	127.956	1.266.688	242.042	9.165.061
Correções de erros (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-
<b>Balanco de abertura alterado</b>	(1) 27	7.500.000	37.584	(9.208)	127.956	1.266.688	242.042	9.165.061
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	(2)	-	-	-	24.204	217.838	(242.042)	-
<b>Resultado Líquido do período</b>	(3) 27	-	-	-	-	-	623.309	623.309
<b>Outro rendimento integral do período</b>	(4) 27	-	263.397	(58.513)	-	-	-	204.885
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		-	263.397	(58.513)	-	-	-	204.885
<b>Total do rendimento integral do período</b>	(5)=(3)+(4)	-	263.397	(58.513)	-	-	623.309	828.193
Operações com detentores de capital	(6)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total das variações do capital próprio</b>	(7)=(2)+(5)+(6)	-	263.397	(58.513)	24.204	217.838	381.267	828.193
<b>Balanco a 31 de dezembro de 2014</b>	(8)=(7)+(1)	7.500.000	300.981	(67.721)	152.160	1.484.526	623.309	9.993.255

O Técnico Oficial de Contas

## Demonstração de Fluxos de Caixa

Unidade: Euros			
Demonstração de Fluxos de Caixa	Notas	2015	2014
<b>Fluxos de atividade operacional</b>			
+ Prémios de seguro direto recebidos		9.590.589	8.295.399
- Sinistros de seguro direto pagos		3.442.693	2.984.436
- Prémios de resseguro cedido pagos líquidos de Sinistros de resseguro cedido recebidos (inclui comissões e participações nos resultados de resseguro cedido)		1.965.051	1.889.410
- Comissões por intermediação de seguros		566.025	642.514
- Outras comissões pagas		80.756	64.239
- Pagamentos ao pessoal		257.353	205.745
- Pagamentos a fornecedores e mediadores		1.048.879	805.079
- Outros fluxos de caixa operacionais		55.454	(13.432)
+ Dividendos recebidos		63.444	60.690
+ Juros recebidos		408.734	402.573
+ Alienações realizadas de investimentos		10.942.348	17.580.789
+ Reembolsos obrigações		2.651.000	4.911.666
- Aquisição de investimentos		-	-
Títulos de rendimento variável		445.780	-
Títulos de rendimento fixo		13.814.781	23.968.921
- Variação depósitos a prazo		-	-
- Impostos sobre os rendimentos pagos		1.363.634	1.049.743
<b>Sub-Total</b>		<b>615.709</b>	<b>(345.539)</b>
<b>Fluxos de atividade de investimento</b>			
- Aquisição de imobilizado		81.918	-
+ Alienação de imobilizado		-	-
- Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	-
+ Empréstimos pagos por partes relacionadas		-	-
<b>Sub-Total</b>		<b>(81.918)</b>	<b>-</b>
<b>Fluxos de atividade de financiamento</b>			
+ Recebimentos de aumento de capital		-	-
+ Recebimentos de empréstimos subordinados		-	-
- Pagamento de empréstimos subordinados		-	-
+ Recebimentos de empréstimos concedidos		-	-
- Pagamentos de empréstimos obtidos		-	-
- Pagamentos de contratos de locação financeira		-	-
- Dividendos pagos a acionistas		-	-
- Dividendos pagos a interesses minoritários		-	-
<b>Sub-Total</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Efeitos das diferenças de câmbio</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>16</b>	<b>533.791</b>	<b>(345.539)</b>
Caixa e seus equivalentes em 1 de Janeiro	<b>16</b>	251.137	596.676
Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro	<b>16</b>	784.928	251.137
<b>Variação no período</b>		<b>533.791</b>	<b>(345.539)</b>

O Técnico Oficial de Contas

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO  
DA POSIÇÃO FINANCEIRA  
E À CONTA  
DE GANHOS E PERDAS  
*2015*

# Anexo à Demonstração da Posição Financeira e à Conta de Ganhos e Perdas de 2015

(Valores expressos em Euros)

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2016.

## Nota 1 – Informações Gerais

### 1.1. Domicílio e forma jurídica da empresa de seguros, o seu país de registo e o endereço da sede registada

A **POPULAR SEGUROS - Companhia de Seguros, S.A.** foi constituída em 30 de agosto de 2006, com um capital de 7.500.000 Euros, na sequência do despacho de autorização emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal, incluído na Norma n.º 5/2006-A, de 25 de julho, e tem como objeto exclusivo o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro dos ramos “Não Vida”, podendo ainda exercer as atividades conexas ou complementares das de seguro ou resseguro autorizadas por lei. A Companhia iniciou a comercialização dos seus produtos em outubro de 2006 e tem a sua sede na Rua Ramalho Ortigão, n.º 51 em Lisboa.

### 1.2. Descrição da natureza do negócio da empresa de seguros e do ambiente externo em que opera

A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguros para o ramo não vida para o qual obteve a devida autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Na sua atividade, a Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguros para o ramo não vida, operando nos ramos Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Incêndio e Outros Danos, Automóvel, Responsabilidade Civil Geral, Proteção Jurídica e Assistência, e apenas em Portugal.

No decorrer do exercício de 2009, a Popular Seguros solicitou autorização ao Instituto de Seguros de Portugal para alargar o âmbito da sua atividade seguradora a outros ramos, modalidades, e grupos de ramos não vida, conforme classificação do Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de abril.

A Companhia obteve, através da Norma de Autorização n.º 5/2009-A, de 29 de outubro de 2009, autorização por parte do Instituto para a exploração dos seguintes ramos e modalidades: responsabilidade Civil Geral na modalidade “outras”, Proteção Jurídica e Assistência; e dos seguintes grupos de ramos não vida: Seguro de Acidentes e Doença e Seguro Automóvel.

Em 2010, a Companhia iniciou a comercialização nos ramos Acidentes de Trabalho, Automóvel, Responsabilidade Civil Geral, Proteção Jurídica e Assistência.

Durante o ano de 2011, a Companhia iniciou a comercialização do ramo Doença tendo continuado a aposta nos novos ramos de 2010, nomeadamente Acidentes de Trabalho e Automóvel.

A atividade seguradora em Portugal, que tem vindo a conhecer nos últimos anos um crescimento sustentado, apresenta em 2015 um decréscimo. Fruto do contexto económico, o Mercado Segurador viveu, em 2015, um ano de desaceleração.

No exercício de 2015, de acordo com os valores provisórios apresentados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), o Mercado Segurador apresentou um decréscimo de 12% sendo o volume total de prémios de seguro direto de 12,4 mil milhões de Euros. Este decréscimo é justificado, pelo ramo Vida em -17%, uma vez que o ramo Não Vida, apresentou um crescimento de 3,5%, quando no ano anterior tinha decrescido -0,1%.

A Popular Seguros tem apostado nos últimos anos no alargamento e diversificação da sua oferta, comercializando produtos nos segmentos de proteção pessoal e patrimonial. Utiliza como canal de distribuição maioritário o *Bancassurance*, tendo o Banco Popular Portugal como canal preferencial. Recentemente tem vindo a apostar no reforço da sua distribuição no canal da Mediação e Redes Especializadas.

Outras informações sobre a natureza do negócio e do ambiente externo em que a Popular Seguros opera encontram-se nos capítulos II, III e IV do presente Relatório e Contas.

## Nota 2 – Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adotadas

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de abril, e subsequentemente alterado pelas Normas Regulamentares n.º 20/2007-R, de 31 de dezembro e n.º 22/2010-R, de 16 de dezembro e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pela ASF.

O Plano de Contas atual segue os International Financial Accounting Standards (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto o IFRS 4 - Contratos de Seguro, relativamente ao qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Tal como descrito a seguir sob o título Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, a Companhia adotou na preparação destas demonstrações financeiras as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde o início do exercício. Esta adoção

teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afetando a posição financeira da Companhia.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico. A Companhia opera sobre o princípio da continuidade.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3 do presente relatório.

No exercício de 2015 não ocorreram alterações das políticas contabilísticas na preparação da informação financeira relativamente ao exercício anterior.

#### **a) Normas contabilísticas e interpretações emitidas**

Em resultado das orientações emitidas por parte da União Europeia, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2015:

##### **i) Normas:**

Melhorias às normas 2011- 2013, (a aplicar na União Europeia nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2015). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas melhorias não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

##### **ii) Interpretações:**

IFRIC 21 (nova), 'Taxas'. A IFRIC 21 é uma interpretação à IAS 37 e ao reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto (que não imposto sobre o rendimento - IRC) corresponde à atividade descrita na legislação relevante que obriga ao pagamento. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Normas, alterações a normas existentes e interpretações que já publicadas e cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015, ou em data posterior, e que a Entidade decidiu não adotar antecipadamente.

i) IAS 1 (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial. A alteração terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

ii) IAS 16 e IAS 38 (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

iii) IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Fevereiro de 2015). A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

iv) IAS 16 e IAS 41 (alteração), 'Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura para o âmbito da IAS 16 – Ativos tangíveis, com o consequente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

v) IAS 27 (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

vi) Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma "Entidade de Investimento" se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento". A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

vii) IFRS 11 (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

viii) Melhorias às normas 2010 - 2012, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e IAS 24. A única melhoria que se espera que venha a ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia é a IFRS8, que exigirá divulgações adicionais.

ix) Melhorias às normas 2012 - 2014, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Estas melhorias ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Afetam os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas melhorias não terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

x) IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A adoção desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

xi) IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". A norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 2.2. Principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas, abaixo descritas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras:

### a) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos/passivos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A Popular Seguros encontra-se estruturada de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- Acidentes e doença;
- Incêndio e outros danos;
- Automóvel;
- Responsabilidade civil geral;
- Diversos.

### b) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação (divulgadas pelo Banco de Portugal). Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

### c) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, sendo depreciados e sujeitos a testes de imparidade. As suas depreciações são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, numa base duodecimal, considerando as seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

Ativos fixos tangíveis	Taxas anuais
Instalações	10%
Máquinas e Aparelhos	10% - 25%
Viaturas	25%
Mobiliário e Equipamento	10% - 33,33%

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correto de um dado ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Companhia opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

#### **d) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, sendo amortizados e sujeitos a testes de imparidade. As suas amortizações são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

<b>Ativos intangíveis</b>	<b>Taxas anuais</b>
Despesas com Aplicações Informáticas	33,33%
Outros	33,33%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

## e) Ativos financeiros

### (i) Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- **Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas**

Os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, podem subdividir-se em duas categorias:

(i) *Ativos financeiros detidos para negociação*

Correspondem, essencialmente, a títulos adquiridos com o objetivo de realização de valias no curto prazo e a instrumentos financeiros derivados que não sejam classificados para cobertura contabilística; e

(ii) *Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas*

Nesta categoria são classificados os títulos que a Companhia considera que (i) os ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor, e/ou (ii) estes ativos contêm derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com as variações subsequentes reconhecidas em resultados.

- **Empréstimos e contas a receber**

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo e cuja finalidade não seja a negociação imediata ou num prazo próximo ou que não tenham sido designados como ao justo valor através de ganhos e perdas ou como disponíveis para venda. Poderá ainda englobar valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro e outras transações relacionadas com contratos de seguro.

- **Investimentos a deter até à maturidade**

São os ativos financeiros não derivados sobre os quais exista a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da classe serão reclassificados para a classe de ativos financeiros disponíveis para venda.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Popular Seguros tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.

### (ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações em (i) ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iii) empréstimos e contas a receber e (iv) investimentos a deter até à maturidade, são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, caso em que estes custos de transação são diretamente registrados em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando:

- (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa;
- (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou
- (iii) não obstante, retenha parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controle sobre os ativos.

### **(iii) Mensuração subsequente**

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os ativos disponíveis para venda são, igualmente, registrados ao justo valor, sendo as respectivas variações reconhecidas em reservas. As variações ficam reconhecidas em reservas até que os ativos financeiros sejam vendidos ou desreconhecidos. No caso de ser identificada uma perda por imparidade, o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registrados em reservas, é transferido para resultados.

Ainda, relativamente aos ativos disponíveis para venda, no caso dos títulos de rendimento fixo, o ajustamento ao valor de balanço compreende a separação entre (i) as amortizações segundo a taxa efetiva, (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira) – ambas por contrapartida de resultados e (iii) as variações no justo valor (exceto risco cambial) – conforme descrito acima.

Os empréstimos e contas a receber e os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registrados na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) informações fornecidas pelas entidades gestoras/ emitentes, (ii) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento (recorrendo, quando necessário, a entidades especializadas), e (iii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registrados ao custo de aquisição.

**(iv) Reclassificação entre categorias de ativos financeiros**

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira ativos financeiros das categorias de ativos detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber (*Loans and receivables*) ou para ativos financeiros detidos até à maturidade (*Held-to-maturity*), desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos e contas a receber e detidos até à maturidade também são permitidas.

A Popular Seguros utilizou com critério para elegibilidade da reclassificação das obrigações classificadas como disponíveis para venda para empréstimos concedidos e contas a receber teve como base a análise de liquidez do ativo, naquela data. A análise da liquidez dos ativos (cotação representativa do seu justo valor) teve por base a verificação cumulativa das seguintes condições: (i) existirem pelo menos três contribuidores de preços disponíveis no sistema de informação financeira *Bloomberg*; (ii) o "spread Bid/Ask" ser inferior ou igual a 50 bps; (iii) a diferença entre os dois melhores contribuidores ("spread Bid/Ask" mais curtos) ser inferior ou igual a 100 bps; e (iv) existirem quantidades significativas de transações superiores ou iguais a 500 mil unidades.

Desde 31 de dezembro de 2014, que não existem registros nas demonstrações financeiras da Popular Seguros de obrigações reclassificadas na categoria de empréstimos concedidos e contas a receber, com base no critério indicado.

**(v) Imparidade*****Imparidade de títulos***

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, existe prova objetiva de imparidade, no caso dos instrumentos de capital, quando se verifica a existência de declínio significativo, isto é, sempre que ocorra uma desvalorização superior a 40% no justo valor ou, quando se verifica a existência de declínio prolongado, isto é, sempre que ocorra uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição num período de pelo menos 18 meses.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição/ custo amortizado (no caso de títulos de rendimento fixo) e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Qualquer perda de valor subsequente nestes ativos originará perdas por imparidade adicionais a serem reconhecidas em resultados, no respetivo exercício.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição/ custo amortizado se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, para os quais não é possível reconhecer qualquer reversão de imparidade. As valorizações subsequentes de ações e outros instrumentos de capital são reconhecidas em reservas.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade e empréstimos e contas a receber, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade e empréstimos e contas a receber, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

#### **(vi) Ajustamentos para recibos por cobrar e para dívidas de cobrança duvidosa**

Os ajustamentos para recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados em 31 de dezembro são refletidos na rubrica "Devedores – por operações de seguro direto".

Este ajustamento destina-se a reconhecer no resultado da Companhia o impacto da potencial não cobrança dos recibos de prémios emitidos. O cálculo deste ajustamento é efetuado de acordo com o estipulado na Circular nº 9/2008, de 27 de novembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, tendo em conta uma análise económica dos recibos por cobrar, considerando-se a taxa de incumprimento histórica.

Os ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos devedores, provenientes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, com exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor previsional de realização, por aplicação de critérios de base económica.

#### **f) Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de constituição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

**g) Capital social**

As ações são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como uma dedução dos proveitos, líquida de imposto.

**h) Reserva legal**

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

**i) Reservas de reavaliação**

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

**j) Reserva por impostos diferidos**

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

**k) Resultados por ação**

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

**l) Contratos de seguro**

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente, mediante o pagamento de um prémio. Este tipo de contrato cai no âmbito da IFRS 4. A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os seguintes princípios:

***Reconhecimentos de custos e proveitos***

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

***Prémios***

Os prémios brutos emitidos de seguro direto, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. A análise quantitativa dos prémios de seguro direto e de resseguro cedido é abordada na Nota 5 do presente Relatório.

### **Custos de aquisição**

Os custos de aquisição são essencialmente representados pela remuneração contratualmente atribuída aos mediadores (fundamentalmente, ao Banco Popular Portugal, S.A.) pela angariação de contratos de seguro.

A remuneração de mediação é a remuneração atribuída ao canal de distribuição pela angariação de contratos de seguro. As remunerações contratadas com agentes e angariadores são registadas como gastos no momento da emissão dos respetivos recibos de prémio ou renovação das respetivas apólices.

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R da ASF, o diferimento destes custos está limitado a 20% do valor dos prémios não adquiridos.

### **Provisões técnicas**

É requerido à Companhia pelas Leis e Normas/Regulamentos, bem como pelos princípios IFRS aplicáveis, o estabelecimento de Provisões Técnicas para fazer face às responsabilidades futuras para com os seus segurados, nomeadamente:

#### **(a) Provisão para prémios não adquiridos**

Esta provisão tem como objetivo registar parte dos prémios brutos emitidos, relativa a cada um dos contratos de seguro em vigor, a imputar a um ou vários exercícios seguintes. A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. A Companhia, de acordo com as Normas n.º 19/94-R e n.º 3/96-R da ASF calcula esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pró-rata temporis* a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respetivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

#### **(b) Provisão para sinistros**

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício, bem como à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício.

A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia através da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidades e outros fatores.

Na sequência da Circular n.º 28/2004, de 17 de novembro, do Instituto de Seguros de Portugal, a Companhia regista uma provisão para despesas de regularização de sinistros, determinada com base no rácio entre as despesas gerais incorridas pela Companhia e o número de processos geridos, aplicado ao número de sinistros que se encontram em gestão no final do exercício.

Relativamente aos sinistros, o montante dos reajustamentos efetuados no ano pode ser visualizado no Anexo 2 e os custos com sinistros no Anexo 3.

**(c) Provisão matemática**

As provisões matemáticas têm como objetivo registrar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia, relativamente aos contratos de seguro emitidos, e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Para o ramo Acidentes de Trabalho, para além da provisão para sinistros, calcula-se ainda uma provisão matemática para sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2015 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de dezembro de 2015 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamentos de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma provisão matemática para fazer face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de dezembro de 2015 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

Para as pensões não remíveis aplica-se a tábua de mortalidade TV 88/90 com uma taxa de juro de 3% e encargos de gestão de 2%, e para as pensões remíveis a tábua de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e encargos de gestão de 0% (conforme previsto na portaria n.º11/2000).

**(d) Provisão para desvios de sinistralidade**

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade, excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pela ASF aplicadas ao resultado técnico. Para o Risco de Fenómenos Sísmicos, o único aplicável, é calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF, para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

**(e) Provisão para riscos em curso**

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos de seguro em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte.

De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

**(f) Provisões técnicas de resseguro cedido**

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto em conformidade com o previsto no normativo em vigor, tendo em atenção as cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor.

**m) Imposto sobre o rendimento**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado, de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem, de acordo com o estipulado na IAS 12.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capaz de absorver as referidas diferenças.

**n) Provisões, ativos e passivos contingentes**

São reconhecidas provisões quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de eventos passados, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido, e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão deve corresponder à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade à data de balanço.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Companhia é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, não necessitando de se constituir a respetiva provisão, mas apenas ser objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

#### **o) Resseguro**

A Popular Seguros cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a pagar de empresas de seguro de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar às resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis às operações relacionadas com o Resseguro Cedido no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

#### **p) Reconhecimento de outros rendimentos e gastos**

Os outros rendimentos e os gastos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

#### **q) Juros e dividendos**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber e investimentos detidos até à maturidade são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares, utilizando o método da taxa efetiva. No caso dos juros dos ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, a componente de juro não é separada e é classificada na rubrica de ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

#### **r) Locações**

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

##### ***Locações operacionais***

Os pagamentos efetuados à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

**Locações financeiras**

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados, e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

**s) Ativos não correntes detidos para venda**

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

### Nota 3 – Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. No entanto, o Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras com risco de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante os próximos exercícios financeiros prendem-se com as seguintes rubricas:

### 3.1. Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de seguro

As provisões técnicas correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a: (i) provisão para prêmios não adquiridos, (ii) provisão para riscos em curso, (iii) provisão para desvios de sinistralidade e, (iv) provisão para sinistros reportados e não reportados.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim de uma estimativa resultante das normas/ diplomas legais em vigor e da experiência e conhecimento acumulado da Companhia. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

De referir, que poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado à Companhia, acomodada na provisão IBNR. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

### 3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) a Companhia estima o justo valor utilizando (i) informações fornecidas pelas entidades gestoras/ emitentes, (ii) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento (recorrendo a entidades especializadas), e (iii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Ver adicionalmente a Nota 17.2.

### 3.3. Imparidade

#### **Ativos financeiros disponíveis para venda**

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos classificados como disponíveis para venda quando existe um declínio prolongado ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de um declínio prolongado ou de valor significativo requer julgamento, conforme descrito na Nota 2.2, alínea e).

A utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

#### **Empréstimos e contas a receber**

A Companhia efetua regularmente a análise das perdas por imparidade em empréstimos e contas a receber numa base individual, conforme descrito na Nota 2.2, alínea e).

A determinação de expectativas de perdas futuras nos títulos detidos baseia-se no acompanhamento regular dos emitentes, nomeadamente, da evolução das notações de *rating* das diversas agências. Perante a degradação da perceção de risco do emitente, como é o caso de uma descida significativa das notações de *rating*, a Companhia procede a uma análise detalhada da situação financeira e económica do emitente. Eventuais imparidades são constituídas com base na informação recolhida e na perceção quanto à capacidade de reembolso do título por parte do emitente.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nas metodologias anteriormente descritas permite refletir de forma adequada o risco de crédito associado a estes investimentos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

### 3.4. Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

## Nota 4 – Informação por segmentos

Na sua atividade a Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguros para o ramo Não Vida, tendo considerado como segmentos básicos de negócio os seguintes segmentos:

- Acidentes e Doença;
- Incêndios e Outros Danos;
- Automóvel;
- Responsabilidade Civil Geral;
- Diversos (ramos Assistência e Proteção Jurídica).

O segmento de Acidentes e Doença, inclui os produtos da Popular Seguros relacionados com a proteção pessoal, nomeadamente, os seguros de Acidentes Pessoais, de Acidentes de Trabalho (segmento particulares e empresas) e o de Saúde.

O seguro de Acidentes Pessoais tem como principal intuito proteger o segurado em caso de acidente. Cobre o risco de acidente com data e ocorrência bem definida, exclusiva e diretamente externo, súbito, involuntário e violento, causador de lesão física que, por si só, e independente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte ou invalidez permanente total ou parcial do segurado ou torne necessário tratamento médico.

O seguro de Acidentes de Trabalho, visa segurar as pessoas seguras no caso de se verificar um acidente no local de trabalho e no tempo de trabalho, produzindo direta ou indiretamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte a morte ou redução na incapacidade de trabalho. De referir, que este é um seguro obrigatório. Enquadra-se, ainda, no Ramo Acidentes e Doença, o Seguro de Saúde, que sendo um seguro facultativo, muitas vezes é efetuado por empresas como benefício aos seus colaboradores, funcionando assim como um complemento ao serviço nacional de saúde.

Também na componente de proteção pessoal, está incluído o produto de Responsabilidade Civil Família, seguro que cobre o risco do segurado numa eventualidade de ter de vir a indemnizar terceiros por danos que lhes cause, nomeadamente numa atividade, uma profissão ou situação familiar.

Como ofertas de proteção patrimonial, a Popular Seguros tem uma oferta alargada, contemplando seguros de Multiriscos Habitação ou Comércio e seguros Automóvel. Em ambos os casos, a Popular Seguros cobre danos causados no património, mediante as coberturas contratadas (base ou plus nos Multiriscos, e mínimos, médios ou máximos no caso do Automóvel). De referir, ainda, que o seguro automóvel é um seguro obrigatório, podendo o Multiriscos Habitação ou Comércio ser facultativo ou obrigatório, consoante a situação (por exemplo, a cobertura de recheio é por norma facultativa).

No que concerne ao segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal pelo que existe apenas um segmento.

O quadro anexo evidencia o relato por segmentos de negócio, para os exercícios de 2015 e 2014, detalhando os mesmos entre a posição financeira e a conta de ganhos e perdas, como segue:

### 1. Demonstração da posição financeira

#### Ano 2015

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira Ativo	2015							TOTAL
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Seguro não vida	Não afetos	
Caixa e equivalentes	78.447	115.358	103.475	1.993	5.875	305.148	479.780	784.928
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.759.539	3.948.099	3.541.394	68.215	201.054	10.518.300	5.015.583	15.533.883
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	2.179.348	2.179.348
<b>Total</b>	<b>2.837.985</b>	<b>4.063.457</b>	<b>3.644.869</b>	<b>70.208</b>	<b>206.928</b>	<b>10.823.448</b>	<b>7.674.711</b>	<b>18.498.159</b>

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira Passivo	2015							TOTAL
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Seguro não vida	Não afetos	
Provisões técnicas	1.641.877	2.597.577	2.329.993	44.881	132.279	6.746.607	-	6.746.607
Outros credores e passivos financeiros	375.773	-	-	-	-	375.773	448.350	824.123
Passivos por impostos	-	-	-	-	-	-	268.915	268.915
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	138.594	138.594
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.017.649</b>	<b>2.597.577</b>	<b>2.329.993</b>	<b>44.881</b>	<b>132.279</b>	<b>7.122.380</b>	<b>855.860</b>	<b>7.978.239</b>

#### Ano 2014

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira Ativo	2014							TOTAL
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Seguro não vida	Não afetos	
Caixa e equivalentes	257.571	59.633	44.048	1.241	2.647	251.137	-	251.137
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.092.253	3.498.558	2.584.198	72.802	155.316	9.403.127	5.066.382	14.469.509
Empréstimos e contas a receber	319.273	363.237	268.304	7.559	16.126	974.499	639.264	1.613.763
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	2.529.819	2.529.819
<b>Total</b>	<b>3.669.097</b>	<b>3.921.429</b>	<b>2.896.550</b>	<b>81.601</b>	<b>174.089</b>	<b>10.628.763</b>	<b>8.235.465</b>	<b>18.864.228</b>

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira Passivo	2014							TOTAL
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Seguro não vida	Não afetos	
Provisões técnicas	2.211.824	2.306.947	1.704.018	48.005	102.415	6.373.210	-	6.373.210
Outros credores e passivos financeiros	808.538	352.367	260.275	7.332	15.643	1.444.156	645.116	2.089.272
Passivos por impostos	-	-	-	-	-	-	277.467	277.467
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	131.025	131.025
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.020.362</b>	<b>2.659.314</b>	<b>1.964.293</b>	<b>55.338</b>	<b>118.058</b>	<b>7.817.366</b>	<b>1.053.608</b>	<b>8.870.974</b>

## 2. Conta de ganhos e perdas

### Ano 2015

Unidade: Euros

Conta de Ganhos e Perdas	2015							Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Não Afetos		
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	1.309.500	1.274.445	2.267.235	49.233	9.296	-	4.909.709	
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(301.377)	(727.048)	(2.324.945)	(3.411)	-	-	(3.356.781)	
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	132.766	(80.234)	(113.623)	-	(2.601)	-	(63.691)	
Custos e gastos de exploração líquidos	(492.675)	(72.202)	(390.342)	(29.590)	(29.815)	-	(1.014.625)	
Rendimentos	61.427	82.584	74.673	1.539	4.439	152.231	376.894	
Gastos financeiros	(41.408)	(53.153)	(42.533)	(1.258)	(1.667)	(38.351)	(178.371)	
Ganhos líquidos de ativos financeiros	63.802	84.225	76.157	1.570	4.528	139.437	369.719	
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros	-	-	-	-	-	-	-	
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	(5.695)	(10.733)	(9.705)	(200)	(577)	(45.284)	(72.193)	
Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	(642)	-	-	-	-	(642)	
Outros proveitos/ (custos) não técnicos	-	-	-	-	-	(2.467)	(2.467)	
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>726.341</b>	<b>497.242</b>	<b>(463.082)</b>	<b>17.883</b>	<b>(16.397)</b>	<b>205.566</b>	<b>967.552</b>	
Impostos	163.427	111.879	(104.193)	4.024	(3.689)	46.399	(217.846)	
<b>Resultado líquido do exercício</b>							<b>749.706</b>	

### Ano 2014

Unidade: Euros

Conta de Ganhos e Perdas	2014							Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Não Afetos		
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	1.133.774	998.549	1.925.718	54.905	7.002	-	4.119.947	
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(749.031)	(607.206)	(1.729.529)	(4.409)	-	-	(3.090.175)	
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(93.212)	(19.504)	60.512	-	(1.944)	-	(54.148)	
Custos e gastos de exploração líquidos	(332.619)	(173.257)	(322.582)	(30.913)	(23.126)	-	(882.496)	
Rendimentos	78.294	83.716	62.681	1.881	3.923	198.396	428.892	
Gastos financeiros	(40.886)	(45.268)	(32.113)	(1.175)	(1.236)	(49.357)	(170.036)	
Ganhos líquidos de ativos financeiros	117.646	125.656	94.084	2.824	5.888	264.025	610.123	
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros	-	-	-	-	-	-	-	
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	(11.960)	(14.769)	(11.058)	(332)	(692)	(90.052)	(128.863)	
Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	(678)	-	-	-	-	(678)	
Outros proveitos/ (custos) não técnicos	-	-	-	-	-	(1.211)	(1.211)	
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>102.006</b>	<b>347.238</b>	<b>47.713</b>	<b>22.781</b>	<b>(10.185)</b>	<b>321.802</b>	<b>831.355</b>	
Impostos	(25.527)	(86.896)	(11.940)	(5.701)	2.549	(80.531)	(208.046)	
<b>Resultado líquido do exercício</b>							<b>623.309</b>	

## Nota 5 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

### 5.1. Indicação dos prémios reconhecidos resultantes de contratos de seguro

Os prémios brutos emitidos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro direto e de resseguro cedido, são analisados como segue:

	2015					Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
<b>Prémios adquiridos de seguro direto</b>	<b>1.929.767</b>	<b>3.545.598</b>	<b>2.412.366</b>	<b>97.298</b>	<b>266.534</b>	<b>8.251.563</b>
Prémios brutos emitidos	1.695.843	3.661.046	2.624.372	93.541	296.754	8.371.557
Variação da provisão para prémios não adquiridos	(233.924)	115.449	212.006	(3.756)	30.219	119.994
<b>Prémios adquiridos de resseguro cedido</b>	<b>620.268</b>	<b>2.271.153</b>	<b>145.130</b>	<b>48.064</b>	<b>257.239</b>	<b>3.341.854</b>
Prémios de resseguro cedido	397.232	2.340.635	145.130	46.256	285.020	3.214.275
Variação da provisão para prémios não adquiridos resseguro	(223.036)	69.482	-	(1.808)	27.782	(127.579)
<b>Prémios adquiridos, líquidos de resseguro</b>	<b>1.309.500</b>	<b>1.274.445</b>	<b>2.267.235</b>	<b>49.233</b>	<b>9.296</b>	<b>4.909.709</b>

	2014					Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
<b>Prémios adquiridos de seguro direto</b>	<b>1.733.571</b>	<b>3.169.005</b>	<b>2.066.373</b>	<b>106.554</b>	<b>214.917</b>	<b>7.290.420</b>
Prémios brutos emitidos	1.739.996	3.327.466	2.200.176	99.005	235.985	7.602.627
Variação da provisão para prémios não adquiridos	6.425	158.461	133.803	(7.549)	21.067	312.207
<b>Prémios adquiridos de resseguro cedido</b>	<b>599.797</b>	<b>2.170.456</b>	<b>140.655</b>	<b>51.649</b>	<b>207.916</b>	<b>3.170.473</b>
Prémios de resseguro cedido	588.457	2.211.944	140.655	48.746	229.632	3.219.434
Variação da provisão para prémios não adquiridos resseguro	(11.341)	41.488	-	(2.903)	21.716	48.961
<b>Prémios adquiridos, líquidos de resseguro</b>	<b>1.133.774</b>	<b>998.549</b>	<b>1.925.718</b>	<b>54.905</b>	<b>7.002</b>	<b>4.119.947</b>

O crescimento dos prémios brutos emitidos de seguro direto em 2015, face ao período homólogo, foi de 10,1%, o correspondente a 768.929 Euros, sendo que cerca de 45% deste crescimento respeita exclusivamente ao ramo Automóvel e Diversos. Em termos de prémios adquiridos de seguro direto, verificou-se um incremento de 13,2% face a 2014.

No que respeita aos prémios adquiridos de resseguro cedido, no final de 2015, estes ascenderam ao montante de 3.341.854 Euros (3.170.473 Euros em 2014), verificando-se um crescimento de 5,4% face ao período homólogo.

Em termos gerais, os prémios adquiridos, líquidos de resseguro cedido totalizaram, em 2015, o montante de 4.909.709 Euros (de 4.119.947 Euros em 2014), registando um crescimento de 19,2% face a 2014. Os ramos Incêndio e Outros Danos e Diversos foram os que mais contribuíram para este aumento, maioritariamente explicado pelos prémios de seguro direto.

## 5.2. Discriminação de alguns valores relativos aos seguros não-vida entre seguro direto e resseguro aceite

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida e resseguro aceite de 2015, conforme formato requerido pela ASF relativo ao Anexo 4, é analisado como segue:

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos *	Custos e Gastos de Exploração Brutos *	Saldo de Resseguro
<b>Seguro Direto</b>					
Acidentes e Doença	1.695.843	1.929.767	272.491	597.282	(544.546)
Incêndio e Outros Danos	3.661.046	3.545.598	1.134.367	795.010	(1.141.026)
Automóvel	2.624.373	2.412.366	2.324.946	390.343	(145.131)
Responsabilidade Civil	1.543.442	1.412.394	1.512.225	247.761	(84.884)
Outras coberturas	1.080.930	999.972	812.721	142.582	(60.247)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	93.541	97.298	4.621	48.993	(27.451)
Crédito e Caução	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	12.142	11.172	-	1.277	(11.093)
Assistência	284.611	255.362	-	28.538	(246.146)
Diversos	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>8.371.557</b>	<b>8.251.563</b>	<b>3.736.424</b>	<b>1.861.443</b>	<b>(2.115.392)</b>
<b>Resseguro Aceite</b>					
	-	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>8.371.557</b>	<b>8.251.563</b>	<b>3.736.424</b>	<b>1.861.443</b>	<b>(2.115.392)</b>

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

Em 2014, a discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida e resseguro aceite pode ser vista como segue:

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos *	Custos e Gastos de Exploração Brutos *	Saldo de Resseguro
<b>Seguro Direto</b>					
Acidentes e Doença	1.739.996	1.733.571	930.277	586.340	(165.668)
Incêndio e Outros Danos	3.327.466	3.169.005	961.024	682.608	(1.307.287)
Automóvel	2.200.176	2.066.373	1.729.529	322.582	(140.655)
Responsabilidade Civil	1.290.432	1.213.010	1.110.497	204.383	(82.764)
Outras coberturas	909.744	853.363	619.032	118.199	(57.891)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	99.005	106.554	7.154	43.680	(36.137)
Crédito e Caução	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	10.247	9.549	-	1.043	(9.270)
Assistência	225.738	205.368	-	22.083	(198.646)
Diversos	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>7.602.627</b>	<b>7.290.420</b>	<b>3.627.985</b>	<b>1.658.336</b>	<b>(1.857.662)</b>
<b>Resseguro Aceite</b>					
	-	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>7.602.627</b>	<b>7.290.420</b>	<b>3.627.985</b>	<b>1.658.336</b>	<b>(1.857.662)</b>

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

## Nota 6 - Custos com sinistros, líquidos de resseguro

### 6.1. Indicação dos sinistros reconhecidos resultantes de contratos de seguro

Os custos com sinistros, líquidos de resseguro em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser analisados no quadro que se segue:

Unidade: Euros

	2015					Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
<b>Custos com sinistros de seguro direto</b>	<b>272.491</b>	<b>1.134.367</b>	<b>2.324.945</b>	<b>4.621</b>	-	<b>3.736.424</b>
Montantes pagos - Prestações	484.693	930.251	1.953.775	2.359	-	3.371.078
Custos de gestão de sinistros imputados	38.515	97.508	49.868	2.086	-	187.977
Provisão para sinistros (variação)	(250.717)	106.608	321.302	176	-	177.369
<b>Custos com sinistros de resseguro cedido</b>	<b>(28.885)</b>	<b>407.319</b>	-	<b>1.210</b>	-	<b>379.644</b>
Montantes pagos	78.154	383.110	-	1.179	-	462.443
Provisão para sinistros (variação)	(107.039)	24.209	-	31	-	(82.799)
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>	<b>301.377</b>	<b>727.048</b>	<b>2.324.945</b>	<b>3.411</b>	-	<b>3.356.781</b>

Unidade: Euros

	2014					Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
<b>Custos com sinistros de seguro direto</b>	<b>930.277</b>	<b>961.024</b>	<b>1.729.529</b>	<b>7.154</b>	-	<b>3.627.985</b>
Montantes pagos - Prestações	379.457	1.059.492	1.555.330	6.147	-	3.000.426
Custos de gestão de sinistros imputados	29.826	81.366	44.822	1.680	-	157.694
Provisão para sinistros (variação)	520.995	(179.834)	129.378	(673)	-	469.865
<b>Custos com sinistros de resseguro cedido</b>	<b>181.246</b>	<b>353.818</b>	-	<b>2.745</b>	-	<b>537.809</b>
Montantes pagos	89.089	439.613	-	3.074	-	531.775
Provisão para sinistros (variação)	92.157	(85.795)	-	(328)	-	6.034
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>	<b>749.031</b>	<b>607.206</b>	<b>1.729.529</b>	<b>4.409</b>	-	<b>3.090.175</b>

Os custos de gestão de sinistros imputados apresentados nas tabelas acima, relativamente a 2015 e 2014, registam um montante de 167.639 euros e 139.965 euros, respetivamente, relativos a gastos por natureza a imputar afetos a função sinistros (ver nota 8), e 20.122 euros e 16.542 euros, respetivamente, relativos a gastos com a advancecare.

Os custos com sinistros de seguro direto apresentaram, em 2015, um crescimento de 3% face ao período homólogo, o correspondente a um incremento de 108.439 Euros, sendo o ramo Incêndio e Outros Danos e Automóvel os responsáveis pelo crescimento, uma vez que o ramo Acidentes e Doença registou um decréscimo de cerca de 70,7%.

No que respeita aos custos com sinistros de resseguro cedido, no final de 2015, estes ascenderam ao montante de 379.644 Euros (537.809 Euros em 2014), verificando-se um decréscimo de 29,4% face ao período homólogo.

A discriminação dos custos com sinistros de 2015, conforme formato requerido pela ASF relativo ao Anexo 3, é analisado como segue:

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - - Prestações	Montantes Pagos - - Custos de Gestão de Sinistros Imputados	Variação da Provisão para sinistros	Custos com sinistros
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)+(3)
<b>Seguro Direto</b>				
Acidentes e Doença	484.693	38.515	(250.717)	272.491
Incêndio e Outros Danos	930.251	97.508	106.608	1.134.367
Automóvel	1.953.775	49.868	321.302	2.324.945
Responsabilidade Civil	1.175.856	43.363	293.006	1.512.225
Outras coberturas	777.920	6.505	28.295	812.721
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	2.359	2.086	176	4.621
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.371.078</b>	<b>187.977</b>	<b>177.369</b>	<b>3.736.424</b>
<b>Resseguro Aceite</b>				
	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>3.371.078</b>	<b>187.977</b>	<b>177.369</b>	<b>3.736.424</b>

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

Em 2014, a discriminação dos custos com sinistros era apresentada da seguinte forma:

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - - Prestações	Montantes Pagos - - Custos de Gestão de Sinistros Imputados	Variação da Provisão para sinistros	Custos com sinistros
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)+(3)
<b>Seguro Direto</b>				
Acidentes e Doença	379.457	29.826	520.995	930.277
Incêndio e Outros Danos	1.059.492	81.366	(179.834)	961.024
Automóvel	1.555.330	44.822	129.378	1.729.529
Responsabilidade Civil	950.173	36.263	124.061	1.110.497
Outras coberturas	605.156	8.559	5.317	619.032
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	6.147	1.680	(673)	7.154
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.000.426</b>	<b>157.694</b>	<b>469.865</b>	<b>3.627.985</b>
<b>Resseguro Aceite</b>				
	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>3.000.426</b>	<b>157.694</b>	<b>469.865</b>	<b>3.627.985</b>

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

De acordo com os quadros apresentados acima, podemos verificar um aumento dos custos com sinistros em 2015, face a 2014, decorrente do aumento da carteira gerida pela Popular Seguros neste ano (aumento do n.º de apólices em vigor). Também é possível, em termos gerais, verificar um aumento nos montantes pagos em 2015, sendo este mais expressivo no ramo Automóvel, a exceção é o ramo Incêndio e Outros Danos onde se regista um ligeiro decréscimo.

## 6.2. Indicação dos montantes recuperáveis, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros

Os reembolsos exigidos relativamente às prestações efetuadas em consequência de sinistros ocorridos e ainda não recebidos (IDS), do ramo Automóvel, ascendiam a 48.010 Euros (60.669 Euros em 2014).

## 6.3. Informação dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas

Os principais rácios de atividade, para o exercício de 2015 e 2014, são como segue:

2015						
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Total
Rácio de Sinistralidade (1)	14,1%	32,0%	96,4%	4,7%	0,0%	45,3%
Rácio de Despesas	31,0%	22,4%	16,2%	50,4%	11,2%	22,6%
Rácio de Aquisição (2)	21,5%	13,9%	15,0%	32,7%	11,2%	16,2%
Rácio Administrativo (3)	9,4%	8,5%	1,1%	17,6%	0,0%	6,4%
<b>Rácio Combinado (5)</b>	<b>45,1%</b>	<b>54,4%</b>	<b>112,6%</b>	<b>55,1%</b>	<b>11,2%</b>	<b>67,8%</b>
Rácio de Investimentos (4)	4,6%	2,8%	3,8%	1,8%	2,3%	3,4%
<b>Rácio Total</b>	<b>40,5%</b>	<b>51,6%</b>	<b>108,8%</b>	<b>53,3%</b>	<b>8,9%</b>	<b>64,4%</b>

(1) (Custos com sinistros + custos imputados) / Prémios adquiridos de Seguro Direto

(2) (Remunerações de mediação e de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos) / Prémios adquiridos de Seguro Direto

(3) (Remunerações de mediação e administrativas + custos imputados) / Prémios adquiridos de Seguro Direto

(4) (Rendimentos - gastos em investimentos + ganhos líquidos em investimentos - imparidades) / Prémios brutos emitidos de Seguro Direto

(5) Rácio que mede o peso dos custos com sinistros e das despesas com aquisição e administração, incluindo os custos imputados a estas funções, sobre o total dos prémios adquiridos

2014						
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Total
Rácio de Sinistralidade (1)	53,7%	30,3%	83,7%	6,7%	0,0%	49,8%
Rácio de Despesas	33,8%	21,5%	15,6%	41,0%	10,8%	22,7%
Rácio de Aquisição (2)	25,1%	13,6%	14,5%	27,6%	10,8%	16,7%
Rácio Administrativo (3)	8,8%	7,9%	1,1%	13,4%	0,0%	6,0%
<b>Rácio Combinado (5)</b>	<b>87,5%</b>	<b>51,9%</b>	<b>99,3%</b>	<b>47,7%</b>	<b>10,8%</b>	<b>72,5%</b>
Rácio de Investimentos (4)	8,2%	4,5%	5,2%	3,2%	3,3%	5,5%
<b>Rácio Total</b>	<b>79,3%</b>	<b>47,4%</b>	<b>94,1%</b>	<b>44,5%</b>	<b>7,4%</b>	<b>67,0%</b>

(1) (Custos com sinistros + custos imputados) / Prémios adquiridos de Seguro Direto

(2) (Remunerações de mediação e de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos) / Prémios adquiridos de Seguro Direto

(3) (Remunerações de mediação e administrativas + custos imputados) / Prémios adquiridos de Seguro Direto

(4) (Rendimentos - gastos em investimentos + ganhos líquidos em investimentos - imparidades) / Prémios brutos emitidos de Seguro Direto

(5) Rácio que mede o peso dos custos com sinistros e das despesas com aquisição e administração, incluindo os custos imputados a estas funções, sobre o total dos prémios adquiridos

Analisando a evolução dos rácios em 2015, comparativamente com o período homólogo, verifica-se uma diminuição do rácio total de 67,0% para 64,4%. Esta diminuição deveu-se à diminuição do rácio combinado e do rácio de investimento.

A diminuição do rácio combinado (67,8% em 2015 face a 72,5% em 2014) encontra-se justificada pela diminuição do Rácio de Sinistralidade (45,3% face a 49,8% em 2014), e o Rácio da Despesa sofreu uma ligeira diminuição.

## Nota 7 - Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro

As outras provisões técnicas, líquidas de resseguro são analisadas como segue:

Unidade: Euros

	2015					Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
Provisão para desvios de sinistralidade	-	80.234	-	-	-	80.234
Provisão para riscos em curso	(132.766)	-	113.623	-	2.601	(16.543)
<b>Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro</b>	<b>(132.766)</b>	<b>80.234</b>	<b>113.623</b>	<b>-</b>	<b>2.601</b>	<b>63.691</b>

Unidade: Euros

	2014					Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
Provisão para desvios de sinistralidade	-	73.878	-	-	-	73.878
Provisão para riscos em curso	93.212	(54.375)	(60.512)	-	1.944	(19.730)
<b>Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro</b>	<b>93.212</b>	<b>19.504</b>	<b>(60.512)</b>	<b>-</b>	<b>1.944</b>	<b>54.148</b>

O valor reconhecido na rubrica outras provisões técnicas, líquidas de resseguro, corresponde à variação da provisão para riscos em curso e à variação da provisão para desvios de sinistralidade.

A Provisão para riscos em curso ascendeu no final de 2015 ao montante de 244.667 Euros (261.210 Euros em 2014), tendo ocorrido uma diminuição no período de 16.543 Euros, sendo que, no ramo Acidentes e Doença se verificou uma diminuição de 132.766 Euros e no ramo Automóvel e Diversos um aumento de 113.5623 Euros e 2.601 Euros, respetivamente.

A provisão para desvios de sinistralidade ascendia no final de 2015 ao montante de 571.988 Euros (491.754 Euros em 2014), correspondendo na totalidade ao ramo Incêndio e Outros Danos.

## Nota 8 – Custos e gastos de exploração líquidos

A contabilização dos custos e gastos (custos indiretos) é inicialmente realizada pela sua natureza, sendo posteriormente efetuada uma imputação, tendo por base uma chave de repartição, de acordo com a sua função: à função Sinistros, Aquisição, Administrativa e de Investimentos.

Assim, os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas quatro funções referidas, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas de ganhos e perdas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos (Nota 6);
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros – Outros (Nota 10).

## 8.1. Indicação dos custos e gastos de exploração líquidos

O montante dos custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

	Unidade: Euros	
	2015	2014
<b>Custos de aquisição</b>	<b>1.320.477</b>	<b>1.244.675</b>
Remunerações de intermediação	869.054	834.637
Outros custos de aquisição	60.265	83.453
Custos imputados	391.159	326.584
<b>Custos de aquisição diferidos (variação)</b>	<b>12.343</b>	<b>(27.222)</b>
<b>Custos administrativos</b>	<b>528.622</b>	<b>440.884</b>
Remunerações de intermediação	492	408
Custos imputados	528.130	440.475
<b>Comissões e participação nos resultados de resseguro</b>	<b>846.818</b>	<b>775.840</b>
Comissões de Resseguro	561.143	569.914
Participação no resultado de Resseguro	285.675	205.926
<b>Total</b>	<b>1.014.625</b>	<b>882.496</b>

Os custos e gastos de exploração líquidos ascenderam em 2015 ao montante de 1.014.625 Euros (882.496 Euros em 2014), representando um crescimento de 15%, o equivalente a 132.129 Euros. O aumento verificado em 2015 refletiu-se em quase todas as rubricas dos custos e gastos de exploração.

Por outro lado, a rubrica de comissões e participação nos resultados de resseguro cedido registou, também um aumento (+9,1% face a 2014) decorrente, do decréscimo das comissões de Resseguro e do aumento participação nos resultados de resseguro cedido, no montante de 8.771 Euros e de 79.749 Euros, respetivamente.

## 8.2. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua função

A discriminação dos gastos usando uma classificação baseada na sua função, nomeadamente, para aquisição de contratos de seguro (aquisição e administrativos), custos com sinistros e custos com investimentos foi a seguinte:

	Unidade: Euros	
	2015	2014
	Total	Total
Custos com sinistros (Nota 6)	167.639	139.965
Custos de aquisição	391.159	326.584
Custos administrativos	528.130	440.475
Custos gestão dos investimentos (Nota10)	55.787	47.612
<b>Total</b>	<b>1.142.716</b>	<b>954.637</b>

Nos últimos anos e na sequência das alterações ocorridas com o alargamento do negócio não vida a novos ramos, e dado que existiram alterações na operacionalidade da Companhia (por exemplo: revisão e alteração dos processos de subscrição e sinistros, automatização de processos anteriormente efetuados manualmente, diferentes políticas de resseguro, dinamização de outros canais de distribuição, alteração da Direção Comercial, etc.), a Popular Seguros tem procedido a revisões sistemáticas da adequabilidade dos critérios de imputação de custos, para que os mesmos reflitam de forma adequada a realidade operacional de cada um dos negócios, neste caso específico, o do segmento de não vida, no entanto, e dado que não se verificaram alterações significativas em 2015, o critério de imputação não foi alterado neste exercício.

A Metodologia adotada no que se refere à imputação dos custos resume-se aos seguintes pontos:

- Definição dos conceitos inerentes a cada função, de forma a adotar critérios uniformes em cada Direção/Gabinete;
- Agrupamento dos Centros de Custo, de acordo o critério de apresentarem (ou não) características idênticas;
- Identificação por Centro de Custo, numa primeira fase, do tempo despendido por função (Aquisição, Administrativa, Sinistros e Investimentos), tendo por base a ferramenta *Optimiza*, na qual todos os colaboradores registam as suas atividades diárias;
- Numa segunda fase, utilizou-se como processo complementar, informação extraída do Fortis (ferramenta documental e que funciona para alguns processos como *Workflow*), quantificado o número de documentos tratados por processo (por exemplo: Subscrição, Alterações de Apólices, Investimentos, etc.) e por Centro de Custo;
- Após análise da informação recorrente dos dois pontos mencionados anteriormente, as percentagens finais de imputação de custos a cada uma das funções, foram alvo de envolvimento de todas as áreas, de forma a garantir que as percentagens apuradas espelhavam a realidade de cada Direção e da Companhia como um todo.

No quadro que se segue, é apresentado em termos de valores e percentagens, a imputação dos gastos baseados na sua natureza, por cada uma das funções de imputação, para os anos de 2015 e 2014:

Descrição	2015								
	Total	Sinistros		Aquisição		Administrativos		Investimentos	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pessoal	8.448	-	0,0%	-	0,0%	8.448	100,0%	-	0,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	1.004.265	150.640	15,0%	351.493	35,0%	466.983	46,5%	35.149	3,5%
Impostos	37.092	5.564	15,0%	12.982	35,0%	17.248	46,5%	1.298	3,5%
Amortizações	76.240	11.436	15,0%	26.684	35,0%	35.451	46,5%	2.668	3,5%
Juros Suportados	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	100,0%
Comissões	16.671	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	16.671	100,0%
<b>Total</b>	<b>1.142.716</b>	<b>167.639</b>	<b>22,3%</b>	<b>391.159</b>	<b>52,0%</b>	<b>528.130</b>	<b>70,3%</b>	<b>55.787</b>	<b>7,4%</b>

Unidade: Euros

Descrição	2014									
	Sinistros			Aquisição		Administrativos		Investimentos		
	Total	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Pessoal	6.585	-	0,0%	-	0,0%	6.585	100,0%	-	0,0%	
Fornecimentos e Serviços Externos	806.475	120.971	15,0%	282.266	35,0%	375.011	46,5%	28.227	3,5%	
Impostos	32.286	4.843	15,0%	11.300	35,0%	15.013	46,5%	1.130	3,5%	
Amortizações	94.337	14.151	15,0%	33.018	35,0%	43.867	46,5%	3.302	3,5%	
Juros Suportados	838	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	838	100,0%	
Comissões	14.116	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	14.116	100,0%	
<b>Total</b>	<b>954.637</b>	<b>139.965</b>	<b>18,6%</b>	<b>326.584</b>	<b>43,4%</b>	<b>440.475</b>	<b>58,6%</b>	<b>47.612</b>	<b>6,3%</b>	

### 8.3. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua natureza

No quadro abaixo, está a discriminação dos gastos usando uma classificação baseada na sua natureza:

Unidade: Euros

	2015	2014
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>8.448</b>	<b>6.585</b>
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>		
Conservação e reparação	262.860	244.355
Cedência de pessoal	252.877	230.913
Trabalhos especializados	151.681	47.996
Comunicações	77.174	65.670
Custos com cobrança de prémios	64.191	50.123
Custos com trabalho independente	51.470	38.500
Rendas e alugueres	42.662	42.662
Contact Center	27.832	22.740
Contencioso e notariado	23.058	13.230
Atendimento de sinistros	19.483	19.483
Quotizações	16.343	15.442
Publicidade e propaganda	9.938	9.898
Outros	4.694	5.463
<b>Sub-Total</b>	<b>1.004.265</b>	<b>806.475</b>
<b>Impostos e taxas</b>	<b>37.092</b>	<b>32.286</b>
<b>Amortizações do exercício</b>		
Ativo Intangível (Nota 21)	76.240	94.337
Ativo Tangível (Nota 20)		
<b>Sub-Total</b>	<b>76.240</b>	<b>94.337</b>
<b>Provisões</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Juros suportados de depósitos de resseguro</b>	<b>-</b>	<b>838</b>
<b>Comissões</b>	<b>16.671</b>	<b>14.116</b>
<b>Total</b>	<b>1.142.716</b>	<b>954.637</b>

Os gastos totais da Companhia ascenderam, em 2015, ao montante de 1.142.716 Euros (954.637 Euros em 2014), apresentando um crescimento de 19,7% face ao período homólogo. Da totalidade dos gastos registados em 2015, os fornecimentos e serviços externos representam 87,9%, seguido dos gastos com amortizações do exercício com 6,7%.

### ***Gastos com pessoal***

#### **a) Indicação do montante das despesas com o pessoal referente ao exercício**

A Popular Seguros à data de 31 de dezembro de 2015 e 2014 não apresenta custos com pessoal diretos uma vez que opera com pessoal em regime de cedência com a Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A..

Durante o exercício de 2015, a Popular Seguros registou um custo no montante de 8.448 Euros (6.585 Euros em 2014) referente a remunerações com os membros da Assembleia Geral e com o Conselho Fiscal, tendo este custo sido registado na rubrica de Custos com pessoal.

#### **b) Indicação da remuneração das pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo, de forma direta ou indireta**

A política de remunerações dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Popular Seguros tem como objetivo remunerar de forma justa, eficiente e competitiva os Órgãos, tendo em atenção a performance individual de cada membro, bem como o seu contributo para a Companhia como um todo.

De acordo com o disposto n.º 1 do art.º 2.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, a Companhia submete, anualmente, a aprovação da Assembleia Geral a política de remuneração dos respetivos Órgãos de Administração e Fiscalização.

Durante o exercício de 2015 e 2014, a Popular Seguros registou um custo no montante de 12.300 Euros (11.193 Euros em 2014) com o Revisor Oficial de Contas (valores incluindo o IVA), sendo este custo refletido na rubrica de fornecimentos e serviços externos.

### ***Fornecimentos e serviços externos***

A rubrica de Fornecimento e serviços externos registou um aumento, em 24,5%, o correspondente a um acréscimo de 197.790 Euros face a 2014, devendo-se essencialmente aos seguintes fatores: 103.685 Euros e 21.964 Euros, justificados com o aumento dos custos com trabalhos especializados e de cedência de pessoal, respetivamente.

## Nota 9 – Rendimentos

A distribuição, por categoria de investimento, dos rendimentos reconhecidos, para os períodos de 2015 e 2014, foi a seguinte:

Rendimentos	2015			2014		
	Afetos	Não Afetos	Total	Afetos	Não Afetos	Total
	Unidade: Euros					
<b>De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>	<b>209.378</b>	<b>104.073</b>	<b>313.451</b>	<b>217.122</b>	<b>151.080</b>	<b>368.202</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Juros	209.378	104.073	313.451	216.802	150.176	366.978
Empréstimos e contas a receber						
Juros	-	-	-	69	742	812
Caixa e equivalentes e depósitos à ordem						
Juros	-	-	-	251	162	413
<b>De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Outros</b>	<b>15.286</b>	<b>48.158</b>	<b>63.444</b>	<b>13.374</b>	<b>47.316</b>	<b>60.690</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Dividendos	15.286	48.158	63.444	13.374	47.316	60.690
<b>Total</b>	<b>224.663</b>	<b>152.231</b>	<b>376.894</b>	<b>230.496</b>	<b>198.396</b>	<b>428.892</b>

Em 2015, o montante de proveitos relativos a juros de investimentos financeiros apresentou um decréscimo face a 2014.

## Nota 10 – Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros acomoda o alisamento à taxa efetiva dos títulos de rendimento fixo em carteira e os custos imputados à função investimentos.

Nos exercícios de 2015 e 2014 os gastos financeiros foram os seguintes:

Gastos financeiros	2015			2014		
	Afetos	Não Afetos	Total	Afetos	Não Afetos	Total
	Unidade: Euros					
<b>De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>	<b>84.233</b>	<b>38.351</b>	<b>122.583</b>	<b>73.067</b>	<b>49.357</b>	<b>122.423</b>
Ativos disponíveis para venda	84.233	38.351	122.583	73.075	49.439	122.514
Empréstimos e contas receber	-	-	-	(8)	(82)	(90)
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-
<b>De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Outros</b>	<b>55.787</b>	<b>-</b>	<b>55.787</b>	<b>47.612</b>	<b>-</b>	<b>47.612</b>
Custos imputados	55.787	-	55.787	47.612	-	47.612
<b>Total</b>	<b>140.020</b>	<b>38.351</b>	<b>178.371</b>	<b>120.679</b>	<b>49.357</b>	<b>170.036</b>

## Nota 11 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

A distribuição, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas realizados por via da respetiva alienação foi, como segue:

Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	2015			2014		
	Afetos	Não Afetos	Total	Afetos	Não Afetos	Total
<b>De ativos disponíveis para venda</b>	<b>230.282</b>	<b>139.437</b>	<b>369.719</b>	<b>346.096</b>	<b>264.011</b>	<b>610.107</b>
Ações e outros títulos de rendimento variável	(25.563)	(13.968)	(39.531)	(701)	3.738	3.037
Mais valias realizadas	-	-	-	-	3.738	3.738
Menos valias realizadas	(25.563)	(13.968)	(39.531)	(701)	-	(701)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	255.845	153.405	409.250	346.797	260.273	607.070
Mais valias realizadas	273.539	155.859	429.398	355.825	269.037	624.862
Menos valias realizadas	(17.694)	(2.454)	(20.148)	(9.028)	(8.764)	(17.792)
<b>De empréstimos e contas a receber</b>	-	-	-	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>16</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-	-	1	14	16
Mais valias realizadas	-	-	-	1	14	16
Menos valias realizadas	-	-	-	-	-	-
<b>De investimentos a deter até à maturidade</b>	-	-	-	-	-	-
<b>De passivos financeiros valorizados a custo amortizado</b>	-	-	-	-	-	-
<b>De outros</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>230.282</b>	<b>139.437</b>	<b>369.719</b>	<b>346.098</b>	<b>264.025</b>	<b>610.123</b>

A variação negativa verificada em 2015, na rubrica de Ganhos líquidos, deveu-se às mais-valias realizadas na alienação de obrigações, proporcionadas pela desvalorização deste tipo de investimentos no mercado de capitais.

## Nota 12 – Perdas de imparidade (líquidas de reversão)

As perdas de imparidade, líquidas de reversões, reconhecidas nos anos de 2015 e 2014 são analisadas como segue:

Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	2015			2014		
	Afetos	Não Afetos	Total	Afetos	Não Afetos	Total
<b>De ativos disponíveis para venda</b>	<b>26.909</b>	<b>45.284</b>	<b>72.193</b>	<b>38.810</b>	<b>90.052</b>	<b>128.863</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-	-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	26.909	45.284	72.193	38.810	90.052	128.863
<b>De empréstimos e contas a receber</b>	-	-	-	-	-	-
<b>De investimentos a deter até à maturidade</b>	-	-	-	-	-	-
<b>De outros</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>26.909</b>	<b>45.284</b>	<b>72.193</b>	<b>38.810</b>	<b>90.052</b>	<b>128.863</b>

Durante o ano de 2015 foram registadas perdas por imparidade no montante de 72.193 Euros (128.863 Euros em 2014) referentes aos títulos, "Aberdeen Eurozone Property FOF Class II A (1)" e "Maxirent". O registo destes montantes teve por base os critérios mencionados na Nota 2.2 e encontra-se detalhado no quadro abaixo.

O detalhe dos títulos sobre os quais foi registada imparidade é como segue:

Unidade: Euros					
Designação do título	ISIN	Imparidade 31-12-2014	Aumento de imparidade	Redução de imparidade	Imparidade 31-12-2015
<b>Ações e outros títulos de rendimento variável</b>					
Aberdeen Eurozone Property FOF Class II A (1)	LU0396620352	167.524	58.083	-	225.607
Vision Escritorios Fundo	PTNOFAIM0008	35.387	-	-	35.387
Maxirent	PTMXROIM0008	-	14.110	-	14.110
<b>Total</b>		<b>202.911</b>	<b>72.193</b>	<b>-</b>	<b>275.104</b>

Unidade: Euros					
Designação do título	ISIN	Imparidade 31-12-2013	Aumento de imparidade	Redução de imparidade	Imparidade 31-12-2014
<b>Ações e outros títulos de rendimento variável</b>					
Preff Pan European Real Estate fund of Funds	IE00B06YB805	290.755	25.731	316.487	-
Aberdeen Eurozone Property FOF Class II A (1)	LU0396620352	77.475	90.049	-	167.524
Vision Escritorios Fundo	PTNOFAIM0008	22.304	13.083	-	35.387
<b>Total</b>		<b>390.535</b>	<b>128.863</b>	<b>316.487</b>	<b>202.911</b>

Entre 2014 e 2015, a imparidade evoluiu como segue:

Unidade: Euros		
	2015	2014
<b>Saldo inicial</b>	<b>202.911</b>	<b>390.535</b>
Reforço de imparidade	72.193	128.863
Libertação de imparidade	-	316.487
<b>Saldo final</b>	<b>275.104</b>	<b>202.911</b>

### Nota 13 – Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro

A rubrica de outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, decompõe-se como segue:

Unidade: Euros		
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	2015	2014
<b>Outros rendimentos/ gastos técnicos</b>		
<b>Rendimentos</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
Outros rendimentos técnicos	1	-
<b>Gastos</b>	<b>643</b>	<b>678</b>
Comissões de gestão de co-seguro	643	678
Outros gastos técnicos	-	-
<b>Total</b>	<b>(642)</b>	<b>(678)</b>

Os movimentos ocorridos na rubrica Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro, a 31 de dezembro de 2015 são referentes a comissões de co-seguro no valor de 643 Euros (678 Euros em 2014).

## Nota 14 – Outras provisões (variação)

A 31 de dezembro de 2015, a Companhia não apresentou qualquer variação registada na rubrica Outras provisões, situação idêntica a 31 de dezembro de 2014.

## Nota 15 – Outros rendimentos/ gastos

A rubrica de outros rendimentos/gastos, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, decompõem-se como segue:

Unidade: Euros		
Outros rendimentos/gastos	2015	2014
<b>Outros rendimentos/ gastos não técnicos</b>		
<b>Rendimentos</b>	<b>6.670</b>	<b>816</b>
Excesso da estimativa de imposto	-	-
Correções de exercícios anteriores	4.790	641
Retenção de IRC sobre UP's de F.I.	1.517	-
Outros rendimentos não técnicos	363	175
<b>Gastos</b>	<b>9.137</b>	<b>2.027</b>
Oferta a clientes	-	-
Multas e penalidades	510	122
Correções de exercícios anteriores	93	1.115
Outros gastos não técnicos	8.534	789
<b>Total</b>	<b>(2.467)</b>	<b>(1.211)</b>

A rubrica de outros rendimentos/gastos não técnicos registaram em 2015 um montante negativo de 2.467 Euros (1.211 Euros em 2014), apresentando um incremento do saldo negativo face a 2014.

A rubrica que mais impacto teve em termos de rendimento foi a de "Correções de exercícios anteriores", (4.790 Euros face a 641 Euros em 2014). No que diz respeito aos gastos, a rubrica que apresenta um valor mais significativo são os "Outros Gastos não técnicos" (8.534 Euros face a 789 Euros em 2014).

## Nota 16 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

A rubrica caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem decompunha-se em 31 de dezembro de 2015 e 2014, como se segue:

	Unidade: Euros	
	2015	2014
Numerário	342	441
Depósitos à ordem	784.586	250.696
<b>Sub-Total</b>	<b>784.928</b>	<b>251.137</b>
Depósitos a prazo imediatamente mobilizáveis	-	-
<b>Total</b>	<b>784.928</b>	<b>251.137</b>

Em depósitos à ordem estão refletidos, entre outros, os depósitos à ordem no Banco Popular Portugal, S.A. no montante de 735.338 Euros (240.698 Euros em 2014).

## Nota 17 – Instrumentos Financeiros

### 17.1. Inventário de participações e instrumentos financeiros

A listagem das participações e instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2015, está apresentada no Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

	Unidade: Euros	
	2015	2014
Ativos disponíveis para venda	15.533.883	14.469.509
Empréstimos e contas a receber	-	-
<b>Total participações e instrumentos financeiros</b>	<b>15.533.883</b>	<b>14.469.509</b>

A rubrica Empréstimos e contas a receber, apresentada acima, inclui apenas os instrumentos financeiros, sendo que em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o montante é nulo.

## 17.2. Análise das classes de ativos financeiros não valorizados a justo valor

O justo valor dos ativos financeiros, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, pode ser analisado como segue:

	2015		2014	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	784.928	784.928	251.137	251.137
Empréstimos e contas a receber	-	-	1.613.763	1.613.763
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	361.890	361.890	550.858	550.858
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>1.146.818</b>	<b>1.146.818</b>	<b>2.415.758</b>	<b>2.415.758</b>

Tendo em conta que estes ativos são de curto prazo, com exceção dos empréstimos e contas a receber, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo à data de balanço.

## 17.3. Afetação dos investimentos e outros ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pela ASF.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de investimentos apresentavam a seguinte composição de acordo com a respetiva afetação:

	2015			2014		
	Seguro não vida	Não Afetos	TOTAL	Seguro não vida	Não Afetos	TOTAL
Caixa e equivalentes	305.148	479.780	<b>784.928</b>	251.137	-	<b>251.137</b>
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Ativos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	10.518.300	5.015.583	<b>15.533.883</b>	9.403.127	5.066.382	<b>14.469.509</b>
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	974.499	639.264	<b>1.613.763</b>
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	2.179.348	<b>2.179.348</b>	-	2.529.819	<b>2.529.819</b>
<b>Total</b>	<b>10.823.448</b>	<b>7.674.711</b>	<b>18.498.159</b>	<b>10.628.763</b>	<b>8.235.465</b>	<b>18.864.228</b>

## Nota 18 – Ativos disponíveis para venda

A rubrica ativos disponíveis para venda decompunha-se em 31 de dezembro de 2015 e 2014, como segue:

	Unidade: Euros	
Ativos disponíveis para venda	2015	2014
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	<b>14.810.071</b>	<b>13.866.319</b>
De dívida pública	6.050.361	5.876.733
De outros emissores públicos	2.549.953	756.383
De outros emissores	6.209.757	7.233.204
Ações e outros títulos de rendimento variável	<b>723.812</b>	<b>603.190</b>
<b>Total</b>	<b>15.533.883</b>	<b>14.469.509</b>

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Unidade: Euros			
	2015			
Ativos disponíveis para venda	Custo Amortizado* /Custo de Aquisição	Variação de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço*
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	<b>14.833.805</b>	<b>(23.734)</b>	-	<b>14.810.071</b>
De dívida pública	6.010.041	40.320	-	6.050.361
De outros emissores públicos	2.571.101	(21.148)	-	2.549.953
De outros emissores	6.252.662	(42.906)	-	6.209.757
Ações e outros títulos de rendimento variável	<b>961.996</b>	<b>36.921</b>	<b>275.104</b>	<b>723.812</b>
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>15.795.801</b>	<b>13.187</b>	<b>275.104</b>	<b>15.533.883</b>

\* Inclui o valor dos juros decorridos

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

	Unidade: Euros			
	2014			
Ativos disponíveis para venda	Custo Amortizado* /Custo de Aquisição	Variação de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço*
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	<b>13.580.995</b>	<b>285.324</b>	-	<b>13.866.319</b>
De dívida pública	5.768.937	107.796	-	5.876.733
De outros emissores públicos	759.846	(3.463)	-	756.383
De outros emissores	7.052.211	180.992	-	7.233.204
Ações e outros títulos de rendimento variável	<b>790.445</b>	<b>15.656</b>	<b>202.911</b>	<b>603.190</b>
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>14.371.440</b>	<b>300.981</b>	<b>202.911</b>	<b>14.469.509</b>

\* Inclui o valor dos juros decorridos

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda encontram-se detalhados na Nota 12.

De seguida encontram-se apresentados, para esta categoria de ativos financeiros, as valorizações por hierarquia do justo valor, prevista na IFRS 7, em 2015 e 2014:

Unidade: Euros				
2015				
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Títulos de rendimento fixo	14.810.071	-	-	14.810.071
Títulos de rendimento variável	723.812	-	-	723.812
<b>Total</b>	<b>15.533.883</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.533.883</b>

Unidade: Euros				
2014				
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Títulos de rendimento fixo	13.866.319	-	-	13.866.319
Títulos de rendimento variável	603.190	-	-	603.190
<b>Total</b>	<b>14.469.509</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.469.509</b>

## Nota 19 – Empréstimos e contas a receber

A rubrica Empréstimos e contas a receber, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, pode ser analisada como segue:

Unidade: Euros		
Empréstimos e Contas a Receber	2015	2014
<b>Depósitos junto de empresas cedentes</b>	-	-
<b>Outros depósitos</b>	-	-
Depósitos a prazo	-	-
<b>Empréstimos concedidos</b>	-	-
<b>Contas a receber</b>	-	-
De dívida pública	-	-
De outros emissores públicos	-	-
De outros emissores	-	-
<b>Outros</b>	-	<b>1.613.763</b>
Operações em liquidação	-	1.613.763
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.613.763</b>

A rubrica de Outros – operações em liquidação, a 31 de dezembro de 2014, apresentava um valor de 1.613.763 Euros, referente a operações em liquidação devedoras, associadas a vendas de títulos cuja liquidação ocorreu apenas em 2015.

## Nota 20 – Outros ativos tangíveis

A rubrica Outros ativos tangíveis decompunha-se, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, como segue:

	Unidade: Euros									
	Saldo inicial		Aumentos		Transferências e Abates	Alienações	Depreciações/ Imparidade		Saldo final 2015	
	Valor líquido	Aquisições	Reavaliações	Reforço			Regularizações	Valor Bruto	Depreciações/ Imparidade	Valor líquido
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento informático	-	-	-	41.930	-	-	41.930	-	-	-
Instalações interiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Material de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento hospitalar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos por conta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	<b>41.930</b>	-	-	<b>41.930</b>	-	-	-

	Unidade: Euros									
	Saldo inicial		Aumentos		Transferências e Abates	Alienações	Depreciações/ Imparidade		Saldo final 2014	
	Valor líquido	Aquisições	Reavaliações	Reforço			Valor Bruto	Depreciações/ Imparidade	Valor líquido	
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	-	-	-	-	-	-	-	41.930	41.930	-
Equipamento informático	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instalações interiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Material de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento hospitalar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos por conta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>41.930</b>	<b>41.930</b>	-

## Nota 21 – Outros ativos intangíveis

A rubrica Outros ativos intangíveis decompunha-se, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, como segue:

	Unidade: Euros									
	Saldo inicial		Aumentos		Transferências e Abates	Alienações	Amortizações/ Imparidade		Saldo final 2015	
	Valor líquido	Aquisições	Reavaliações	Reforço			Valor Bruto	Amortizações/ Imparidade	Valor líquido	
Despesas com aplicações informáticas	60.062	81.918	-	-	-	-	76.240	799.562	733.821	65.740
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>60.062</b>	<b>81.918</b>	-	-	-	-	<b>76.240</b>	<b>799.562</b>	<b>733.821</b>	<b>65.740</b>

	Unidade: Euros									
	Saldo inicial		Aumentos		Transferências e Abates	Alienações	Amortizações/ Imparidade		Saldo final 2014	
	Valor líquido	Aquisições	Reavaliações	Reforço			Valor Bruto	Amortizações/ Imparidade	Valor líquido	
Despesas com aplicações informáticas	154.399	-	-	-	-	-	94.337	717.644	657.582	60.062
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>154.399</b>	-	-	-	-	-	<b>94.337</b>	<b>717.644</b>	<b>657.582</b>	<b>60.062</b>

A amortização do exercício do ativo intangível ascendeu ao montante de 76.240 Euros (94.337 Euros em 2014) o qual se encontra repartido por funções da seguinte forma:

	Unidade: Euros	
	2015	2014
<b>Amortizações do exercício de ativos intangíveis</b>		
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos - Montantes brutos	11.436	14.151
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	26.684	33.018
Gastos administrativos	35.451	43.867
Gastos financeiros		
Outros	2.668	3.302
<b>Total</b>	<b>76.240</b>	<b>94.337</b>

## Nota 22 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

As rubricas de Provisões técnicas, líquidas de resseguro decompunham-se, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, como se segue:

	2015			2014		
Provisões técnicas, líquidas de resseguro cedido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Provisão para prémios não adquiridos	3.464.143	1.234.046	2.230.098	3.331.806	1.334.671	1.997.135
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	2.465.809	455.785	2.010.024	2.288.441	538.585	1.749.856
<i>De vida</i>	-	-	-	-	-	-
<i>De acidentes de trabalho</i>	398.071	-	398.071	384.361	-	384.361
<i>De outros</i>	2.067.738	455.785	1.611.953	1.904.080	538.585	1.365.495
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-
Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	571.988	-	571.988	491.754	-	491.754
Provisão para riscos em curso	244.667	-	244.667	261.210	-	261.210
Outras provisões técnicas	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>6.746.607</b>	<b>1.689.831</b>	<b>5.056.776</b>	<b>6.373.210</b>	<b>1.873.255</b>	<b>4.499.955</b>

## 22.1. Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para prémios não adquiridos (PPNA), líquida de resseguro é analisada como segue:

Unidade: Euros

Provisão para prémios não adquiridos	2015			2014		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Acidentes e Doença	1.057.366	642.203	<b>415.163</b>	1.243.830	820.624	<b>423.206</b>
Incêndio e outros danos	1.187.378	441.932	<b>745.446</b>	1.083.590	390.471	<b>693.118</b>
Automóvel	1.055.390	-	<b>1.055.389</b>	864.339	-	<b>864.339</b>
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	41.187	18.470	<b>22.717</b>	44.488	19.917	<b>24.571</b>
Diversos	122.823	131.440	<b>(8.617)</b>	95.559	103.659	<b>(8.099)</b>
<b>Total</b>	<b>3.464.143</b>	<b>1.234.046</b>	<b>2.230.098</b>	<b>3.331.806</b>	<b>1.334.671</b>	<b>1.997.135</b>

Em relação à componente de seguro direto, a provisão para prémios não adquiridos (PPNA) refletida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) é analisada como segue:

Unidade: Euros

Provisão para prémios não adquiridos - Seguro Direto	2015			2014		
	Prémios Não Adquiridos	Custos de Aquisição Diferidos	Provisão para Prémios Não Adquiridos	Prémios Não Adquiridos	Custos de Aquisição Diferidos	Provisão para Prémios Não Adquiridos
Acidentes e Doença	1.310.745	(253.379)	<b>1.057.366</b>	1.544.669	(300.839)	<b>1.243.830</b>
Incêndio e outros danos	1.295.092	(107.714)	<b>1.187.378</b>	1.179.644	(96.054)	<b>1.083.590</b>
Automóvel	1.171.557	(116.167)	<b>1.055.390</b>	959.551	(95.212)	<b>864.339</b>
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	46.723	(5.536)	<b>41.187</b>	50.479	(5.991)	<b>44.488</b>
Diversos	135.972	(13.149)	<b>122.823</b>	105.753	(10.193)	<b>95.559</b>
<b>Total</b>	<b>3.960.090</b>	<b>(495.946)</b>	<b>3.464.143</b>	<b>3.840.096</b>	<b>(508.290)</b>	<b>3.331.806</b>

Em relação à componente de resseguro cedido, a provisão para prémios não adquiridos (PPNA) refletida no ativo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) é analisada como segue:

Unidade: Euros

Provisão para prémios não adquiridos - Resseguro Cedido	2015			2014		
	Prémios Não Adquiridos	Custos de Aquisição Diferidos	Provisão para Prémios Não Adquiridos	Prémios Não Adquiridos	Custos de Aquisição Diferidos	Provisão para Prémios Não Adquiridos
Acidentes e Doença	802.595	(160.392)	<b>642.203</b>	1.025.620	(204.996)	<b>820.624</b>
Incêndio e outros danos	557.793	(115.861)	<b>441.932</b>	488.311	(97.839)	<b>390.471</b>
Automóvel	-	-	-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	23.088	(4.618)	<b>18.470</b>	19.917	(4.979)	<b>14.937</b>
Diversos	131.440	-	<b>131.440</b>	108.638	-	<b>108.638</b>
<b>Total</b>	<b>1.514.917</b>	<b>(280.871)</b>	<b>1.234.045</b>	<b>1.642.484</b>	<b>(307.814)</b>	<b>1.334.670</b>

## 22.2. Provisão para sinistros

A Provisão para sinistros, líquida de resseguro é analisada como segue:

Provisão para sinistros	Unidade: Euros					
	2015			2014		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Acidentes e Doença	584.511	97.161	<b>487.350</b>	835.228	204.200	<b>631.028</b>
Incêndio e outros danos	838.211	356.975	<b>481.236</b>	731.603	332.766	<b>398.837</b>
Automóvel	1.039.393	-	<b>1.039.393</b>	718.092	-	<b>718.092</b>
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	3.694	1.649	<b>2.044</b>	3.518	1.618	<b>1.899</b>
Diversos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.465.809</b>	<b>455.785</b>	<b>2.010.024</b>	<b>2.288.441</b>	<b>538.585</b>	<b>1.749.856</b>

No saldo da provisão para sinistros de Acidentes e Doença está incluído o montante de 113.522 Euros (140.531 Euros em 2014) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho.

O saldo da provisão para sinistros de seguro direto inclui uma provisão estimada no montante de 301.372 Euros (276.542 Euros em 2014) relativo a sinistros ocorridos ainda não reportados (IBNR).

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 22.263 Euros (22.773 Euros em 2014) relativo a sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR).

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, conforme formato requerido pela ASF relativo ao Anexo 2, é analisado como segue:

Ramos/ Grupos de Ramos	Unidade: Euros			
	Provisão para sinistros em 31/12/2014 (1)	Custos com Sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2015 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>Vida</b>	-	-	-	-
<b>Não Vida</b>	<b>2.288.440</b>	<b>1.139.774</b>	<b>846.189</b>	<b>(302.476)</b>
Acidentes e Doença	835.227	316.703	196.813	(321.710)
Incêndio e Outros Danos	731.603	360.659	386.124	15.179
Automóvel	718.092	461.680	262.752	6.340
Responsabilidade Civil	505.280	257.839	260.693	13.252
Outras coberturas	212.811	203.841	2.058	(6.912)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	3.518	732	500	(2.286)
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.288.440</b>	<b>1.139.774</b>	<b>846.189</b>	<b>(302.476)</b>

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2013 (1)	Custos com Sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2014 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>Não Vida</b>	<b>1.818.576</b>	<b>884.766</b>	<b>510.127</b>	<b>(423.682)</b>
Acidentes e Doença	314.233	235.211	155.153	76.131
Incêndio e Outros Danos	911.438	355.466	309.314	(246.659)
Automóvel	588.714	293.033	45.660	(250.021)
Responsabilidade Civil	381.219	179.474	43.983	(157.762)
Outras coberturas	207.495	113.559	1.677	(92.259)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	4.190	1.057	-	(3.133)
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.818.576</b>	<b>884.766</b>	<b>510.127</b>	<b>(423.682)</b>

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

### 22.3. Provisão para desvios de sinistralidade

A Provisão para desvios de sinistralidade, refletida no passivo, é analisada como segue:

Unidade: Euros

Provisão para desvios de sinistralidade	2015			2014		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Acidentes e Doença	-	-	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	571.988	-	571.988	491.754	-	491.754
Automóvel	-	-	-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>571.988</b>	<b>-</b>	<b>571.988</b>	<b>491.754</b>	<b>-</b>	<b>491.754</b>

### 22.4. Provisão para riscos em curso

A Provisão para riscos em curso, refletida no passivo, é analisada como segue:

Unidade: Euros

Provisão para riscos em curso	2015			2014		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Acidentes e Doença	-	-	-	132.766	-	132.766
Incêndio e outros danos	-	-	-	-	-	-
Automóvel	235.210	-	235.210	121.588	-	121.588
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Diversos	9.457	-	9.457	6.856	-	6.856
<b>Total</b>	<b>244.667</b>	<b>-</b>	<b>244.667</b>	<b>261.210</b>	<b>-</b>	<b>261.210</b>

## 22.5. Prestação de informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros verificando-se, nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela seguradora, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

No que respeita aos prémios, importa referir que os mesmos estão em conformidade com as bases técnicas das modalidades a comercializar pela seguradora, tendo a sua determinação obedecido às regras estabelecidas nos n.º 3 e 4 do artigo 68º do decreto-lei n.º 251/2003, de 14 de outubro, concluindo-se, para o exercício de 2015, pela adequação das tarifas e conseqüentemente dos prémios.

Relativamente às provisões, as mesmas são calculadas contrato a contrato, segundo um método atuarial prudente e que considere o método de avaliação dos ativos que as represente. Para o exercício de 2015, as tarifas comercializadas revelam-se adequadas, assim como as provisões técnicas.

Os mapas demonstrativos da situação de representação das provisões técnicas a 31 de dezembro de 2015, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, evidenciam um total de provisões técnicas de 7.242.554 Euros (6.881.500 Euros em 2014) e um total de ativos a representar as referidas provisões de 10.823.448 Euros (9.785.939 Euros em 2014). As responsabilidades da Companhia encontravam-se cobertas a 31 de dezembro de 2015 em 149,4% (142,2% em 2014).

A representação da distribuição das provisões técnicas por carteira, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, era a seguinte:

	Unidade: Euros	
Provisões / Passivos Financeiros	2015	2014
Provisões técnicas e passivos financeiros de seguros de vida e operações de capitalização excluindo as provisões e passivos financeiros relativos a seguros e operações ligados a fundos de investimento e os enquadrados no regime de fundos de poupança	-	-
Provisão matemática e Provisão para compromissos de taxa relativas a seguros ligados a fundos de investimento	-	-
Provisões técnicas e passivos financeiros de seguros de vida enquadrados no regime de fundos de poupança excluindo os seguros ligados a fundos de investimento	-	-
Provisão e passivos financeiros de seguros ligados a fundos de investimento, enquadrados no regime de fundos de poupança	-	-
Provisão e passivos financeiros de seguros e operações ligadas que não sejam qualificados como "Não Normalizados"	-	-
Provisão e passivos financeiros de seguros e operações ligadas que não sejam qualificados como "Não Normalizados" apenas pelo facto de já se encontrarem em comercialização à data de divulgação da Norma n.º 13/2003-R (n.º 7 do artigo 10.º)	-	-
Provisão e passivos financeiros de seguros e operações ligadas que sejam qualificados como "Não Normalizados"	-	-
Provisões Técnicas do seguro de Acidentes de Trabalho	459.755	566.655
Provisões Técnicas e passivos financeiros dos Ramos Não Vida, excluindo as relativas ao seguro de Acidentes de Trabalho	6.782.799	6.314.846
<b>Total</b>	<b>7.242.554</b>	<b>6.881.501</b>

## Nota 23 – Outros devedores e credores por operações de seguros e outras operações

### 23.1 Ativo e Ajustamentos

A rubrica Outros devedores por operações de seguros e outras operações, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, desagrega-se como segue:

	Unidade: Euros	
	2015	2014
<b>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</b>		
Contas a receber por operações de seguro direto	<b>334.126</b>	<b>445.581</b>
Tomadores de Seguros - Recibos por Cobrar	285.664	384.497
Reembolsos de Sinistros	48.010	60.669
Contas correntes de co-seguro	452	415
Contas a receber por outras operações de resseguro	<b>16.665</b>	<b>68.236</b>
Resseguradores	16.665	68.236
Ressegurados	-	-
Contas a receber por outras operações	<b>11.100</b>	<b>37.041</b>
<b>Total</b>	<b>361.890</b>	<b>550.858</b>

A companhia procedeu ao cálculo do ajustamento de recibos por cobrar de acordo com o definido na política contabilística 2.2. e), no entanto, não foi apurado qualquer montante a registar contabilisticamente.

Os reembolsos exigidos relativamente às prestações efetuadas em consequência de sinistros ocorridos e ainda não recebidos (IDS) eram, em 31 de dezembro de 2015, no montante de 48.010 Euros (60.669 Euros em 2014).

## 23.2 Passivo

A rubrica Outros credores por operações de seguros e outras operações, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, desagrega-se como segue:

	Unidade: Euros	
	2015	2014
<b>Outros credores por operações de seguros e outras operações</b>		
Contas a pagar por operações de seguro direto	<b>166.446</b>	<b>157.903</b>
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	10.244	4.064
Tomadores de seguro (prémios recibos antecipadamente)	44.596	20.676
Mediadores de seguros	87.958	105.155
Contas correntes de co-seguro	23.648	28.009
Contas a pagar por outras operações de resseguro	<b>240.697</b>	<b>348.826</b>
Resseguradores	240.697	348.826
Ressegurados	-	-
Contas a pagar por outras operações	<b>41.207</b>	<b>32.091</b>
Prestadores de Serviços	34.439	30.191
Comissões de Intermediação	-	-
Operações a Liquidar	-	-
Outros valores a pagar	6.768	1.900
<b>Total</b>	<b>448.350</b>	<b>538.821</b>

## Nota 24 – Ativos e passivos por impostos

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante o período de quatro anos, o qual é alargado para seis anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das Demonstrações Financeiras.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2015 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21% (23% em 2014), aplicável à matéria coletável da Companhia. A derrama municipal aplicável ao lucro tributável ascendeu a 1,5% (1,5% em 2014).

## 24.1. Decomposição de ativos e passivos por impostos

As rubricas Ativos e Passivos por Impostos, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, decompõem-se como segue:

	Unidade: Euros	
	2015	2014
<b>Ativos por Impostos</b>		
Ativos por impostos correntes	-	-
Imposto sobre rendimento	-	-
Ativos por impostos diferidos	<b>61.887</b>	<b>45.643</b>
<b>Total</b>	<b>61.887</b>	<b>45.643</b>
<b>Passivos por Impostos</b>		
Passivos por impostos correntes	<b>265.948</b>	<b>209.747</b>
Imposto sobre o rendimento	91.645	70.798
Retenção de imposto na fonte	3.913	3.221
Imposto de selo	84.595	74.726
Outros impostos e taxas	85.795	61.002
Passivos por impostos diferidos	<b>2.967</b>	<b>67.721</b>
<b>Total</b>	<b>268.915</b>	<b>277.467</b>

Na rubrica Imposto sobre o rendimento (passivo) encontra-se a deduzir ao valor do apuramento do IRC do ano corrente 232.573 Euros (158.020 Euros em 2014) e o montante referente aos pagamentos por conta de 140.928 Euros (87.222 Euros em 2014).

Os movimentos relevantes de ativos e passivos por impostos diferidos encontram-se descritos abaixo.

## 24.2. Decomposição dos principais componentes de gasto de impostos

Os principais componentes de gastos de impostos foram os seguintes:

(a) Em 31 de dezembro de 2015 estimou-se um imposto corrente sobre o rendimento do exercício no montante de 234.090 Euros (158.020 Euros em 2014) e um imposto diferido (variação) no montante de -16.243 Euros (50.026 Euros em 2014).

(b) Anexa-se o quadro ilustrativo com o efeito dos impostos diferidos nas rubricas de ativo, passivo, capital próprio e resultados:

	Saldo de Balanço em 2014	Movimento do período		Saldo de Balanço em 2015
		Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas	
Unidade: Euros				
<b>Ativos por impostos diferidos</b>	<b>45.643</b>	<b>(16.243)</b>	-	<b>61.886</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Ajustamentos de transição	-	-	-	-
Imparidade ativos disponíveis para venda	45.643	(16.243)	-	61.886
Ajustamentos em recibos por cobrar e provisões não técnicas	-	-	-	-
<b>Passivos por impostos diferidos</b>	<b>67.721</b>	-	<b>64.754</b>	<b>2.967</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda	67.721	-	64.754	2.967
Ajustamentos de transição	-	-	-	-
<b>Impostos diferidos líquidos</b>	<b>(22.078)</b>	<b>(16.243)</b>	<b>(64.754)</b>	<b>58.919</b>

	Saldo de Balanço em 2013	Movimento do período		Saldo de Balanço em 2014
		Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas	
Unidade: Euros				
<b>Ativos por impostos diferidos</b>	<b>95.669</b>	<b>50.026</b>	-	<b>45.643</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Ajustamentos de transição	-	-	-	-
Imparidade ativos disponíveis para venda	95.669	50.026	-	45.643
Ajustamentos em recibos por cobrar e provisões não técnicas	-	-	-	-
<b>Passivos por impostos diferidos</b>	<b>9.208</b>	-	<b>(58.513)</b>	<b>67.721</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda	9.208	-	(58.513)	67.721
Ajustamentos de transição	-	-	-	-
<b>Impostos diferidos líquidos</b>	<b>86.462</b>	<b>50.026</b>	<b>58.513</b>	<b>(22.078)</b>

O ativo por impostos diferidos, no valor de 61.886 Euros (45.643 Euros em 2014), corresponde ao efeito fiscal sobre as perdas por imparidade de ativos financeiros, no montante de 274.104 Euros (202.911 Euros em 2014). O passivo por impostos diferidos, no montante de 2.967 Euros (67.720 Euros em 2014), corresponde ao efeito fiscal sobre a valorização dos ativos disponíveis para venda que, em 31.12.2015, ascendia a 13.186 Euros (300.981 Euros em 2014).

### 24.3. Explicitação do relacionamento entre o gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

A reconciliação da taxa efetiva de imposto está indicada no quadro seguinte:

		Unidade: Euros	
Reconciliação da taxa efetiva de imposto		2015	2014
<b>Resultado antes de Imposto</b>		<b>967.552</b>	<b>831.355</b>
Taxa de imposto nominal (IRC mais Derrama)	22,5% (2014: 24,5%)	217.699	203.682
<b>Custo do IRC</b>		<b>217.846</b>	<b>208.046</b>
Imposto corrente		234.090	158.020
Imposto diferido		(16.243)	50.026
<b>Diferença entre taxa nominal e efetiva</b>		<b>(147)</b>	<b>(4.364)</b>
<b>Taxa efetiva</b>		<b>22,52%</b>	<b>25,02%</b>
<b>Ajustamentos fiscais no exercício</b>		<b>147</b>	<b>306</b>
Correções de impostos de exercícios anteriores		21	273
Outros		126	33
Crédito fiscal extraordinário ao investimento		-	-
<b>Alteração de estimativa em impostos diferidos</b>		<b>-</b>	<b>4.058</b>
<b>Total de diferenças no exercício</b>		<b>147</b>	<b>4.364</b>

### 24.4. Indicação separada do imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens que sejam debitados ou creditados no capital próprio

A reserva por impostos diferidos está relacionada com a Reserva de Reavaliação associada aos ativos disponíveis para venda, registada em Capital Próprio cujo valor, a 31 de dezembro de 2015, ascendia a 13.186 Euros (300.981 Euros em 2014).

O quadro seguinte mostra o imposto calculado sobre as rubricas de capital próprio (variação do ano):

		Unidade: Euros	
		2015	2014
<b>Saldo inicial</b>		<b>(67.721)</b>	<b>(9.208)</b>
<b>Imposto corrente</b>		-	-
<b>Imposto diferido</b>		<b>64.754</b>	<b>(58.513)</b>
Imposto sobre prejuízo fiscal apurado		-	-
Var. Res. de Reavaliação de carteiras de seguro não-vida e não afetas		64.754	(58.513)
<b>Saldo final</b>		<b>(2.967)</b>	<b>(67.721)</b>

## Nota 25 – Acréscimos e diferimentos

A rubrica de acréscimos e diferimentos no passivo, a 31 de dezembro de 2015, apresenta um valor de 138.594 Euros (131.025 Euros em 2014). Deste valor, 35.871 Euros (30.375 Euros em 2014) respeitam aos honorários dos Órgãos Sociais e 19.116 Euros (11.730 Euros em 2014), a serviços de Consultoria e Auditoria e 72.121 Euros (52.119 Euros em 2014) a comissões variáveis devidas a mediadores.

## Nota 26 – Outros passivos financeiros

A rubrica Outros Passivos Financeiros – Depósitos recebidos de resseguradores, a 31 de dezembro de 2015, apresenta um valor de 375.773 Euros (487.500 Euros em 2014) referente a Depósitos recebidos de resseguradores. Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

A rubrica Outros Passivos Financeiros – Outros, a 31 de Dezembro de 2014, apresentava um valor de 1.062.951 Euros referente a operações em liquidação credoras, associadas a compras de títulos cuja liquidação ocorreu apenas em 2015.

## Nota 27 – Capital Próprio

### 27.1. Capital

A adequação do capital é definida de forma a incorporar uma margem considerada adequada face ao mínimo requerido legalmente para absorver até determinado limite, perdas resultantes das alterações nas taxas de juro e à desvalorização de instrumentos de capital e unidades de participação, assim como perdas inesperadas não representadas pelas provisões técnicas.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da **POPULAR SEGUROS**, era integralmente detido pela EUROVIDA – Companhia de Seguros de Vida, S. A. e encontrava-se representado por 1.500.000 ações nominativas com o valor nominal de 5 Euros cada, as quais estavam, naquela data, inteiramente pagas.

A composição do Capital Social e os seus detentores para os anos de 2015 e 2014 foi como segue:

	2015			2014		
	Nº de ações	Valor	%	Nº de ações	Valor	%
Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	1.500.000	7.500.000	100%	1.500.000	7.500.000	100%
<b>Total</b>	<b>1.500.000</b>	<b>7.500.000</b>	<b>100%</b>	<b>1.500.000</b>	<b>7.500.000</b>	<b>100%</b>

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (resultado líquido do exercício, após dedução dos dividendos preferenciais) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

	Unidade: Euros	
	2015	2014
Lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário	749.706	623.309
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação	1.500.000	1.500.000
<b>Resultado por Ação básico</b>	<b>0,500</b>	<b>0,416</b>

Não foram distribuídos dividendos em 2015, nem irão ser distribuídos dividendos em 2016 relativamente ao exercício de 2015, conforme proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral.

## 27.2. Reservas

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

### Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as reservas de reavaliação decompunham-se como segue:

	Unidade: Euros			
	2015			
	Custo amortizado/ Custo de aquisição	Imparidade acumulada reconhecida	Varição do Justo Valor	Reserva de reavaliação **
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>15.795.801</b>	<b>275.104</b>	<b>(261.917)</b>	<b>13.187</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	14.833.805	-	(23.734)	(23.734)
De dívida pública	6.010.041	-	40.320	40.320
De outros emissores públicos	2.571.101	-	(21.148)	(21.148)
De outros emissores	6.252.662	-	(42.906)	(42.906)
Ações e outros títulos de rendimento variável	961.996	275.104	(238.183)	36.921
<b>Total</b>	<b>15.795.801</b>	<b>275.104</b>	<b>(261.917)</b>	<b>13.187</b>

\* Inclui o valor dos juros decorridos

\*\* Ver reconciliação com a reserva de reavaliação no quadro abaixo

	Unidade: Euros			
	2014			
	Custo amortizado/ Custo de aquisição	Imparidade acumulada reconhecida	Varição do Justo Valor	Reserva de reavaliação **
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>14.371.440</b>	<b>202.911</b>	<b>98.070</b>	<b>300.981</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	13.580.995	-	285.324	285.324
De dívida pública	5.768.937	-	107.796	107.796
De outros emissores públicos	759.846	-	(3.463)	(3.463)
De outros emissores	7.052.211	-	180.992	180.992
Ações e outros títulos de rendimento variável	790.445	202.911	(187.255)	15.656
<b>Total</b>	<b>14.371.440</b>	<b>202.911</b>	<b>98.070</b>	<b>300.981</b>

\* Inclui o valor dos juros decorridos

\*\* Ver reconciliação com a reserva de reavaliação no quadro abaixo

A movimentação da reserva de reavaliação durante os exercícios de 2015 e 2014 foi como segue:

Unidade: Euros

	Saldo em 2014	Movimento do período			Saldo em 2015
		Imparidade	Variação do Justo Valor	Amortização da Reserva de reavaliação	
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>300.981</b>	<b>72.193</b>	<b>(359.987)</b>	-	<b>13.186</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	285.324	-	(309.058)	-	(23.734)
De dívida pública	107.796	-	(67.476)	-	40.320
De outros emissores públicos	(3.463)	-	(17.685)	-	(21.148)
De outros emissores	180.992	-	(223.898)	-	(42.906)
Ações e outros títulos de rendimento variável	15.656	72.193	(50.929)	-	36.920
<b>Total de reservas de reavaliação</b>	<b>300.981</b>	<b>72.193</b>	<b>(359.987)</b>	-	<b>13.186</b>

Unidade: Euros

	Saldo em 2013	Movimento do período			Saldo em 2014
		Imparidade	Variação do Justo Valor	Amortização da Reserva de reavaliação	
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>37.584</b>	<b>(187.624)</b>	<b>451.021</b>	-	<b>300.981</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	43.968	-	241.356	-	285.324
De dívida pública	(14.449)	-	122.244	-	107.796
De outros emissores públicos	7.270	-	(10.733)	-	(3.463)
De outros emissores	51.147	-	129.845	-	180.992
Ações e outros títulos de rendimento variável	(6.385)	(187.624)	209.665	-	15.656
<b>Total de reservas de reavaliação</b>	<b>37.584</b>	<b>(187.624)</b>	<b>451.021</b>	-	<b>300.981</b>

### Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios, nesta rubrica. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os movimentos ocorridos na reserva de impostos estão indicados no quadro da Demonstração de Variação dos Capitais Próprios.

### Outras Reservas

Nesta rubrica, a Companhia tem registado a Reserva Legal que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as reservas decompunham-se como segue:

Unidade: Euros

Reservas	2015	2014
<b>Outras reservas</b>		
Reserva Legal	214.491	152.160
Reservas Livres	-	-
<b>Total</b>	<b>214.491</b>	<b>152.160</b>

A descrição dos movimentos ocorridos nas reservas dentro do capital próprio encontra-se expressa na Demonstração de Variação de Capitais Próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras.

### 27.3. Resultados transitados

Em 31 de dezembro de 2015 esta rubrica ascendia ao montante de 2.045.504 Euros (1.484.526 Euros em 2014). Os movimentos ocorridos nos resultados transitados estão indicados no quadro da Demonstração de Variação dos Capitais Próprios.

## Nota 28 – Transações com partes relacionadas

### 28.1. Indicação do nome da empresa-mãe e da empresa-mãe do topo da Companhia

A empresa mãe do topo do Grupo é o Banco Popular Español, S.A. sendo a empresa-mãe da Popular Seguros a Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.

Os acionistas, com mais de 10% do Capital Social encontram-se discriminados no quadro abaixo:

<b>Empresa</b>	<b>Percentagem 2015</b>	<b>Percentagem 2014</b>
Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	100%	100%

## 28.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe, filiais e partes relacionadas

Os saldos e transações, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, entre as empresas do Grupo, associadas e partes relacionadas resumem-se como segue:

Unidade: Euros

	2015			
	Balanço		Conta de Ganhos e Perdas	
	Ativo	Passivo	Gastos	Rendimentos
<b>Banco Popular Portugal, S.A.</b>				
Depósito à ordem	735.338	-	-	-
Depósitos a Prazo	-	-	-	-
Obrigações	-	-	-	-
Juros DO - credores	-	-	-	-
Juros DO - devedores	-	-	-	-
Juros DP	-	-	-	-
Juros de Obrigações	-	-	-	-
Renda Predial	-	-	42.662	-
Comissões de intermediação	-	-	578.101	-
Comissões de cobranças de prémios	-	-	64.191	-
Comissões de guarda de valores - Custódia	-	-	6.439	-
Comissões - Outros serviços	-	-	9.573	-
<b>Total</b>	<b>735.338</b>	<b>-</b>	<b>700.967</b>	<b>-</b>
<b>Eurovida - Companhia de Seguros, S.A.</b>				
Fornecimentos e Serv. Externos - Cedência de Pessoal	-	-	252.877	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>252.877</b>	<b>-</b>
<b>Popular Gestión S.G.I.I.C., S.A.</b>				
Unidades de participação em fundos de investimento	-	-	-	-
Comissões recebidas	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Unidade: Euros

	2014			
	Balanço		Conta de Ganhos e Perdas	
	Ativo	Passivo	Gastos	Rendimentos
<b>Banco Popular Portugal, S.A.</b>				
Depósito à ordem	240.698	-	-	-
Depósitos a Prazo	-	-	-	-
Obrigações	-	-	-	-
Juros DO - credores	-	-	-	413
Juros DO - devedores	-	-	-	-
Juros DP	-	-	-	-
Juros de Obrigações	-	-	-	3.708
Renda Predial	-	-	42.662	-
Comissões de intermediação	-	-	641.432	-
Comissões de cobranças de prémios	-	-	50.123	-
Comissões de guarda de valores - Custódia	-	-	5.496	-
Comissões - Outros serviços	-	-	8.620	-
<b>Total</b>	<b>240.698</b>	<b>-</b>	<b>748.334</b>	<b>4.121</b>
<b>Eurovida - Companhia de Seguros, S.A.</b>				
Fornecimentos e Serv. Externos - Cedência de Pessoal	-	-	230.913	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>230.913</b>	<b>-</b>
<b>Popular Gestión S.G.I.I.C., S.A.</b>				
Unidades de participação em fundos de investimento	-	-	-	-
Comissões recebidas	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## Nota 29 – Gestão de riscos

O Sistema de Gestão de Riscos é suportado por uma estrutura organizacional adequada à dimensão, à atividade e ao nível de complexidade da Companhia, tendo em consideração a natureza e especificidade dos riscos que a mesma pretende assumir, sob as orientações definidas pelo Órgão de Administração.

A Companhia tem definido e implementado mecanismos de gestão de riscos, tendo sido já reportado em anos anteriores o Relatório anual sobre o Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno, dando cumprimento ao N.º 1 do Art.º 19.º da Norma Regulamentar N.º 14/2005-R e da Norma Regulamentar N.º 8/2009-R, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Assim, anualmente, a avaliação, os testes e eventuais alterações no Sistema de Gestão de Riscos são devidamente planeados, continuamente revistos e documentados.

Os objetivos do Sistema de Gestão de Riscos são de identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo dos riscos a que a Companhia se encontra exposta, interna e externamente, assegurando que os mesmos se mantêm a um nível que não afete significativamente a sua situação financeira nem os interesses dos credores e acionistas.

Para assegurar a mitigação ou controlo dos riscos, a Companhia tem definidas as funções de Atuariado, Compliance, Controlo Interno e Gestão de Riscos e consequentemente, os processos e controlos associados a cada tipo de risco.

**Atuariado**

A função de atuariado tem como missão a otimização dos limites de retenção de riscos, através de planos de resseguro e a obtenção de reservas adequadas, ajudando a definir a forma de investimento dos recursos que dão cobertura a essas reservas. O Atuário Responsável participa ativamente no desenvolvimento dos produtos e de seus respetivos preços e critérios de subscrição.

A Função de Atuariado tem como responsabilidades:

- Coordenar o cálculo das responsabilidades;
- Assegurar, através de estudos adequados, que os métodos e os pressupostos de cálculo utilizados na avaliação das responsabilidades são adequados;
- Avaliar a suficiência e a qualidade da informação utilizada;
- Informar a Administração da adequação do cálculo das responsabilidades;
- Expressar uma opinião sobre a gestão dos riscos específicos;
- Contribuir para uma efetiva implementação do sistema de gestão de riscos.

**Compliance**

O *Compliance* tem como principal objetivo promover uma cultura orientada para o cumprimento das obrigações legais e regulamentares na empresa, com vista a minimizar o risco de incorrer em sanções legais ou regulamentares, financeiras ou de reputação.

Nesta base, as suas principais competências e tarefas resumem-se a:

- Identificar as necessidades de compliance da empresa e implementar e manter um sistema que permita avaliar o risco de incumprimento;
- Garantir a ligação com as entidades de supervisão, no âmbito da receção e análise de requisitos de Compliance.
- Assegurar a elaboração, manutenção e divulgação do manual de Compliance.

**Controlo interno**

O principal objetivo do Sistema de Controlo Interno é o de promover uma cultura orientada para o Controlo Interno, identificando oportunidades de melhoria que contribuam para a redução do risco e a promoção da qualidade e da eficiência das práticas, conduzindo ao reconhecimento de valor por parte da empresa.

Nesta base, as suas principais competências e tarefas resumem-se a:

- Definir políticas concretas de controlo interno e assegurar a implementação de procedimentos eficazes e adequados, aplicáveis em toda a estrutura organizacional, em linha com as orientações definidas e enquadrados nas atividades diárias da Companhia de Seguros;
- Desenvolver os mecanismos de monitorização para verificar, de forma regular, o cumprimento das políticas e procedimentos de controlo, avaliar a adequação e eficácia do sistema de controlo interno implementado e possibilitar a correção de quaisquer falhas e/ou fragilidades detetadas;
- Definir, aprovar e rever os requisitos de periodicidade e conteúdo do reporte interno relativo à eficácia e adequação do sistema de controlo interno implementado, por forma a possibilitar a avaliação do cumprimento dos objetivos definidos e a facilitar a melhoria do próprio sistema.

### **Gestão de riscos**

A Gestão de Risco tem como principal objetivo garantir que é efetuada a identificação, a avaliação e a mitigação dos riscos a que a empresa de seguro se encontra exposta e assegurar a existência dos mecanismos necessários para a sua monitorização e controlo.

Nesta base, as suas principais competências e tarefas resumem-se a:

- Definir políticas concretas de aceitação e gestão dos riscos a que as empresas de seguros estão expostas, através da implementação de procedimentos eficazes e adequados;
- Desenvolver e implementar a metodologia de determinação do nível de capital adequado aos riscos e da sua afetação às áreas de negócio/risco;
- Desenvolver os mecanismos de monitorização para verificar, de forma regular, o cumprimento dos níveis de tolerância ao risco e das políticas e procedimentos de gestão de riscos e avaliar a sua eficácia e contínua adequação à atividade das empresas de seguros, no sentido de possibilitar a correção de quaisquer falhas e/ou fragilidades detetadas;
- Definir e rever procedimentos de reporte, periódico e extraordinário, no sentido de ser disponibilizada, aos intervenientes e funções apropriadas, informação sobre a eficácia e adequação do sistema de gestão de risco.

Uma Companhia de Seguros está exposta a uma diversidade de riscos através dos seus ativos financeiros, ativos de resseguro e passivos. O risco financeiro chave, que uma Seguradora está exposta, corresponde à potencial incapacidade desta não cumprir com as suas responsabilidades, ou seja, os rendimentos gerados pelos ativos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes dos contratos de seguros.

A Companhia considera fundamental a manutenção de um adequado sistema de gestão de riscos, garantindo assim que o negócio seja sólido e de crescimento sustentado, conhecendo a natureza e significância dos riscos a que se encontra exposta.

A Companhia identifica como principais riscos, os seguintes:

- **Risco de Crédito:** Risco de incumprimento (*default*) ou de alteração na qualidade creditícia (*rating*) dos emitentes de valores mobiliários aos quais a empresa de seguros está exposta, bem como dos devedores, prestatários, mediadores, tomadores de seguro e resseguradoras que com ela se relacionam;
- **Risco de Mercado:** Deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos ativos e resulta da exposição a movimentos em variáveis financeiras como o preço das ações, taxas de juro, taxas de câmbio ou preços de *commodities* (ex: crude). Inclui ainda a exposição de produtos derivados (opções e futuros) a variações no preço do ativo subjacente e está também fortemente relacionado com o risco de disparidade entre ativos e passivos;
- **Risco específico de Seguro:** As Companhias de Seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificam na categoria do Risco Específico de Seguros. Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro;

- **Risco de Liquidez:** Risco de exposição a perdas na eventualidade de existirem poucos ativos com liquidez para cumprir os pagamentos das responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas;

- **Risco Operacional:** Risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas, e ao não cumprimento de normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em *outsourcing* e no plano de continuidade do negócio;

- **Risco de Reputação:** Este risco pode ser definido como risco da Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral;

- **Risco Estratégico:** O risco estratégico pode ser definido como o risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado.

### 29.1. Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais. O risco de crédito está, essencialmente, presente na carteira de investimentos (no entanto, as dívidas a receber resultantes de cobranças e resseguro também estão expostos a risco de crédito).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia apresenta a seguinte composição:

	Unidade: Euros	
<b>Valor contabilístico líquido</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Depósitos à ordem	784.928	251.137
Ativos disponíveis para venda	15.533.883	14.469.509
Empréstimos e contas a receber *	-	550.812
Outros devedores	361.890	550.858
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>16.680.701</b>	<b>15.822.316</b>

\* O valor das operações por liquidar inclui o montante das operações devedoras (refletidas no ativo) e credoras (refletidas no passivo)

A gestão do risco de crédito na Popular Seguros, associada à possibilidade de incumprimento da contraparte (ou à variação do valor de um dado ativo, face à degradação da qualidade do risco da contraparte), assenta na regular monitorização e análise da exposição da sua carteira de investimentos, através de relatórios mensais de riscos financeiros.

A existência de limites internos de exposição por notação de risco de crédito, por tipo de carteira de seguros, permite mitigar os riscos associados e manter a exposição dentro de limites consideráveis como aceitáveis pela gestão da companhia.

**Risco de concentração por classe de ativos**

A desagregação da carteira da Popular Seguros, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, pode ser vista como segue:

Investimentos	2015		2014		Unidade: Euros
		%		%	Var. % 15/14
Depósitos à ordem	784.928	5%	251.137	2%	213%
Outros depósitos	-	-	-	-	-
Operações a liquidar *	-	-	550.812	4%	-
Empréstimos concedidos	-	-	-	-	-
Títulos de rendimento fixo	14.810.071	91%	13.866.319	91%	7%
Partes de capital em filiais e associadas	-	-	-	-	-
Ações	-	-	-	-	-
Fundos de investimento	723.812	4%	603.190	4%	20%
Derivados detidos para negociação	-	-	-	-	-
Outros títulos	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>16.318.811</b>	<b>100%</b>	<b>15.271.458</b>	<b>100%</b>	<b>7%</b>

\* O valor das operações por liquidar inclui o montante das operações devedoras (refletidas no ativo) e credoras (refletidas no passivo)

A carteira apresenta a maior exposição aos títulos de rendimento fixo com 91% (84% em 2014), seguido de fundos de investimento com 4% (12% em 2014) e mercado monetário 5% (2% em 2014).

Em termos de crescimento, comparativamente com o ano anterior, verificou-se um aumento de exposição na classe de rendimento fixo (+7 p.p.) e depósitos à ordem (+213 p.p.) por contrapartida da redução na classe de ativos fundos de investimento.

**Risco de concentração por emitente**

Regularmente, e com base nas notações de risco de crédito publicadas por algumas das principais agências internacionais (*Bloomberg Composite, Standard & Poor's, Moody's, Fitch e DBRS*), é calculada a percentagem de exposição da carteira de investimentos por notação, monitorizadas as respetivas alterações de notação por título, acompanhamento dos *outlook*, graus de subordinação e o devido cumprimento dos limites estabelecidos pela gestão.

Em relação à exposição ao risco de crédito dos títulos de rendimento fixo, a carteira de investimentos da Companhia apresenta as seguintes exposições, em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Rating	Alocação por Rating	Alocação por Rating Acumulada	Variação face a 2014 (alocação)	Peso da Carteira 2015
AAA	18,5%	18,5%	0,1 p.p.	16,8%
AA	22,8%	41,3%	-0,7 p.p.	20,7%
A	17,0%	58,4%	-3,5 p.p.	15,4%
BBB	36,0%	94,3%	2,5 p.p.	32,6%
BB	5,0%	99,3%	2,3 p.p.	4,5%
Outros *	0,7%	100,0%	-0,8 p.p.	0,6%

\* Corresponde a títulos com notação inferior a BB e sem rating

Rating	Alocação por Rating	Alocação por Rating Acumulada	Variação face a 2013 (% Carteira)	Peso da Carteira 2014
AAA	18,4%	18,4%	-4,1%	16,5%
AA	23,5%	41,9%	0,4%	21,1%
A	20,6%	62,5%	-2,6%	18,5%
BBB	33,4%	95,9%	18,2%	30,0%
BB	2,7%	98,5%	-11,6%	2,4%
Outros*	1,5%	100,0%	-0,2%	1,3%

\* Corresponde a títulos com notação inferior a BB e sem rating

No ano de 2015, os ratings BBB e BB ganharam peso na carteira, por contrapartida essencialmente do rating A. A carteira de rendimento fixo é maioritariamente de nível *investment grade* (95,9%). O nível de rating com maior peso corresponde a BBB, embora a carteira se encontre bem distribuída pelos diversos níveis de rating entre AAA e BBB.

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, a carteira de investimentos da Companhia apresenta a seguinte composição em termos de maturidade (anos):

Rating / Maturidade						2015	
	< 3	< 5	< 7	< 10	>=10	Total em %	Total em Valor
<b>Activos disponíveis para venda</b>							
AAA	1,9%	1,5%	2,1%	11,2%	-	16,8%	2.740.401
AA	3,2%	3,7%	3,9%	9,9%	-	20,7%	3.380.742
A	4,6%	2,6%	7,6%	-	0,6%	15,4%	2.523.555
BBB	6,8%	4,3%	9,3%	10,8%	1,3%	32,6%	5.327.524
< =BB	0,9%	-	1,8%	1,8%	-	4,5%	735.802
Unrated (NR)	-	0,6%	-	-	-	0,6%	102.047
<b>Contas a receber*</b>							
AAA	-	-	-	-	-	-	-
AA	-	-	-	-	-	-	-
A	-	-	-	-	-	-	-
BBB	-	-	-	-	-	-	-
< =BB	-	-	-	-	-	-	-
Unrated (NR)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total (em %)</b>	<b>17,4%</b>	<b>12,8%</b>	<b>24,7%</b>	<b>33,7%</b>	<b>1,9%</b>	<b>90,5%</b>	
<b>Total (em valor)</b>							<b>14.810.071</b>

\*"Contas a receber" é uma sub-rubrica da rubrica do balanço "Empréstimos e contas a receber"

Unidade: Euros

Rating / Maturidade						2014	
	< 3	< 5	< 7	< 10	>=10	Total em %	Total em Valor
<b>Activos disponíveis para venda</b>							
AAA	3,3%	2,0%	4,5%	6,7%	-	16,5%	2.547.422
AA	11,7%	1,4%	3,0%	5,0%	-	21,1%	3.262.899
A	4,8%	6,5%	3,5%	-	3,7%	18,5%	2.850.673
BBB	19,3%	4,3%	1,4%	2,4%	2,7%	30,0%	4.635.798
< =BB	2,4%	-	-	0,0%	0,0%	2,4%	367.422
Unrated (NR)	-	1,3%	-	0,0%	0,0%	1,3%	202.105
<b>Contas a receber *</b>							
AAA	-	-	-	-	-	0,0%	-
AA	-	-	-	-	-	0,0%	-
A	-	-	-	-	-	0,0%	-
BBB	-	-	-	-	-	0,0%	-
< =BB	-	-	-	-	-	0,0%	-
Unrated (NR)	-	-	-	-	-	0,0%	-
<b>Total (em %)</b>	<b>41,5%</b>	<b>15,5%</b>	<b>12,4%</b>	<b>14,0%</b>	<b>6,4%</b>	<b>89,8%</b>	
<b>Total (em valor)</b>	<b>6.410.503</b>	<b>2.385.699</b>	<b>1.916.491</b>	<b>2.168.546</b>	<b>985.080</b>		<b>13.866.319</b>

\* "Contas a receber" é uma sub-rubrica da rubrica do balanço "Empréstimos e contas a receber"

### Risco de concentração por risco País/Zona Geográfica

Em relação à exposição por Zona Geográfica os títulos de rendimento fixo da carteira de investimentos da Companhia apresentam as seguintes exposições, em relação à carteira total, a 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Zona Geográfica	Peso em Carteira 2015	Peso em Carteira 2014	Varição
Espanha	26,4%	18,1%	8,3 p.p.
Portugal	10,7%	14,9%	-4,2 p.p.
Alemanha	10,3%	9,8%	0,5 p.p.
França	9,8%	13,4%	-3,6 p.p.
Reino Unido	6,8%	6,3%	0,5 p.p.
Itália	6,1%	4,5%	1,6 p.p.
Países Baixos	5,2%	3,6%	1,6 p.p.
Bélgica	2,8%	3,7%	-0,9 p.p.
Estados Unidos da América	2,5%	3,0%	-0,5 p.p.
Suíça	2,4%	1,4%	1,0 p.p.
Irlanda	1,9%	3,7%	-1,8 p.p.
União Europeia*	1,7%	0,7%	1,0 p.p.
Finlândia	1,7%	1,8%	-0,1 p.p.
Suécia	1,5%	1,6%	-0,1 p.p.
Polónia	1,3%	1,4%	-0,1 p.p.
República Checa	1,3%	1,3%	-0,0 p.p.
Canadá	1,3%	1,3%	-0,0 p.p.
Austrália	1,2%	0,7%	0,5 p.p.
Brasil	0,9%	0,7%	0,2 p.p.

\* União Europeia é equivalente a Supra Nacional

Durante o ano de 2015, manteve-se a exposição maioritariamente à Península Ibérica, França e Alemanha, com um reforço da exposição a Espanha (8,3 p.p.) e decréscimo mais significativo a Portugal e França (-4,2 p.p. e -3,6 p.p., respetivamente). A primeira posição mantém-se ocupada pela Espanha (26,4%).

**Risco de concentração por setor**

A carteira apresenta uma maior exposição ao setor governamental (48,0%), reforçando a exposição durante o ano de 2015 (7,3 p.p.). O setor financeiro mantém-se segundo mais representativo da carteira (23,1%):

Setor	Peso em Carteira 2015	Peso em Carteira 2014	Variação
GOVERNMENT	48,0%	40,7%	7,3 p.p.
FINANCIAL	23,1%	26,3%	-3,2 p.p.
UTILITIES	6,1%	6,4%	-0,3 p.p.
INDUSTRIAL	3,8%	2,0%	1,8 p.p.
CONSUMER, NON-CYCLICAL	3,1%	3,1%	0,0 p.p.
COMMUNICATIONS	2,1%	1,1%	1,0 p.p.
ENERGY	1,2%	4,7%	-3,5 p.p.
CONSUMER, CYCLICAL	1,2%	2,8%	-1,6 p.p.
TECHNOLOGY	1,2%	1,3%	-0,1 p.p.
BASIC MATERIALS	0,6%	1,4%	-0,8 p.p.
<b>Total</b>	<b>90,5%</b>	<b>89,8%</b>	

Em termos de exposição do setor financeiro por grau de subordinação dos títulos de rendimento fixo temos a seguinte decomposição em 2015:

Subordinação	Unidade: Euros		
	Valor Investimento	Financeiras (%)	Popular Seguros (%)
Senior	3.784.620	100,0%	23,1%
Others	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.784.620</b>	<b>100,0%</b>	<b>23,1%</b>

Em termos de exposição do setor financeiro por grau de subordinação dos títulos de rendimento fixo temos a seguinte decomposição em 2014:

Subordinação	Unidade: Euros		
	Valor Investimento	Financeiras (%)	Popular Seguros (%)
Senior	2.273.672	100,0%	26,3%
Others	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.273.672</b>	<b>100,0%</b>	<b>26,3%</b>

**Política de utilização de derivados**

A utilização de produtos derivados como forma de mitigação dos riscos associados, encontra-se de acordo com o legalmente estabelecido pela entidade de supervisão, bem como, explicitada em normativo interno. Em linhas gerais, este normativo estabelece os tipos de operações e contratos permitidos, os mercados autorizados e o processo de aprovação das referidas operações. Os derivados a serem adquiridos, de acordo com o normativo interno, têm como objetivo apenas a realização de operações de cobertura de risco, de forma a permitir uma gestão eficaz da carteira. Mensalmente monitoriza-se o risco de crédito da emissão, do emitente e o risco de crédito da contraparte.

A 31 de dezembro de 2015 a Popular Seguros não tem produtos derivados em carteira.

**29.2. Risco de mercado**

O Risco de Mercado representa, genericamente, a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de ações.

Mensalmente são feitos testes de sensibilidade/variação às taxas de juro e aos preços de fundos de investimento e quantificação do seu impacto na valorização dos ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos da Companhia.

Quanto à variação das taxas de juro, o seu impacto é o referido no ponto Risco de Taxa de Juro. Quanto ao risco da variação de preços de fundos de investimentos, é feita a análise de sensibilidade mensal e os seus efeitos são os seguintes a 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Variação	Variação Estimada 2015		Variação Estimada 2014	
	Percentagem (%)	Valor (Euros)	Percentagem (%)	Valor (Euros)
<b>Componente FII</b>				
-10,0%	-0,3%	-56.128	-1,2%	-161.473
-20,0%	-0,7%	-112.256	-2,4%	-322.946
<b>Componente FIM/ Ações</b>				
-10,0%	-0,1%	-16.253	0,0%	-
-20,0%	-0,2%	-32.506	0,0%	-

Em 2015 o risco FIM/acionista tem um valor residual, através da participação em ativos ETF. No caso de uma eventual queda do mercado acionista em cerca de 10%, a carteira global de fundos de investimento poderá desvalorizar até 16.253 Euros.

No caso de uma eventual queda do mercado imobiliário em cerca de 10%, a carteira global de fundos de investimento imobiliário poderá desvalorizar em 56.128 Euros em 2015 (161.473 Euros em 2014).

**Risco de Taxa de Juro**

As operações da Companhia encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro na medida em que os ativos geradores de juros (incluindo os investimentos) e os passivos geradores de juros apresentam maturidades desfasadas no tempo ou de diferentes montantes.

A monitorização do risco de taxa de juro (variação) é efetuada regularmente ao nível do ativo financeiro, através do apuramento do impacto na carteira de investimentos de uma variação na curva de taxas de juro (choque multiplicativo). Os parâmetros utilizados são a *modified duration* da carteira, dentro de um cenário de variação de taxas de juro, com a medição do impacto na componente de taxa fixa em carteira. Os efeitos são os seguintes:

Variação taxa juro (Em ponto base)	Variação Estimada 2015		Variação Estimada 2014	
	Percentagem (%)	Valor (Euros)	Percentagem (%)	Valor (Euros)
300	-15,1%	-2.473.062	-11,1%	-1.710.788
200	-10,1%	-1.648.708	-7,4%	-1.140.525
100	-5,0%	-824.354	-3,7%	-570.263
-100	5,0%	824.354	3,7%	570.263
-200	10,1%	1.648.708	7,4%	1.140.525
-300	15,1%	2.473.062	11,1%	1.710.788

Unidade: Euros

Mensalmente são monitorizadas as variações ao preço e ao valor da carteira de obrigações, em caso de variações de taxa de juro, num intervalo de valores situados entre [-3%, 3%].

**29.3. Riscos específicos de seguros**

As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificamos na categoria do Risco Específico de Seguros.

Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de atividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

**Risco de Desenho dos Produtos**

Risco da empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.

**Risco de Prémios**

Relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices atualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação).

**Risco de Subscrição**

Risco de exposição a perdas financeiras e/ou técnicas relacionadas com a seleção e aprovação dos riscos a segurar.

**Risco de Provisionamento**

Risco das provisões para sinistros constituídos se venham a revelar insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos.

**Risco de Sinistralidade**

Risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas.

**Risco de Retenção**

Risco de uma maior retenção de riscos (menor proteção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada.

**Risco Catastrófico**

Resulta de eventos extremos que implicam a devastação de propriedade, ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

De referir que os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de competências definidas formalmente para os diferentes processos;
- Políticas Internas adequadas às necessidades e complexidade do negócio;
- Reconciliações e conferências contabilísticas;
- Monitorização de níveis de serviço.

O risco de prémios, ou de subtarifação, é controlado por modelos que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões.

A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela proteção dos respetivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado. Há também uma política de gestão de sinistros, baseada na análise dos elementos indispensáveis de avaliação dos sinistros que estão definidos contratualmente.

A Popular Seguros, em termos de resseguro, pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais, com o objetivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração. O programa de resseguro, em 2015, é constituído por tratados proporcionais – Quota-parte e Excedente e por tratados não proporcionais – Excedente de Sinistro e Cobertura Catastrófica, conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro 2015
Acidentes de Trabalho	Excesso de perdas (XL)
Acidentes de Trabalho <sup>(1)</sup>	Quota Parte
Acidentes Pessoais <sup>(2)</sup>	Quota Parte
Acidentes Pessoais	Excesso de perdas (XL)
Saúde / Doença <sup>(1)</sup>	Quota Parte
Incêndio e Outros Danos <sup>(1)</sup>	Quota Parte
Incêndio e Outros Danos	Quota Parte, Excedente e Excesso de perdas (XL)
Incêndio e Outros Danos (Catástrofes)	Quota Parte, Excedente e Excesso de perdas (XL)
Automóvel	Excesso de perdas (XL)
Automóvel <sup>(1)</sup>	Quota Parte
Responsabilidade civil geral	Quota Parte

(1) Correspondente a coberturas de assistência

(2) Correspondente a coberturas de desemprego e incapacidade temporária.

Ramo	Tipo de Resseguro 2014
Acidentes de Trabalho	Excesso de perdas (XL)
Acidentes de Trabalho <sup>(1)</sup>	Quota Parte
Acidentes Pessoais <sup>(2)</sup>	Quota Parte
Acidentes Pessoais	Excesso de perdas (XL)
Saúde / Doença <sup>(1)</sup>	Quota Parte
Incêndio e Outros Danos <sup>(1)</sup>	Quota Parte
Incêndio e Outros Danos	Quota Parte, Excedente e Excesso de perdas (XL)
Incêndio e Outros Danos (Catástrofes)	Quota Parte, Excedente e Excesso de perdas (XL)
Automóvel	Excesso de perdas (XL)
Automóvel <sup>(1)</sup>	Quota Parte
Responsabilidade civil geral	Quota Parte

(1) Correspondente a coberturas de assistência

(2) Correspondente a coberturas de desemprego e incapacidade temporária.

O quadro da exposição da Popular Seguros em termos resseguro, para a ano de 2015 e 2014, resume-se como segue:

Resseguradora	Ramo	Tipo de Resseguro 2015	% no Tratado de Resseguro Obrigatório	Rating (*)
ACE European Group Ltd	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	AA
ARAG SE - Sucursal em Portugal	Multirrisco Habitação (Produto Condomínio)	Proporcional	100%	NR
AXIS Speciality Europe	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	A+
Europ Assistance- Comp <sup>a</sup> Seguros de Portugal (Grupo Generali)	Acidentes de Trabalho	Proporcional	100%	A-
	Acidentes Pessoais			
	Multirrisco Habitação Automóvel			
Genworth Financial Assurance Company Ltd, Ireland (Genworth Financial)	Proteção Pagamentos	Proporcional	100%	A-
Hannover RE	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	A+
Mapfre Re, Compania de Reaseguros S.A.	Multirrisco Habitação	Facultativo Proporcional	-	A
	Incêndio	Proporcional	60%	AA-
Multirrisco Habitação				
Multirrisco Comércio				
Munchener Ruckversicherungs-Gesellschaft/MUNICH REINSURANCE CO.	Incêndio	Não Proporcional	60%	AA-
	Multirrisco Habitação			
	Multirrisco Comércio			
Mutua de Proprietarios Seguros e Reaseguros (España)	Automóvel	Não Proporcional	50%	NR
	Multirrisco Habitação (Produto Popular Arrendamento)			
	Multirrisco Comércio			
Nacional de Reaseguros S.A. (Spain)	Incêndio	Proporcional	25%	A-
	Multirrisco Habitação			
	Multirrisco Comércio			
	Automóvel			
RGÁ International Reinsurance Company Limited	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	AA-
	Incêndio			
	Multirrisco Habitação			
	Multirrisco Comércio			
	Responsabilidade Civil			
Scor Global P&C Ibérica Sucursal em Madrid	Acidentes de Trabalho	Proporcional	40%	A+
	Responsabilidade Civil			
	Incêndio			
	Multirrisco Habitação			
SECURA RE ( Member of QBE Insurance Group)	Multirrisco Comércio	Não Proporcional	20%	A-
	Multirrisco Habitação			
	Automóvel			
	Acidentes Pessoais			
	Acidentes de Trabalho			

[1] 2ª melhor notação de rating atribuída pelas Agências S&P, Moody's, Fitch e DBRS.  
Na ausência de qualquer notação de rating para o ressegurador, utiliza-se a notação de rating do Grupo a que pertence, seguindo a metodologia descrita.

Resseguradora	Ramo	Tipo de Resseguro 2014	% no Tratado de Resseguro Obrigatório	Rating (*) S&P
ACE European Group Ltd	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	AA-
ARAG SE - Sucursal em Portugal	Multirrisco Habitação (Produto Condomínio)	Proporcional	100%	NR
AXIS Speciality Europe	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	A+
Europ Assistance- Comp <sup>a</sup> Seguros de Portugal (Grupo Generali)	Acidentes de Trabalho	Proporcional	100%	BBB+ *
	Acidentes Pessoais			
	Multirrisco Habitação Automóvel			
Genworth Financial Assurance Company Ltd, Ireland (Genworth Financial)	Proteção Pagamentos	Proporcional	100%	A- *
Hannover RE	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	AA-
Mapfre Re, Compania de Reaseguros S.A.	Multirrisco Habitação	Facultativo Proporcional	-	A
	Incêndio	Proporcional	60%	AA-
Multirrisco Habitação				
Multirrisco Comércio				
Munchener Ruckversicherungs-Gesellschaft/MUNICH REINSURANCE CO.	Incêndio	Não Proporcional	60%	AA-
	Multirrisco Habitação			
	Multirrisco Comércio			
Mutua de Proprietarios Seguros e Reaseguros (España)	Automóvel	Não Proporcional	50%	NR
	Multirrisco Habitação (Produto Popular Arrendamento)			
	Multirrisco Comércio			
Nacional de Reaseguros S.A. (Spain)	Incêndio	Proporcional	25%	A-
	Multirrisco Habitação			
	Multirrisco Comércio			
	Automóvel			
RGÁ International Reinsurance Company Limited	Acidentes Pessoais	Facultativo Proporcional	-	AA-
	Incêndio			
	Multirrisco Habitação			
	Multirrisco Comércio			
	Responsabilidade Civil			
Scor Global P&C Ibérica Sucursal em Madrid	Acidentes de Trabalho	Proporcional	40%	A+ **
	Responsabilidade Civil			
	Incêndio			
	Multirrisco Habitação			
SECURA RE ( Member of QBE Insurance Group)	Multirrisco Comércio	Não Proporcional	20%	A-
	Multirrisco Habitação			
	Automóvel			
	Acidentes Pessoais			
	Acidentes de Trabalho			

[\*] Notação da Standard & Poor's para dívida de longo prazo

No quadro abaixo, está o indicador com informação sobre o peso dos prémios de resseguro cedido no conjunto dos prémios brutos emitidos de seguro direto, para os anos de 2015 e 2014:

Unidade: Euros		
	2015	2014
Prémios brutos emitidos de Seguro Direto	8.371.557	7.602.627
Prémios de Resseguro Cedido	3.214.275	3.219.434
<b>Taxa de Cedência de prémios</b>	<b>38,4%</b>	<b>42,3%</b>

A análise de sensibilidade dos riscos de seguros, tendo em atenção as principais condicionantes, é como segue, a 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Unidade: Euros		
	<b>Impacto nos Resultados antes de Impostos</b>	
	2015	2014
<b>Custos com sinistros</b>		
Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	(167.839)	(154.509)
Aumento de 10% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	(335.678)	(309.018)
<b>Despesas</b>		
Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	(101.462)	(88.250)
Aumento de 15% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	(152.194)	(132.374)

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas, seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de risco, inflação ou menor eficiência interna.

#### 29.4. Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

A gestão da liquidez tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo.

A companhia, durante o ano de 2015, continuou a monitorizar de forma regular os critérios de liquidez implementados nos anos anteriores para os seus títulos de dívida classificados em Empréstimos e contas a receber.

## 29.5. Risco operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de atividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia.

Como tal, o Controlo Interno representa a implementação de atividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*. Neste sentido, os riscos apresentados no Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um nível de detalhe superior.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas de defesa: a um primeiro nível, é representada pelas diferentes Direções e Gabinetes que são as áreas responsáveis pela operacionalização de gestão de risco e respetivos controlos; um segundo nível, representado pela Direção Controlo de Gestão de Risco, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas, políticas e monitorização do sistema de Gestão de Risco, Controlo Interno e *Compliance*; e um terceiro nível, representado pela Direção de Auditoria Interna que detém uma função de auditoria interna independente no âmbito da gestão de riscos, tendo como principal objetivo providenciar a garantia da efetividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras diretas ou indiretas.

Adicionalmente, a Companhia apresenta uma política formal de gestão de reclamações existindo um relatório trimestral de reclamações no âmbito da gestão da carteira. Existe igualmente um plano formal de continuidade de negócio e um plano de *Disaster Recovery*.

## Nota 30 – Solvência

A Companhia monitoriza os requisitos de solvência de acordo com a Norma Regulamentar n.º 6/2007-R de 27 de abril, alterada pelas Normas Regulamentares n.º 12/2008-R, de 30 de outubro, n.º 4/2011-R, de 2 de junho e n.º 2/2014-R, de 30 de janeiro, emitidas pela ASF.

O cálculo da respetiva margem apresenta, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, os seguintes componentes:

	Unidade: Euros	
	2015	2014
<b>Elementos constitutivos do Fundo de Garantia</b>	<b>10.454.179</b>	<b>9.933.192</b>
<b>Margem de solvência a constituir</b>	<b>3.700.000</b>	<b>3.700.000</b>
Resultado na ótica dos prémios	1.293.883	1.114.370
Resultado na ótica dos sinistros	773.001	633.539
Resultado limite do n.º 9 do artigo 97.º	3.700.000	3.700.000
Fundo de Garantia mínimo legal	3.700.000	3.700.000
<b>Excesso/insuficiência da margem de solvência</b>	<b>6.754.179</b>	<b>6.233.192</b>
<b>Taxa de cobertura da margem de solvência</b>	<b>282,5%</b>	<b>268,5%</b>

A taxa de cobertura da margem de solvência apresentou um aumento para 282,5% em 2015 (268,5% em 2014). Relativamente aos elementos representativos da margem estes são compostos essencialmente pelo Capital Social.

Adicionalmente, com uma periodicidade mensal a Companhia efetua uma avaliação da Margem de Solvência, sendo reportados os desvios encontrados.

A Companhia encontra-se a desenvolver o processo respeitante à implementação do regime de solvência II, o qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016. É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe, em 1 de janeiro de 2016, de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital, tendo em conta os novos requisitos do regime de solvência.

## Nota 31 – Compromissos

Em 31 de dezembro de 2015 o total de garantias bancárias prestadas era de 598.557 Euros (2014: 598.557 Euros). Aquele montante refere-se a um única garantia que foi necessário prestar ao Gabinete Português de Carta Verde, com a finalidade de garantir as responsabilidades decorrentes da qualidade de Associada, nomeadamente, no que respeita ao artigo 26.º A. Ponto 1.

## Nota 32 – Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

OUTROS ANEXOS  
*2015*

## Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

Unidade: Euros

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário	Total
<b>2. Outros</b>							
2.1. Títulos Nacionais							
2.1.1. Instrumentos de Capital e Unidades de Participação							
2.1.1.3. Unidades de Participação em Fundos de Investimentos							
Maxirent Fundo De Investimento	16.740			9,58	160.369	9,77	163.575
Vision Escritorios Fundo	22.580			3,32	74.950	3,71	83.727
<b>Sub-Total</b>	<b>39.320</b>				<b>235.319</b>		<b>247.302</b>
2.1.2. Títulos de dívida							
2.1.2.1. De Dívida Pública							
Obrigacoes Do Tesouro 2,875 15-10-2025		290.000	103,07%		314.428	103,67%	300.643
Obrigacoes Do Tesouro 3,85 15-04-2021		250.000	112,64%		276.623	115,37%	288.437
<b>Sub-Total</b>		<b>540.000</b>			<b>591.051</b>		<b>589.080</b>
2.1.2.3. De Outros Emissores							
Portugal Telecom Int Fin 6,25 26-07-2016		161.000	88,46%		165.301	91,13%	146.722
<b>Sub-Total</b>		<b>161.000</b>			<b>165.301</b>		<b>146.722</b>
<b>Total</b>	<b>39.320</b>	<b>701.000</b>			<b>991.671</b>		<b>983.103</b>
2.2. Títulos Estrangeiros							
2.2.1. Instrumentos de Capital e Unidades de Participação							
2.2.1.3. Unidades de Participação em Fundos de Investimento							
Aberdeen Eurozone Property FOF Class II A (1)	81.553			3,43	280.022	3,85	313.979
Comstage Etf Psi 20 Ucits Etf	15.206			6,53	99.368	6,03	91.616
Lyxor Etf Sgi Daily Double Short Bund	550			45,30	24.913	43,29	23.810
Lyxor Ucits Etf Daily Double Short 10Y US Treasury	600			78,78	47.269	78,51	47.106
<b>Sub-Total</b>	<b>97.909</b>				<b>451.573</b>		<b>476.511</b>
2.2.2. Títulos de Dívida							
2.2.2.1. De Dívida Pública							
Belgium Kingdom 2,6 22-06-2024		400.000	115,05%		461.402	116,41%	465.656
Bonos Y Oblig Del Estado 1,6 30-04-2025		100.000	99,55%		99.420	100,62%	100.616
Bonos Y Oblig Del Estado 2,75 31-10-2024		500.000	109,19%		538.733	109,65%	548.242
Bonos Y Oblig Del Estado 4,25 31-10-2016		500.000	103,55%		517.635	104,25%	521.267
Bonos Y Oblig Del Estado 4,4 31-10-2023		300.000	122,19%		356.922	122,92%	368.755
Bonos Y Oblig Del Estado 5,4 31-01-2023		300.000	128,04%		385.846	132,98%	398.929
Bonos Y Oblig Del Estado 6 31-01-2029		20.000	143,28%		23.256	148,77%	29.753
Bundesrepub. Deutschland 1 15-08-2024		500.000	104,50%		519.733	104,87%	524.360
Bundesrepub. Deutschland 1 15-08-2025		300.000	103,45%		312.420	103,91%	311.719
Bundesrepub. Deutschland 1,5 15-02-2023		300.000	108,90%		331.123	110,21%	330.618
Buoni Poliennali Del Tes 1,45 15-09-2022		250.000	102,67%		254.063	103,09%	257.722
Buoni Poliennali Del Tes 2,15 15-12-2021		400.000	107,29%		421.295	107,38%	429.516
Finnish Government 2 15-04-2024		250.000	110,86%		265.507	112,28%	280.689
France (Govt Of) 1,75 25-05-2023		250.000	108,82%		269.862	109,87%	274.680
France (Govt Of) 5 25-10-2016		300.000	104,35%		311.920	105,27%	315.796
Irish Tsy 0.8% 2022 0,8 15-03-2022		200.000	102,13%		199.213	102,77%	205.532
Irish Tsy 2% 2045 2 18-02-2045		100.000	95,70%		98.123	97,43%	97.432
<b>Sub-Total</b>		<b>4.970.000</b>			<b>5.366.471</b>		<b>5.461.281</b>

(cont.)

## Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(cont.)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário*	Total
2.2.2.2. De Outros Emissores Públicos							
Adif Alta Velocidad 1,875 22-09-2022		200.000	101,90%		199.487	102,41%	204.825
Ayuntamiento De Madrid 4,35 16-06-2021		200.000	110,62%		218.750	113,01%	226.027
Bk Nederlandse Gemeenten 3 25-10-2021		300.000	115,12%		343.067	115,67%	347.017
Bpifrance Financement Sa 0,5 25-05-2025		200.000	94,61%		198.129	94,97%	189.932
Cassa Depositi Prestiti 1 26-01-2018		300.000	101,35%		300.009	102,44%	307.335
Community Of Madrid Spai 2,08 12-03-2030		200.000	93,31%		200.094	94,98%	189.962
Dexia Credit Local 0,25 19-03-2020		200.000	99,53%		199.734	99,73%	199.456
European Investment Bank 0,125 15-04-2025		300.000	94,28%		297.040	94,38%	283.130
Fade 0,85 17-09-2019		200.000	100,70%		199.856	100,94%	201.878
Institut Credito Oficial 0,5 15-12-2017		200.000	100,60%		199.773	100,62%	201.250
Unedic 0,3 04-11-2021		200.000	99,53%		199.871	99,57%	199.143
<b>Sub-Total</b>		<b>2.500.000</b>			<b>2.555.811</b>		<b>2.549.953</b>
2.2.2.3. De Outros Emissores							
Abbey Natl Treasury Serv 1,25 18-09-2024		100.000	101,89%		104.487	102,25%	102.247
Acciona S.A. 4,625 22-07-2019		100.000	100,00%		99.871	102,05%	102.047
Achmea Bank Nv 1,125 25-04-2022		200.000	96,93%		192.097	97,71%	195.413
Achmea Bv 2,5 19-11-2020		100.000	105,99%		106.843	106,28%	106.280
Allianz Finance Ii B.V. 1,375 13-03-2018		100.000	102,60%		99.962	103,70%	103.705
Banco De Sabadell Sa 0,625 03-11-2020		300.000	99,06%		298.638	99,16%	297.480
Banco Santander Sa 1,125 27-11-2024		200.000	98,49%		204.894	98,59%	197.181
Bankinter Sa 1 05-02-2025		300.000	96,01%		301.575	96,91%	290.728
Bhp Billiton Finance Ltd 2,25 25-09-2020		100.000	103,82%		99.866	104,42%	104.415
Bmw Finance Nv 1 24-10-2016		200.000	100,67%		201.511	100,85%	201.706
Bp Capital Markets Plc 2,177 16-02-2016		200.000	100,24%		199.995	102,14%	204.271
Bpce Sa 1,75 14-03-2016		100.000	100,30%		99.964	101,70%	101.695
Caja Rural De Castilla 0,875 01-10-2021		200.000	98,91%		199.331	99,13%	198.259
Dvb Bank Se 1,25 22-04-2020		100.000	100,21%		99.722	100,45%	100.450
Edp Finance Bv 2 22-04-2025		100.000	90,84%		99.947	92,22%	92.225
Geberit International 0,688 30-03-2021		200.000	99,33%		200.037	99,85%	199.706
Glencore Finance Dubai Ltd 2,375 19-11-2018		100.000	85,93%		99.407	86,23%	86.226
Ibm Corp 1,25 26-05-2023		200.000	99,84%		199.644	100,59%	201.172
Lloyds Bank Plc 0,5 22-07-2020		250.000	100,52%		249.624	100,74%	251.861
Lloyds Bank Plc 1,875 10-10-2018		240.000	104,12%		249.105	104,54%	250.894
Merck & Co Inc 1,125 15-10-2021		200.000	101,34%		202.155	101,57%	203.147
Nestle Finance Intl Ltd 0,75 17-10-2016		100.000	100,55%		99.977	100,70%	100.704
Net4Gas Sro 2,5 28-07-2021		200.000	102,67%		199.245	103,73%	207.464
Nn Group Nv 1 18-03-2022		200.000	97,51%		199.599	98,30%	196.596
Origin Energy Finance 2,875 11-10-2019		100.000	98,07%		101.598	98,71%	98.706
Pko Fin Ab (Pko Bank Plj) 2,324 23-01-2019		200.000	102,93%		200.045	105,10%	210.205
Red Electrica Finance Bv 3,875 25-01-2022		200.000	116,36%		229.705	119,97%	239.933
Ren Finance Bv 2,5 12-02-2025		250.000	97,92%		259.942	100,12%	250.309
Royal Bank Of Canada 1,25 29-10-2018		200.000	103,13%		199.950	103,35%	206.694
Rte Edf Transport S.A 2,125 20-09-2019		100.000	106,08%		99.966	106,67%	106.669
Sanofi 1,875 04-09-2020		100.000	106,08%		99.462	106,68%	106.684
Siemens Financieringsmat 1,75 12-03-2021		100.000	105,76%		99.722	107,16%	107.162
Societe Generale Sfh 1 19-12-2017		100.000	102,03%		99.854	102,07%	102.066
Svenska Handelsbanken Ab 4,375 20-10-2021		200.000	119,22%		240.384	120,08%	240.167
Unilever Nv 0,5 03-02-2022		100.000	98,40%		99.086	98,85%	98.849
Vodafone Group Plc 0,875 17-11-2020		200.000	99,75%		199.205	99,86%	199.718
<b>Sub-Total</b>		<b>5.940.000</b>			<b>6.036.418</b>		<b>6.063.035</b>
<b>Sub-Total</b>		<b>13.410.000</b>			<b>13.958.700</b>		<b>14.074.269</b>
<b>Sub-Total</b>	<b>97.909</b>	<b>13.410.000</b>			<b>14.410.273</b>		<b>14.550.780</b>
<b>Total</b>	<b>137.229</b>	<b>14.111.000</b>			<b>15.401.944</b>		<b>15.533.883</b>
<b>3. Total Geral</b>	<b>137.229</b>	<b>14.111.000</b>			<b>15.401.944</b>		<b>15.533.883</b>

\* Inclui o valor dos juros decorridos

## Anexo 2 – Desenvolvimento da Provisão para Sinistros relativa a Sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com Sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>Vida</b>	-	-	-	-
<b>Não Vida</b>	<b>2.288.440</b>	<b>1.139.774</b>	<b>846.189</b>	<b>(302.476)</b>
Acidentes e Doença	835.227	316.703	196.813	(321.710)
Incêndio e Outros Danos	731.603	360.659	386.124	15.179
Automóvel	718.092	461.680	262.752	6.340
Responsabilidade Civil	505.280	257.839	260.693	13.252
Outras coberturas	212.811	203.841	2.058	(6.912)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	3.518	732	500	(2.286)
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.288.440</b>	<b>1.139.774</b>	<b>846.189</b>	<b>(302.476)</b>

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

## Anexo 3 – Discriminação dos Custos com Sinistros

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - - Prestações (1)	Montantes Pagos - - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Varição da Provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (1)+(2)+(3)
<b>Seguro Direto</b>				
Acidentes e Doença	379.457	29.826	520.995	930.278
Incêndio e Outros Danos	1.059.492	61.366	(179.834)	941.024
Automóvel	1.555.329	44.822	129.378	1.729.529
Responsabilidade Civil	950.173	36.263	124.061	1.110.497
Outras coberturas	605.156	8.559	5.317	619.032
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	6.147	1.680	(673)	7.154
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.000.425</b>	<b>137.694</b>	<b>469.866</b>	<b>3.607.985</b>
<b>Resseguro Aceite</b>				
	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>3.000.425</b>	<b>137.694</b>	<b>469.866</b>	<b>3.607.985</b>

## Anexo 4 – Discriminação de alguns valores por Ramos

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos *	Custos e Gastos de Exploração Brutos *	Saldo de Resseguro
<b>Seguro Direto</b>					
Acidentes e Doença	1.695.843	1.929.767	272.491	597.282	(544.546)
Incêndio e Outros Danos	3.661.046	3.545.598	1.134.367	795.010	(1.141.026)
Automóvel	2.624.373	2.412.366	2.324.946	390.343	(145.131)
Responsabilidade Civil	1.543.442	1.412.394	1.512.225	247.761	(84.884)
Outras coberturas	1.080.930	999.972	812.721	142.582	(60.247)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	93.541	97.298	4.621	48.993	(27.451)
Crédito e Caução	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	12.142	11.172	-	1.277	(11.093)
Assistência	284.611	255.362	-	28.538	(246.146)
Diversos	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>8.371.557</b>	<b>8.251.563</b>	<b>3.736.424</b>	<b>1.861.443</b>	<b>(2.115.392)</b>
<b>Resseguro Aceite</b>					
	-	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>8.371.557</b>	<b>8.251.563</b>	<b>3.736.424</b>	<b>1.861.443</b>	<b>(2.115.392)</b>

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS  
E RELATÓRIO E PARECER  
DO CONSELHO FISCAL  
*2015*



## **Certificação Legal das Contas**

### **Introdução**

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A., as quais compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 18.498.159 euros e um total de capital próprio de 10.519.920 euros, incluindo um resultado líquido de 749.706 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de alterações do capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

### **Responsabilidades**

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

2

## Certificação Legal de Contas

### **Opinião**

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

23 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.

## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

### RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Accionistas,

Nos termos da lei e do contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à apreciação de V. Exas. o nosso Relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da **POPULAR SEGUROS – Companhia de Seguros, SA.**, apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respetiva certificação legal de contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas PricewaterhouseCoopers& Associados.

No âmbito das nossas atribuições, acompanhámos com regularidade ao longo do exercício de 2015 a atividade da Companhia e a sua gestão, tanto através da análise dos documentos de informação de gestão e contabilística que nos foram disponibilizados, como dos esclarecimentos complementares que solicitámos à Administração e aos Serviços, de quem obtivemos sempre toda a colaboração solicitada, e ainda das ações de verificação e comprovação que considerámos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações de fiscalização.

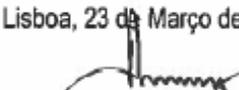
No âmbito da nossa atuação durante o exercício de 2015 acompanhámos os desenvolvimentos em curso na Companhia, nomeadamente nas áreas da gestão do risco e do sistema de controlo interno. Após o final do exercício de 2015, procedemos à apreciação do Relatório de Gestão e das Contas do exercício, que o Conselho de Administração oportunamente preparou e nos apresentou, tendo constatado que o Relatório de Gestão obedece às disposições legais e estatutárias e refere os aspetos mais relevantes que caracterizaram a atividade da Companhia durante o exercício.

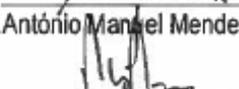
O Conselho Fiscal analisou também a Certificação Legal de Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas PricewaterhouseCoopers& Associados, sem reservas, e com a qual concordamos.

Como resultado das ações de fiscalização exercidas, acima resumidas, e das respetivas conclusões, somos de Parecer que a Assembleia Geral da **POPULAR SEGUROS – Companhia de Seguros, SA.**, aprove:

- a) O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração,
- b) Os termos da proposta do Conselho de Administração para aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício de 2015, no montante de 749.706 Euros.

Lisboa, 23 de Março de 2016

  
António Manuel Mendes Barreira – Presidente

  
Vitor Paulo Paranhos Pereira – Vogal

  
Vitor Manuel Ferreira Lúcio da Silva - Vogal



Rua Ramalho Ortigão, n.º 51 - 1099-090 LISBOA  
Tel. 213 808 330 Fax 213 808 331  
e-mail: [geral@popularseguros.pt](mailto:geral@popularseguros.pt)  
site: [www.popularseguros.pt](http://www.popularseguros.pt)